

CONFLITOS PELA TERRA NO ACRE:
A RESISTÊNCIA DOS SERINGUEIROS DE XAPURI

ÉLIO GARCIA DUARTE

CONFLITOS PELA TERRA NO ACRE:
A RESISTÊNCIA DOS SERINGUEIROS DE XAPURI

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTA
DA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA DO INSTITUTO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNICAMP - UNI
VERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.

ORIENTADOR: HÉCTOR HERNAN BRUIT

CAMPINAS

1986

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Dedico este trabalho:

Aos Seringueiros de Xapuri, cuja luta pela permanên-
cia na terra e em defesa da floresta me serviu de inspiração;

À minha esposa, Lyz Elizabeth e aos meus filhos, Lu-
ciano, Juliana, Vinícius e Marina, que muitas vezes se viram pri-
vados de minha convivência, durante as pesquisas e a redação des-
ta Dissertação.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos:

À UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pela Bolsa de Estudo que me permitiu realizar o Curso de Mestrado; às seguintes pessoas que, de alguma forma, me ajudaram na pesquisa ou na elaboração da Dissertação:

- Eurípedes Antônio Funes
- Francisca Bezerra
- Giselle Rodrigues Silva
- Héctor Hernan Bruit
- Irene Lima Toscano Pascoal
- Leda Terezinha Costa Bandeira
- Lyz Elizabeth Amorim Melo Duarte
- Maira Barberi Ribeiro
- Maria Cira Jorge Meirelles Dias Pinheiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

- 1- BREVE HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DAS TERRAS DO ACRE
 - 1.1- A Conquista do Acre
 - 1.2- A Economia Extretivista da Borracha
 - 1.3- As Relações de Produção
 - 1.4- A Organização da Produção e a Estrutura Fundiária

- 2- A POLÍTICA DE OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA PÓS-64
 - 2.1- A Subordinação da Agricultura ao Capital Industrial
 - 2.2- Legislação Agrária e Ação Governamental

- 3- CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E CONFLITOS SOCIAIS NO ACRE
 - 3.1- A Penetração dos Paulistas no Acre
 - 3.2- A Reação dos Seringueiros
 - 3.3- Ações do Governo diante dos Conflitos

- 4- A LUTA PELA TERRA EM XAPURI
 - 4.1- A Estrutura Agrária
 - 4.2- Transformações nas Relações de Produção
 - 4.3- A Resistência dos Seringueiros
 - 4.4- A Articulação com outras Lutas

CONCLUSÃO

FONTE E BIBLIOGRAFIA

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do capitalismo no campo e suas conseqüências sociais tem sido bastante estudado e debatido no Brasil. Ultimamente, as atenções dos estudiosos se voltaram mais para a Amazônia. Quanto às particularidades do Acre, há ainda poucos estudos específicos sobre esta temática. Todos são trabalhos acadêmicos, ainda não editados, somente conhecidos através de reproduções xerográficas. No entanto, nos últimos anos tem ocorrido ali um importante confronto entre o capital, os índios, seringueiros e colonos recém-chegados do Sul. Portanto, julgamos relevante um estudo que possa contribuir para a compreensão das peculiaridades que ali se apresentam, dentro do contexto geral do desenvolvimento do capitalismo.

No Acre, desde sua ocupação, na última metade do século XIX, foi se formando uma estrutura fundiária bastante concentrada. Os seringais que se formaram, constituíam-se em verdadeiros latifúndios. Nos períodos de crise da borracha, com a desativação de alguns seringais e a venda de suas terras para formação de *colônias* (pequenas propriedades que se utilizam do trabalho familiar), esta concentração diminuiu um pouco.

Porém, a partir de 1966, o governo militar adotou algumas medidas e desenvolveu algumas ações com o objetivo de dinamizar e diversificar as atividades econômicas na Amazônia. Criou infra-estrutura, adotou incentivos fiscais e financeiros para atrair investidores privados, criou órgãos e redefiniu as funções de órgãos já existente, para atender as necessidades do capital na região.

Desta forma, iniciou a corrida do grande capital para a Amazônia e a compra de enormes glebas de terra com a finalidade de desenvolver projetos madeireiros, agropecuários, de mineração e mesmo industriais. No entanto, a prática logo demonstrou que o verdadeiro interesse do capital pelas terras da Amazônia teve finalidades meramente especulativas.

Embora o Estatuto da Terra tenha proposto modificações no regime de posse e uso da terra com a finalidade de atender aos princípios de justiça social, através de medidas para distribuição e redistribuição da terra, na prática, as medidas adotadas contribuíram para aumentar a concentração da propriedade e os conflitos sociais no meio rural, principalmente na Amazônia.

No caso específico do Acre, a grande procura pelas terras iniciou-se nos primeiros anos da década de 70. Além dos estímulos do Governo Federal, esta procura foi grandemente favorecida pela campanha publicitária feita pelo Governo Estadual e pelo baixo preço das terras oferecidas pelos seringalistas endividados. Em pouco tempo a maior parte das terras do Acre passou para as mãos de capitalistas de outros Estados, que os acreanos denominam, genericamente, de *paulistas*. Desta forma, o índice de concentração fundiária atingiu os níveis mais elevados da estrutura fundiária brasileira.

À medida em que os grupos econômicos foram expropriando a população residente nos seringais acreanos, para desenvolver outras atividades produtivas ou simplesmente para facilitar a especulação com a terra, os conflitos sociais se acentuaram.

Além de focar a situação do Estado, de maneira geral e de relacionar com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, enfocamos, de maneira especial, a luta dos seringueiros de Xapuri, pela permanência na terra que ocupam. Com a ajuda da Igreja e da CONTAG, estes seringueiros se organizaram e desenvol

veram formas de luta e de resistência à expropriação. Mesmo resistindo à completa expropriação e à proletarização, este grupo, juntamente com os demais camponeses no Brasil, estão subjugados ao capital. Porém, a luta dos seringueiros, ao combater a propriedade capitalista da terra, assumiu características anti-capitalistas, portanto, de luta de classes.

Priorizamos a análise dos conflitos no município de Xapuri, por entendermos que é um dos mais representativos do Acre, no tocante às transformações introduzidas pela pecuária. Também pelo fato de ser o único município do Estado que não sofreu nenhuma alteração em sua extensão territorial, com a criação de novos municípios em 1975. Portanto, é possível fazer comparações de dados estatísticos de antes e depois da corrida pelas terras na região.

Queremos também esclarecer que nosso interesse pelo tema da resistência do trabalhador rural se deve ao fato de que há muitos anos temos tido um contato direto com posseiros e seringueiros na região da *Amazônia Legal*. Neste contato, procuramos conhecer melhor seus problemas, suas aspirações e, de certa forma, participar dos movimentos e organizações populares visando à transformação de nossa sociedade.

A perspectiva eminentemente contemporânea do tema que abordamos, bem como o envolvimento manifesto com os problemas enfocados, poderão causar espanto aos historiadores tradicionais, que julgam ser objeto da História apenas os acontecimentos de um passado mais distante, a fim de se ter a *perspectiva histórica*. Porém, adotamos o ponto de vista de que não existem fronteiras rígidas entre as ciências sociais, embora reconheçamos que cada Ciência tem suas especificidades metodológicas. Concordamos com Ciro Cardoso, quando diz que

Se a documentação adequada existir e estiver disponível, não há aspecto algum do presente que esteja fechado à pesquisa do tipo histórico.

Usamos, em grande parte, de documentos cartoriais, dados estatísticos e relatórios de fontes oficiais, com as devidas ressalvas e críticas. Utilizamos também de relatórios e publicações (boletins, folhetos, revistas e jornais) de várias entidades, além de jornais locais e nacionais enfocando os problemas objetos de nossa pesquisa. Como procuramos desenvolver um trabalho mostrando a História sob o ponto de vista da classe dominada, lançamos mão também da documentação oral, através de entrevistas e história de vida de pessoas envolvidas nos conflitos, além da observação direta quando era possível.

Achamos importante deixar clara a abordagem feita sob a ótica do oprimido e o nosso comprometimento com uma causa, pois não acreditamos na neutralidade de pesquisadores. Novamente citamos Ciro Cardoso:

O historiador brasileiro tem um compromisso ineludível com a sociedade na qual vive e age. O seu papel é o de pôr as suas capacidades profissionais a serviço das tarefas sociais que se impõem à coletividade da qual forma parte. Haverá alguma dúvida a respeito de tais tarefas num país dependente e marcado por desequilíbrio e injustiças sociais tão flagrantes? A História "nova", com o seu caráter de História-problema, com o seu enfoque globalizante ou estrutural, com a ênfase no coletivo, no social, convém muito mais à elaboração de pesquisas históricas e a um ensino de História que possam representar uma contribuição válida dos historiadores brasileiros ao necessário esforço de superação da situação vigente, do que a velha História narrativa, patriótica, enaltecedora de falsos heróis e criadora de mitos que cumprem exatamente uma função preservadora das estruturas em vigor, através dos mecanismos de hegemonia ideológica².

NOTAS

- 1- CARDDSO, Ciro F.S., *Uma Introdução à História*, São Paulo, Brasiliense, 1981, p.107.
- 2- Id., *ibd.*, p. 109.

1- BREVE HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DAS TERRAS DO ACRE

1.1- A Conquista do Acre

Embora nosso objetivo seja analisar a resistência dos seringueiros de Xapuri, em um período recente, achamos que seria oportuno fazer um retrospecto na História do Acre para se ter uma visão de conjunto de anexação, da estruturação, da posse e do uso de suas terras. Isto porque o Acre apresenta uma série de peculiaridades em relação a outras regiões do país. Muitas destas peculiaridades têm suas raízes no próprio processo inicial de ocupação das terras acreanas.

Onde hoje se localiza o Estado do Acre, era, até meados do século passado, região não pertencente ao Brasil, apenas habitada pelos índios. Na segunda metade do século XIX a região foi, aos poucos, sendo ocupada por amazonenses, paraenses e cearenses, que subindo pelos afluentes do Amazonas e seus sub-afluentes, iam em busca da seringueira (*Hevea brasiliensis*), árvore gomífera da qual se extrai o látex, para fazer borracha. Aos poucos, todas as vertentes do Purus, Juruá, Acre, Iaco e outros rios, onde havia maior concentração de seringueiras, estavam ocupadas por brasileiros.

Este interesse repentino pela borracha foi motivado pelo desenvolvimento das indústrias européias e norte-americanas que necessitavam da borracha como matéria-prima.

Antes de 1800 a borracha da Amazônia, extraída pelos índios, já era conhecida por viajantes estrangeiros. Logo se iniciou a exportação de sapatos de borracha, feitos pelos nati

vos, para os Estados Unidos. Segundo Leandro Tocantins, de 1836 a 1839, o Pará exportou 452.962 pares de sapatos, afora a borra cha crua que começava a disputar o mercado às manufaturas indíge nas . .

Nesta época foi descoberto, por Charles Goodyear, nos Estados Unidos, e Thomas Hancock, na Inglaterra, o processo de vulcanização da borracha, ampliando sua utilização como maté ria-prima pelas indústrias. Com a propagação do progresso técni co, intensificou-se a demanda por esta matéria-prima. A Amazônia era, então, o principal centro produtor. Devido às limitações do processo de trabalho, a ampliação da produção só era possível com a incorporação de outras áreas.

Portanto, aqui se apresenta uma das primeiras carac terísticas da ocupação do Acre: deu-se sob a égide do capitalis mo, quando o capital industrial já exercia seu domínio a nível internacional. Este fato é relevante para se entender a forma de processo de trabalho ali implantada, as relações de produção, a estrutura fundiária, as oscilações de desenvolvimento e estagna ção da economia, bem como os movimentos demográficos.

Aliado à forte pressão da demanda externa, outro fa tor contribuiu para a ocupação das terras acreanas. As grandes secas que assolaram o Nordeste, após 1877, vieram dificultar ain da mais a sobrevivência da população, na já decadente economia nordestina. Com isso, grandes levas de nordestinos, principalmente de cearenses, foram deslocadas para a Amazônia, penetrando por territórios que o Brasil reconhecia como bolivianos e que mais tarde foram reivindicados também pelo Peru. Assim foi en grossando ainda mais o número de brasileiros que se estabelece ram além dos limites fixados (mas não demarcados) pelo Tratado de Ayacucho. Este tratado foi assinado pela Bolívia e pelo Bra sil, em 1867 e estabelecia que o limite entre os dois países sa ria uma paralela traçada desde a confluência do Rio Beni com o Madeira, a 10°20', até as nascentes do Rio Javari.

Em pouco tempo, vastas áreas do Alto-Purus e do Rio Acre estavam ocupadas por brasileiros. Transcrevemos aqui um relato feito pelo Coronel Labrè, sobre o panorama do Acre, em 1887:

Este rio é um dos afluentes mais populosos do Purus, exporta hoje em goma-elástica 500.000 quilos. Em pouco tempo aumentará a produção. A sua população é de 10.000 almas, sem incluir os aborígenes que sobem ao duplo. O seu comércio é feito por mais de 15 grandes vapores que, durante a cheia, fazem a navegação do rio, levando anualmente novos trabalhadores e mercadorias².

No entanto, a Bolívia, que até então não tivera preocupação em ocupar este território, foi despertada pela prosperidade comercial que o Acre prometia. Em 1894 utilizando-se do roteiro descrito por Labrè, o Major-General Pando fez uma viagem ao Acre, na qual fez observações sobre as coordenadas geográficas e sobre a importância econômica da região boliviana ocupada por brasileiros. Logo após, a Bolívia passou a insistir no reinício das negociações para a demarcação dos limites, a fim de ocupar seu território. Devido à indefinição quanto à localização da nascente do Javari e às diferentes maneiras de interpretar o artigo 2º do Tratado de Ayacucho, a demarcação do limite foi suspensa, por várias vezes.

Para dirimir esta questão, foi assinado novo Tratado, em 1895, que reconhecia como nascente do Javari o ponto situado a 7º1'17" de latitude sul. Desta maneira o limite seria uma linha oblíqua que deixava todo o atual Estado do Acre sob o domínio boliviano. Este Tratado foi contestado por muitos brasileiros. Em alerta ao governo brasileiro o Coronel Taumaturgo de Azevedo escreveu na época:

... a aceitar o marco do Peru como o último da Bolívia, devo informar-vos que o Amazonas irá perder a melhor zona de seu território, a mais rica e mais produtora, porque, dirigindo-se a linha geodésica

de 10920' a 791'17", ela será muito inclinada para o norte, fazendo-nos perder o alto rio Acre, quase todo o Iaco e o Alto-Purus, os afluentes do Juruá e talvez os do Jutai e do próprio Javari; rios que dão a maior porção de borracha exportada e extraída por brasileiros.

A Bolívia, no entanto, considerava o Tratado de 1895 como definitivo.

Porém, só no início de 1899 é que finalmente a Bolívia instala sua alfândega no Acre, onde foi fundada uma povoação denominada Puerto Alonso. Iniciou-se assim o domínio efetivo da região, que até então estava sob a jurisdição do Estado do Amazonas. Este domínio foi consumado pelo Ministro boliviano D. José Paravicini, que foi nomeado delegado do Governo nos territórios do Aquiri e Purus.

Esta ocupação não foi bem vista pelos seringueiros brasileiros, nem pelos comerciantes e nem pelo governo do Amazonas.

Vários decretos foram assinados pela Delegação boliviana. Os descobridores de seringais ficaram impedidos de explorá-los sem obter a concessão da Bolívia e as concessões feitas pelas autoridades brasileiras teriam que ser registradas na Secretaria da Delegação. Outro decreto disciplinava a importação, a posse e o uso de armas. Outro regulamentava a extração do leite da seringueira. Aos brasileiros não agradava obedecer às leis decretadas por outra nação. Por isso, apesar de alguma solidariedade prestada por brasileiros a D. Paravicini, o que predominou foi a insatisfação dos acreanos. Esta se tornou maior quando a Delegação boliviana declarou aberta a outras nações a navegação pelos rios do Acre e a obrigatoriedade de as embarcações brasileiras usarem bandeira boliviana nos rios do Acre.

O governo do Amazonas oficialmente reconhecia o do

mínio boliviano, por força dos Tratados assinados pelo Brasil. Porém, sentia-se terrivelmente prejudicado com a perda dos impostos da borracha e das mercadorias comercializadas na região.

Após algumas manifestações populares contra o domínio boliviano, o Governo do Amazonas tomou a decisão de expor ao Presidente da República a situação do Acre e as consequências da perda desta região. No entanto, o Governo Federal nada fez.

Atitudes concretas foram tomadas por um grupo de acreanos inconformados, que em maio de 1899, se rebelaram e conseguiram expulsar a Delegação boliviana da região. Foi a primeira Revolução Acreana, que ocorreu sem tiros.

Enquanto isso, em Belém e Manaus, preparava-se um plano para a tomada da região pelos brasileiros. O mentor deste plano foi o espanhol Luiz Galvez Rodrigues de Arias. Galvez, com a ajuda do Governo do Amazonas e de comerciantes de Manaus, formou uma expedição que partiu para o Acre com a finalidade de constituir um governo no local. Chegando ao Acre, Galvez se reuniu com os seringalistas, pertencentes à Junta Central Revolucionária do Acre, e resolveram proclamar, no dia 14 de julho de 1899, o Estado Independente do Acre, com sede em Puerto Alonso, que passou a chamar-se Porto Acre.

Durante o período de Galvez, que durou apenas 8 meses, foi montada a estrutura do novo governo. Foram criados departamentos administrativos, organizados os serviços públicos e também se legislou sobre títulos de propriedades.

Seu governo, no entanto, foi efêmero. Logo surgiram reações. Os comerciantes de Manaus e Belém se recusavam a pagar o imposto cobrado da borracha exportada pelo território acreano e também suspenderam o fornecimento de mercadorias para o Acre. Outra reação foi dos bolivianos que se prepararam para atacá-lo tanto através de Manaus, com o consentimento do governo brasileiro, como diretamente da Bolívia, por via terrestre ou descendo

pelo Rio Acre. No entanto, quem acabou obtendo a rendição de Galvez foi uma flotilha da Marinha brasileira, em março de 1900. Ele então foi deportado para a Espanha.

Após a deportação de Galvez, outros líderes da Revolução Acreana assumiram a Presidência do Estado Independente do Acre e continuaram dificultando a consolidação do domínio boliviano na região.

O Governo brasileiro, com exceção do governo do Estado do Amazonas, mantinha-se fiel ao Tratado de Ayacucho, reconhecendo o direito da Bolívia sobre a região, embora não houvessem ainda demarcado os limites.

Só no final de 1901, após a constituição do *Bolivian Syndicate* é que as autoridades brasileiras passaram a se opor à Bolívia, no tocante à questão do Acre.

O *Bolivian Syndicate* era um consórcio, com sede em Nova York, inspirado pelo Governo da Bolívia e constituído por capitalistas ingleses e norte-americanos, com o qual a Bolívia assinou um contrato de arrendamento do Acre. Entre outras cláusulas, o contrato concedia ao Sindicato, por trinta anos, a administração fiscal do território do Acre, podendo, assim, cobrar toda a espécie de impostos, direitos alfandegários, usufruir rendas de terras, de conformidade com as leis bolivianas:

O sindicato possuía a faculdade de exercer e assegurar até pela força todos aqueles direitos e privilégios. (...) O Sindicato tinha o direito de navegar livre e tranquilamente por todos os rios do território acreano, e podia, a seu critério exclusivo, outorgar concessões para a navegação nos ditos rios.. Em caso de necessidade, a juízo do Governo Boliviano, o Sindicato podia equipar e manter uma armada de navios de guerra, para a defesa dos rios ou a conservação da ordem interna, ou outros objetivos,

em adição à força de polícia⁴.

A concessão de tais poderes a uma companhia capitalista traria evidentemente a reação dos países vizinhos, como o Brasil e Peru. Do Peru porque este país reivindicava também o direito sobre o Acre. O Brasil se preocupou com a segurança dos cidadãos brasileiros que habitavam a região e também com a própria segurança nacional, visto que o acesso aos rios do Acre se dava pelas águas nacionais. Portanto, os rios amazônicos passariam a ser freqüentados por uma força naval representante do imperialismo internacional.

Enquanto a diplomacia brasileira tentava desarticular a efetiva implantação do *Bolivian Syndicate*, os revolucionários acreanos, após um período de calma, rearticularam novamente, em 1902, o movimento libertador.

Este movimento se tornou mais forte quando D. Lino Romero, o novo Delegado da Bolívia, chegou ao Acre e estabeleceu uma legislação discricionária, com a cobrança de inúmeros impostos que descontentaram os seringalistas e comerciantes. Sobre isto a notícia do arrendamento do Acre ao *Bolivian Syndicate*, o que veio a ferir mais ainda o brio dos acreanos.

Surgiu então nova revolta, desta vez sob o comando militar do gaúcho Plácido de Castro, que em 6 de agosto de 1902, se apoderou da Intendência boliviana de Xapuri e proclamou outro Estado Independente do Acre. O estado anterior havia sido extinto em abril de 1900, ocasião em que o então Presidente Joaquim Vítor assinou uma ata de paz permitindo o funcionamento da alfândega boliviana e a instalação de autoridades da Bolívia no Acre.

Plácido de Castro organizou seu exército de seringueiros e seringalistas⁵. Através da luta de guerrilha começou a derrotar as forças bolivianas. Até que em janeiro de 1903 obteve a rendição da Delegação da Bolívia, em Porto Acre. Em seguida foi aclamado Governador do Estado Independente do Acre.

No mês seguinte, o Governo brasileiro enviou o General Olímpio de Silveira para ocupar o Acre, entre a linha Cunha Gomes e o paralelo 10°20', zona agora chamada de Acre Setentrional.

Para evitar conflitos com as tropas brasileiras, Plácido de Castro mudou a sede do Governo para Xapuri, no Alto-Acre. O Acre ficou dividido entre dois governos: o Governo Militar do Território Setentrional do Acre e o Governo do Estado Independente do Acre, com jurisdição ao sul do paralelo 10°20'.

Quando Plácido de Castro enfrentava militarmente os bolivianos no rio Urton, comandados pelo próprio Presidente da Bolívia, General Pando, veio a notícia de que o Brasil e a Bolívia haviam assinado um tratado em março de 1903, que estabelecia uma trégua a fim de resolver diplomaticamente a questão.

Cessaram-se os conflitos entre os acreanos e os bolivianos. No entanto, começaram as hostilidades do Exército brasileiro contra o Exército de Plácido de Castro. Em maio daquele ano, forçado pelo comandante das tropas brasileiras, Plácido dissolveu suas forças militares, pondo fim ao Estado Independente do Acre. Novamente, os acreanos se renderam às forças brasileiras. Mas, enquanto a diplomacia brasileira negociava a incorporação do Acre ao Brasil, era interessante manter o *status quo* da revolução acreana. Por isso, Plácido de Castro foi reempossado novamente no Governo do Acre Independente e seu exército rearmado.

Finalmente, em 17 de novembro de 1903, o Ministro Barão de Rio Branco assinou com o Ministro boliviano o Tratado de Petrópolis, no qual ficou estabelecida a anexação, ao Brasil, de uma área de 181.000 km² no Acre. Em troca, o Brasil cedeu à Bolívia algumas pequenas áreas de terra em Mato Grosso e Amazonas, e se comprometeu a construir a Estrada de Ferro Madeira - Mamoré e a pagar 2 milhões de libras esterlinas.

No entanto, não era só com a Bolívia que a região

era disputada. Também o Peru reivindicava não só a área em questão como também uma parte do Estado do Amazonas.

Por volta de 1900, muitos peruanos já haviam penetrado pelo Alto-Purus e Juruá, à procura de caucho. Logo entraram em conflito com os seringueiros brasileiros ali estabelecidos. Em seguida, o Governo peruano ocupou administrativa e militarmente o Alto-Juruá e Alto-Purus, instalando postos aduaneiros e militares. O Brasil também concentrou tropas na região. Houve pequenos choques armados. Mas, finalmente, depois de longas negociações diplomáticas, em 1909, foi assinado pelos dois países um tratado que pôs fim às questões de fronteira no Acre. Ficou, portanto, incorporada definitivamente ao Brasil uma área de 152.000 km², ocupada pelos seringueiros. Até 1962, esta área permaneceu como Território Federal, sendo hoje o Estado do Acre.

A anexação das terras acreanas ao Brasil foi conseguida com o sacrifício e a persistência dos seringueiros acreanos. Este fato traz outra característica marcante para o Acre: o orgulho do seringueiro por ter sido aquela região incorporada ao Brasil pela luta e pelo sangue de seus antepassados. Em Xapuri, este orgulho é ainda mais forte porque foi lá que Plácido de Castro iniciou a revolução e foi lá, por algum tempo, a sede do Governo Independente do Acre.

1.2- A Economia Extrativista da Borracha

Da mesma forma como os interesses do capital foram responsáveis pelo desenvolvimento da economia gomífera na Amazônia, e a conseqüente ocupação das terras do Acre, foram também, em parte, responsáveis pela decadência do extrativismo da borracha.

Após a descoberta do processo de vulcanização da borracha, multiplicaram-se as aplicações deste produto, abrindo amplas perspectivas ao mercado da goma elástica.

Além das suas aplicações em calçados, vestimentas impermeáveis, instrumentos cirúrgicos e de laboratórios, a borracha foi também largamente utilizada no revestimento de aros das rodas de veículos. Com o aperfeiçoamento dos pneumáticos, em 1888 e o desenvolvimento da indústria automobilística, a partir de 1895, aumentou largamente a demanda da borracha, provocando a elevação dos preços. Segundo Celso Furtado:

de 45 libras por toneladas nos anos quarenta, o preço médio de exportação sobe para 118 libras no decênio seguinte, 125 nos anos sessenta e 182 nos setenta.

(...) Os preços continuam sua marcha ascensional, alcançando, no triênio 1909-11, a média de 512 libras por tonelada, ou seja, mais que decuplicando o nível que prevalecera na metade do século anterior.

Como já dissemos anteriormente, este enorme interesse pela borracha fez com que houvesse a expansão das áreas produtoras e estimulou a migração de nordestinos para os altos rios da Amazônia.

Com financiamentos externos, tanto os governos provinciais como empresas privadas, organizaram um verdadeiro sistema de comunicação e transporte, adequado à região. Várias frotas de embarcações se encarregavam de fazer o escoamento da produção de borracha e de abastecer os seringais de mão-de-obra, de mercadorias necessárias à sobrevivência e de instrumentos de trabalho.

Devido à ausência de progresso técnico no processo de trabalho, o atendimento da demanda era feito pela incorporação de novas áreas e de mais força-de-trabalho. Segundo cálculos de Benchimol, no período de 1877-1900 só do Ceará emigraram 158.125 pessoas para a Amazônia⁹. Moacir Fecury, comparando a população paraense entre 1872 (275.237 hab.) e 1906 (872.000 hab.) observa que houve um aumento populacional de 300% em 34 anos¹⁰. Conforme Caio Prado, o Acre:

... entranhado 5.000 km no continente, e deserto até os primeiros anos do século atual, reunirá em menos de um decênio para mais de 50.000 habitantes¹¹.

Craveiro Costa calcula que na época da anexação do Acre ao Brasil sua população chegava a 100.000 habitantes¹².

Apesar da existência de seringais em regiões do México e da América Central, a Amazônia, privilegiada pela grande concentração desta árvore nativa, é que se tornou o grande centro produtor e exportador de borracha.

No período de 1851/1860 as exportações de borracha da Amazônia atingiram 19.383 t.; de 1871/1880 chegaram a 60.225 t.; de 1881/1890 alcançaram 110.048 t. Na década seguinte, chegaram a 213.755 t¹³. Caio Prado afirma que:

o Território do Acre... em 1907, com mais de 11.000 (toneladas), coloca-se em primeiro lugar entre as regiões produtoras do Brasil¹⁴.

No início deste século a borracha se destaca como um dos principais produtos brasileiros de exportação. No período de 1898/1910 chega a corresponder a 25,7% do total das exportações brasileiras¹⁵. Em 1912, a produção brasileira atinge a cifra máxima de 43.000 toneladas¹⁶.

No entanto, como o motor da economia extrativista da borracha se localizava no exterior, tanto o volume das exportações quanto a cotação dos preços oscilavam de acordo com as flutuações das economias européia e americana¹⁷.

Mesmo com o contínuo incremento da produção não foi possível atender à forte pressão do mercado mundial e os preços mantiveram-se elevados. Com isso foi inevitável o surgimento da concorrência.

Os ingleses logo se lançaram nesta empreitada. Com base nas pesquisas de Sir Wickman, que a partir de 1876 fez um trabalho de coleta e aclimação de sementes e de experimentação da cultura da *hevea* fora da Amazônia, introduziram o plantio da seringueira no Ceilão. No início deste século, várias plantações racionais de seringueiras foram introduzidas também na Birmânia, Malásia e nas Índias Neerlandesas.

*A borracha "racional" é uma agricultura tipicamente capitalista, organizada em moldes técnicos e empresariais e com ganhos crescentes em produtividades. Representa uma intervenção direta do capital produtivo na organização da produção e como tal é uma forma superior de volume e escala de produção*¹⁸.

Em pouco tempo a produção asiática de borracha passou a superar a produção brasileira. Em 1913, a produção brasileira caiu para 39.560 t., enquanto que a produção da Ásia subiu para 47.618 toneladas. Em 1915, a produção asiática subiu para 107.867 enquanto que a nossa baixou para 37.220 t. No final da década, em 1919, nossa produção de borracha era de 34.285 toneladas contra 381.860 produzidas pela Ásia¹⁹.

Nas condições em que a borracha amazônica era produzida tornou-se impossível concorrer com a produção organizada pelos ingleses nas colônias da Ásia. A dispersão das seringueiras pelas florestas, a ausência de técnicas de produção e cultivo, a falta de apoio oficial, o alto custo da mão-de-obra, a falta de capital, as dificuldades de transportes, tudo isso contribuiu para a manutenção do alto custo de produção da borracha amazônica. Roberto Santos, comparando a exploração de seringueiras na Amazônia e na Ásia, em 1915, constata que o rendimento por homem em borracha seca é de 230 kg na Amazônia e de 700 a 2.000 na Ásia; o custo de produção é de 7,50 francos por kg na Amazônia e de 3,48 francos na Ásia. Enquanto o custo de produção de borracha da Amazônia é mais que o dobro, o preço de mercado é quase igual: 6,60 e 6,38 francos por kg na Amazônia e na Ásia

20
respectivamente .

Poucas e infrutíferas foram as medidas tomadas para reverter esta situação e salvar a Amazônia do desastre. O Plano de Defesa da Borracha, criada em 1912 e que incentivava o plantio de seringueira, não teve qualquer resultado prático. No final da década de 30, a Cia. Ford Industrial do Brasil pretendia desenvolver, no Pará, a produção de borracha em larga escala, através do plantio racional, para fazer frente à interferência da Inglaterra, que procurava valorizar a borracha produzida em suas colônias. A experiência da Fordlândia, como foi conhecida, fracassou em pouco tempo, devido à escolha inadequada da terra, escassez de mão-de-obra e pela baixa dos preços de mercado.

O Acre, que tinha sua economia baseada no monoexportativismo gomífero, sofreu drasticamente com a crise da borracha. As cidades que serviam de entrepostos comerciais se esvaziaram. Muitos seringais foram abandonados. Os seringueiros, sem o fornecimento dos *barracões*, que por sua vez perderam o fornecimento do comércio de Manaus e Belém, ficaram relegados à sua própria sorte. Uma das conseqüências desta crise foi a reemigração para o Nordeste, havendo um grande esvaziamento populacional. A população do Acre, que no início do século, segundo Craveiro Costa, era calculada em aproximadamente 100.000 habitantes, no Censo de 1920 apresentava 92.379 habitantes, enquanto que em 1940 esta população baixara para 79.768. Somente no Censo de 1950 é que apresentou um aumento populacional: 114.755 habitantes²¹.

Os seringueiros que permaneceram no Acre passaram a se dedicar à agricultura de subsistência, à coleta da castanha, à caça e à pesca, sem abandonar completamente a extração da borracha. Nos seringais abandonados, muitos seringueiros permaneceram como posseiros, ficando livres da dependência do seringalista. Nos outros seringais, pelo menos foi atenuada a su

bordinação ao patrão. Desenvolveu-se, então, uma economia mais diversificada, em lugar do monoextrativismo da borracha.

Abgvar Bastos, com base em dados de um Relatório do Dr. Hugo Carneiro, ex-governador do Acre, afirma o seguinte:

Em 1930, a situação agrícola do Acre já é notável. As terras "são cultivadas com sucesso e espantam pela abundância com que produzem".

Não se trata mais tão somente do milho, do feijão, da mandioca. "Já se faz a cultura do café, da cana-de-açúcar, do algodão, do arroz, da batata e do fumo".

Começam a surgir zonas distintas de lavoura. "De todos os municípios é o do Juruá o que presentemente mais produz, tendo já uma promissora exportação, seguindo-se-lhe o do Purus".

A pecuária, ainda que rudimentar estabiliza-se ... A economia florestal, por sua vez, apresenta possibilidades múltiplas. {...}

O quadro das madeiras é vistosamente importante. Ma²²deiras para construção civil e naval...

Somente no período da 2a. Guerra Mundial é que a economia da borracha tem novo impulso. Com a ocupação da Malásia e Ceilão pelos japoneses, os países Aliados ficaram privados do fornecimento da borracha. Como esta matéria-prima havia se tornado indispensável às economias industriais, novamente o capital industrial voltou a se interessar pela borracha nativa produzida na Amazônia.

Embora não tenha cessado por completo, a produção na Amazônia estava bastante desorganizada devido ao longo período de estagnação. Tornou-se necessária a elaboração, às pressas, de planos de recuperação da produção.

Os Estados Unidos, que, devido à sua maior demanda,

foram os mais prejudicados com o corte no fornecimento da borracha, firmaram em 1942 vários acordos com o Brasil, os chamados *Acordos de Washington*, dos quais vários deles visavam à recuperação da produção da borracha na Amazônia.

Em decorrência destes acordos foram criados vários órgãos e planos visando ao incremento rápido da produção. Foi a chamada *Batalha da Borracha*.

Em 1942, através do Decreto Lei 4.451, foi criado o Banco de Crédito da Borracha, com capital brasileiro e americano. Este Banco tinha as atribuições de estimular a produção e regularizar os preços e a comercialização da goma elástica. Esta regularização era conseguida através do monopólio estatal da borracha, eliminando-se assim os intermediários.

Foi desenvolvido um plano de saneamento na Amazônia, com auxílio da Fundação Rockefeller. Mais tarde este serviço se transformou no SESP - Serviço Especial de Saúde Pública.

Para o recrutamento de trabalhadores em outras regiões, a fim de suprir de mão-de-obra os seringais desfalcados, foi criado o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia - SEMTA.

O abastecimento seria feito pela SAVA - Superintendência de Abastecimento para o Vale da Amazônia.

A Rubber Reserve Corporation, agência governamental norte-americana que era encarregada da produção de borracha para a guerra, e que estava à frente de todos estes planos, ficara encarregada de organizar o sistema de transporte, inclusive da construção de vários aeroportos na Amazônia²³.

Novamente grandes contingentes de nordestinos foram transportados para o Acre e outras partes da Amazônia. Foram os

chamados *Soldados da Borracha* que, com muitas promessas e muitas esperanças, se internaram nas florestas com a finalidade de extrair a borracha. Pensavam estar servindo à Pátria, quando na verdade estavam servindo apenas aos interesses do capital. Com este novo afluxo de nordestinos, no Censo de 1950, o Acre apresentou um acréscimo de 34.987 habitantes, com relação ao de 1940.

Mas nem todos os planos e órgãos criados funcionaram a contento. Apesar do acréscimo populacional, da rearticulação dos seringais e de toda infraestrutura criada ou planejada, as metas de produção não foram atingidas. Enquanto se pretendia produzir 70 mil toneladas por ano, o máximo que se conseguiu foi a cifra de 21.192 t.; em 1944, decaindo em 1945 para 18.887, baixando ainda mais nos anos seguintes²⁴.

Cessada a guerra e restabelecida a normalidade nas regiões produtoras da Ásia, novamente a Amazônia volta ao abandono. A produção conseguida, apesar de pequena, se tornou uma superprodução, devido à concorrência em melhores condições de competitividade da borracha asiática e ao baixo consumo do mercado interno.

No entanto, na década seguinte, com a expansão da indústria nacional, aumentou a demanda interna, a tal ponto que a produção brasileira de borracha não foi capaz de suprir o próprio mercado. Tornou-se necessária a liberação das importações. O Brasil, que no início do século era o maior exportador de borracha, passou à condição de importador, situação esta que perdura até hoje.

1.3- As Relações de Produção

Como dissemos anteriormente, a ocupação inicial do Acre foi motivada pelo capital industrial, que já estava plenamente constituído na Europa e nos Estados Unidos, já exercendo seu domínio a nível mundial.

Portanto, a produção que se organizou na Amazônia, especialmente no Acre, apesar de não ter assumido as formas típicas do capitalismo, foi uma produção de mercadoria para o capital.

Para a produção da borracha na Amazônia, o capital utilizou-se de uma forma de relações de produção que já havia iniciado desde a fase da exploração das drogas do sertão: o sistema de *aviamento*.

Este sistema consistia na manutenção da dependência do produtor direto, no caso o seringueiro, através do fornecimento, a crédito, de bens de consumo e instrumentos de trabalho. O seringueiro ficava obrigado a vender sua produção ao *barracão* do seringalista (dono do seringal) que lhe *aviava* (fornecia) as mercadorias de que necessitava.

O seringalista, por sua vez, também era *aviado* por outros *aviadores* ou diretamente pelas *casas aviadoras* e exportadoras. Estas casas eram estabelecimentos comerciais que, geralmente, se situavam em Manaus e Belém e se encarregavam de fazer a distribuição de gêneros, geralmente importados, aos seringais, comprando e exportando toda a produção de borracha.

O seringueiro, portanto, mesmo não sendo um assalariado, era despossuído dos meios de produção (exceto das ferramentas de trabalho que comprava a crédito do seringalista) e trabalhava para valorizar o capital. O pagamento de sua produção raramente era feito em dinheiro, pois quando fazia o acerto de contas no barracão quase sempre continuava devedor. Quando obtinha algum saldo era induzido a gastá-lo com supérfluos. O dinheiro funcionava apenas como um símbolo na mediação das relações entre patrões e seringueiros, servindo para o registro contábil da produção e das compras feitas no barracão pelo seringueiro. O perpétuo endividamento e a quase total ausência de dinheiro vivo fazia com que o seringueiro estivesse sempre vinculado ao patrão seringalista. Segundo Abguar Bastos,

A moeda era inapreciável na selva. Uma liquidação de "saldo", raramente, poderia habilitá-lo ao regresso. Pagava demais - o devido e o indevido. Pagava o custeio da viagem, desde o Ceará. Os fornecimentos de utensílios. Os mantimentos. As roupas. Os remédios. Os adiantamentos. A localização. Para receber, em dinheiro, o "saldo", ainda pagava dez por cento de ágio sobre a "remessa" da moeda, extravagante "fornecimento" dos grandes aviadores. Por via de fretes, seguros e prováveis lucros usufruídos pelo patrão, a mercadoria chegava às mãos do seringueiro onerada em quase cem por cento do seu valor comum²⁵.

Além do endividamento havia também os regulamentos dos seringueis e mesmo a força física, através de jagunços, que impediam que o seringueiro regressasse à sua região de origem ou fosse trabalhar por conta própria ou com outro patrão.

Abgvar Bastos classifica o seringueiro como assalariado. No entanto, achamos que está bem claro que o seringueiro não era um assalariado típico, nem disfarçado, pois não recebia pagamento em dinheiro, não estava livre para vender sua força de trabalho a qualquer outro patrão e nem sua produção de borrache. Havia, portanto, laços de dependência pessoal com relação ao patrão e sua sujeição através do endividamento e outras formas não econômicas.

Também na expressão de Márcio Souza,

o seringueiro, retirante nordestino que fugia da seca e da miséria, era uma espécie de assalariado de um sistema absurdo. Era aparentemente livre, mas a estrutura concentracionária do seringal o levava a se tornar um escravo econômico e moral do patrão. Endividado, não conseguia mais escapar²⁶.

A dependência do seringueiro ao seringalista, através do endividamento, foi, por muitos, considerada como trabalho compulsório. Adalberto Ferreira da Silva, analisando as relações de produção no extrativismo afirma que estas relações estavam marcadas pela presença do trabalho compulsório²⁷.

Conforme João Antônio de Paula, o controle exercido pelo capital mercantil é de tal ordem que ele consegue criar a população para a exploração do látex 'reinventando' o trabalho compulsório no momento mesmo em que o Brasil assiste o final da escravatura²⁸.

Também Luiz Antonio P. de Oliveira, enfocando a falta de mobilidade da força de trabalho nos primórdios da economia da borracha, afirma o seguinte:

O capital mercantil vai paradoxalmente reativar o trabalho semi-compulsório em uma época em que a escravidão vai sendo extinta no Brasil e esse é o traço marcante da constituição da força-de-trabalho na Amazônia Ocidental e especialmente no Acre²⁹.

Afirma ainda que a estreita relação da atividade extrativa da borracha com o capital mercantil e sua dependência frente ao Capital Monopolista Internacional geraram a reprodução de formas de produção extremamente rígidas e pré-capitalistas...³⁰

O trabalho compulsório é tipicamente anti-capitalista. Para a constituição do capitalismo o trabalho livre é um dos pressupostos básicos. No entanto, após sua constituição, o capitalismo se expande, subordinando outros processos de trabalho não-capitalistas, mas que passam a valorizar o capital.

Reconhecemos que as relações estabelecidas na economia extrativista da borracha não são tipicamente capitalistas. O aviamento é uma forma *sui generis* de relação de produção que

foi recriada pelo capitalismo para valorizar o capital.

Esta relação de produção soma-se a outras que o capital desenvolveu e subordinou, ao expandir-se em nosso continente.

A variedade de relações produtivas que se desenvolveu no continente, "peonaje", "inquilinaje", "acasilhaje", parceria, colonato, etc., mesmo quando aparentemente se revelam como relações de trabalho "não capitalistas", são realmente relações de trabalho redefinidas pelo capitalismo, subordinadas à relação de produção dominante, ou seja, relações de produção que também passam a valorizar o capital. Em outras palavras, se, a nível da produção imediata, essas relações aparecem como "não capitalistas", a nível da reprodução do Modo de Produção Capitalista são capitalistas³¹.

Acreditamos que o aviamento, tal como o regime de colonato, vem confirmar também a hipótese de Martins, de que o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a esta reprodução³². Ou seja, a produção capitalista de relações não-capitalistas de produção. Segundo Martins, tal produção se dá onde e enquanto a vanguarda da expansão capitalista está no comércio³³.

Tal foi o que aconteceu com a produção de borracha na Amazônia, onde, através do comércio mundial, o capitalismo estimulou a produção e a troca de mercadorias. Portanto, foi o capital industrial, com as relações capitalistas predominantes, que estimulou e organizou a produção extrativista de borracha, por intermédio do capital mercantil.

Convém aqui deixar claro que o capital mercantil,

por intermédio do qual a produção de borracha é estimulada, não se trata de uma forma autônoma e soberana de capital como a que ocorreu historicamente, antes do surgimento do modo capitalista de produção. Neste período (fins do Séc. XIX), o capital industrial é dominante. Portanto, o capital já se apoderou da própria produção, imprimindo-lhe sua característica e subordinando o comércio e a produção de outras formas sociais.

Segundo Marx,

*Na produção capitalista, o capital mercantil deixa a antiga existência soberana para ser um elemento particular do investimento de capital... Passa a funcionar como agente do capital produtivo*³⁴,

No entanto, Marx alerta para não se confundir o capital mercantil com o capital industrial e chama a atenção para as peculiaridades do primeiro, que se subdivide em duas formas ou variedades - capital comercial e capital financeiro³⁵.

O capital mercantil só funciona na esfera da circulação, como uma das fases do processo de reprodução do capital. Tornou-se autônomo na divisão do trabalho entre os capitais por se restringir à esfera da circulação, nas funções assumidas transitoriamente pelo capital industrial enquanto capital-mercadoria e capital-dinheiro. Porém, relaciona-se com o capital industrial mantendo a continuidade do processo global de reprodução do capital.

Sobre o sistema de aviamento, Adalberto Ferreira da Silva afirma que:

... funcionava sob a dominação imediata e visível do capital mercantil. Apesar de funcionar sob a dominação do capital mercantil, sob o aspecto de capital comercial, portanto, capital que se limita à esfera da circulação, nas formas de capital

mercadoria e capital-dinheiro e nunca de capital produtivo, era o capital industrial das grandes potências que fazia funcionar a empresa do seringal nativo, isto porque as casas exportadoras estavam diretamente ligadas ao capital monopolista internacional e era este que, em última instância, detinha o controle do sistema de aviamento³⁶.

Bruit, analisando outras formas de relações produtivas na América Latina, faz uma afirmativa que acreditamos servir também para esclarecer, em parte, a questão das relações no extrativismo da borracha:

De fato, a relação de produção capitalista não aparece a nível do processo imediato da produção, mas a nível da reprodução de todo o sistema, de tal forma que a relação capitalista dominante não se apropria do sobretabalho do produtor agrícola, mas permite que chegue a este produtor o equivalente do valor de sua força de trabalho sob a forma de mercadoria ou de dinheiro, assegurando assim a reprodução do produtor.

O desenvolvimento de formas econômicas não assalariadas, mas de modo algum não capitalistas, foi um dos processos que marcaram a dinâmica da acumulação capitalista na América Latina. O chamado padrão acumulativo-comercial-financeiro-exportador se constituiu, em grande parte, sobre a base de uma exploração do trabalho formalmente subordinado ao capital, o que representou um lento progresso técnico, baixos níveis de produtividade, lenta divisão social do trabalho. Sem dúvida, este processo acumulativo mais lento faz parte do processo de acumulação capitalista em escala mundial³⁷.

Pelo fato de este processo estar sob a dominação imediata e aparente do capital mercantil, não significa que não

possa contribuir para a acumulação capitalista. O capital mercantil, segundo Marx, apesar de não criar diretamente valor nem mais-valia, contribui indiretamente para a valorização do capital:

Ao concorrer para abreviar o tempo de circulação, pode indiretamente contribuir para aumentar a mais-valia produzida pelo capitalista industrial. Ao contribuir para ampliar o mercado e ao propiciar a divisão do trabalho entre os capitais, capacitando portanto o capital a operar em escala maior, favorece a produtividade do capital industrial e a respectiva acumulação. Ao encurtar o tempo de circulação, aumenta a proporção da mais-valia com o capital adiantado, portanto, a taxa de lucro. Ao reter na esfera da circulação parte menor de capital na forma de capital-dinheiro, aumenta a parte do capital diretamente aplicada na produção³⁸.

Apesar de o capital mercantil possuir suas peculiaridades características, seu movimento, segundo Marx, nada mais³⁹ é que o movimento do capital industrial na área da circulação.

Marx afirma ainda que,

quando o modo de produção capitalista já está desenvolvido e se torna predominante, acontece que, na etapa da circulação $D-M_{Mp}^F$, grande parte das mercadorias que constituem M_p , os meios de produção, é capital mercadoria estrangeiro em funcionamento. (...) É indiferente o caráter do processo de produção donde provêm; funcionam no mercado como mercadorias e como tais entram no ciclo do capital industrial e na circulação da mais-valia por ele trazida. É a universidade da origem das mercadorias, a existência do mercado como mercado

mundial, que distingue o processo de circulação do capital industrial. (...)

O comércio de mercadoria como função do capital mercantil é condição do desenvolvimento da produção capitalista e com ele se desenvolve cada vez mais⁴⁰.

Acreditamos que no caso do Acre em particular e da Amazônia de maneira geral, apesar de o capital não ter atuado diretamente na organização da produção, extraíndo a mais valia através da subordinação real, mas através do capital mercantil, recriou e subordinou formalmente relações de produção que permitiram a apropriação do sobretrabalho do produtor direto, e que contribuíram para a reprodução do capital industrial.

1.4- A Organização da Produção e a Estrutura Fun diária:

Embora o extrativismo gomífero tenha sido estimulado pelo desenvolvimento da indústria na Europa e Estados Unidos, a produção da borracha não foi organizada diretamente pelo capital industrial.

A produção desta mercadoria, importantíssima como matéria-prima para as indústrias, teve a intermediação do capital mercantil, como já vimos no item anterior deste capítulo.

O capital mercantil era, internamente, representado pelas *casas aviadoras* e pelas exportadoras. As *casas aviadoras*, com financiamentos da rede bancária ou com crédito das casas exportadoras, eram as que estimulavam diretamente a organização de seringais. Estas casas, não só financiavam e organizavam o transporte de nordestinos para os seringais, como também *aviavam*, isto é, forneciam a crédito, aos seringalistas, as mercadorias para a abertura e movimentação do seringal.

A este respeito, assim se expressa Oliveira:

Para que os futuros seringalistas organizassem as primeiras expedições que penetraram na região e estabeleceram os seringais foram necessários créditos que os deixassem em condições para tal. Este sistema de abertura de créditos realizados por casas aviadoras situadas em Manaus e, principalmente, em Belém, foi o que perdurou na primeira fase do ciclo da borracha⁴¹.

A primeira fase, a que se refere o autor, corresponde ao período de apogeu da borracha, que vai até princípios da década de 10 deste século.

Em compensação, as casas aviadoras mantinham, sobre os seringalistas, o monopólio da venda de mercadorias e o monopólio da compra da borracha.

As casas aviadoras geralmente dispunham de suas próprias frotas para o transporte das mercadorias e da força-de-trabalho destinadas aos seringais.

Conforme resume Cavalcanti,

A formação dos primeiros seringais obedecia, com pequenas ressalvas, mais ou menos o seguinte roteiro: os migrantes saíam do Nordeste para a Amazônia. Ao chegarem em Belém ou Manaus as Casas Aviadoras designavam o destino a seguir. Para isso era escolhido dentre os migrantes aqueles que iriam dirigir as equipes formadas para seguir um rio ou outro à cata da seringueira. Depois de formada a equipe a casa aviadora entregava a cada "Chefe" escolhido por ela, alimentação, vestuário e os meios de produção necessários para a sobrevivência e o trabalho na selva. Estas equipes eram transportadas em navios ou embarcações menores e deixadas à margem dos rios navegáveis⁴².

Desta forma, à medida em que aumentava a pressão da demanda do mercado mundial, com a conseqüente elevação dos preços da borracha, aumentava a quantidade de seringais que foram surgindo às margens dos rios.

Tendo como sede o *barracão*, que ficava à margem do rio, o seringal se dividia em várias *colocações*, dispersas pelo interior da floresta. Cada *colocação* era constituída pelo *tapini* (cabana de palha) e pelas *estradas* de seringa trabalhadas pelo seringueiro. O conjunto das *colocações* com suas *estradas* se denominava de centro do seringal. As estradas (geralmente em número de três por colocação) eram circulares, tendo como ponto de partida e de chegada a clareira onde se localizava a cabana do seringueiro.

As atividades produtivas se realizavam no centro do seringal, através de processos de trabalho extremamente rudimentares. Consistiam na localização das seringueiras, na abertura das estradas, no *corte* das árvores (risco em diagonal no tronco da seringueira), no recolhimento do leite aparado nas tijelinhas e na coagulação do leite através do processo de defumação, formando as *pelas*. Poucos instrumentos de trabalho eram utilizados pelo seringueiro: a machadinha (mais tarde foi introduzida a faca de seringa, para fazer o corte), o balde, tijelas, o *terçado* (facão), uma bacia e o *boião* de furo para fazer a defumação. Todos estes instrumentos, bem como os víveres utilizados pelo seringueiro, eram debitados em sua conta no *barracão*.

Os seringalistas, a partir do *barracão*, organizavam e controlavam a produção e se encarregavam da comercialização.

Na fase áurea da borracha, o *barracão* supria o seringueiro de todos os meios de subsistência de que necessitava. Desta forma os seringueiros se dedicavam exclusivamente à produção da borracha. Mesmo com o alto valor da borracha, o seringueiro, que pagava uma renda em produto ao proprietário do se

ringal e ainda era obrigado a vender toda produção ao barracão, estava sempre endividado com o seringalista e dificilmente conseguia sua independência. A extorsão do sobretrabalho do seringueiro era conseguida pelo controle dos preços da compra da borracha e da venda de mercadorias, pela cobrança da renda, através de *erros* na conta e muitas outras formas esdrúxulas.

Esta forma de organização da produção mantinha o trabalhador direto impedido de se tornar proprietário e garantia ao seringalista o monopólio da terra. Impedia também a formação do trabalhador livre como é típico do modo de produção capitalista.

Devido à dispersão das seringueiras, o seringal, que constituía a unidade produtiva da borracha, se estendia por vastas áreas, constituindo enormes latifúndios.

O monoextrativismo da borracha se baseou, portanto, em uma estrutura fundiária bastante concentrada.

Esta foi a regra geral em toda a Amazônia, principalmente no Acre, onde havia maior incidência de seringueiras.

Adalberto Ferreira, analisando os fundamentos econômicos da ocupação do Acre afirma o seguinte:

Moldado de acordo com as atividades extrativistas, a ocupação econômica do Acre propiciou uma estruturação fundiária calcada na grande propriedade, uma vez que, com as seringueiras distribuídas aleatoriamente na mata, para se alcançar determinado nível de produção, tornava-se necessário a utilização de áreas de terras de grandes proporções⁴³.

Este autor cita ainda Osíris da Silva que corrobora esta afirmativa:

Com a economia gomífera, forma-se no Acre a gran

de propriedade territorial, o latifúndio tipicamente amazônico, dentro de cuja estrutura se organizou a produção da borracha nativa⁴⁴.

Não temos dados estatísticos sobre a extensão dos seringais do Acre no período da fase inicial e do apogeu da borracha. Mas várias descrições de seringais daquela época nos dão uma idéia de sua dimensão. Uma delas é feita por Euclides da Cunha, mostrando a dispersão do seringueiro e transcrita por Fernando Garcia:

Mesmo no Acre propriamente dito, onde a densidade maior das árvores de borracha permite a abertura de 16 estradas numa légua quadrada, toda esta área capaz de sustentar, de acordo com a unidade agrícola corrente, cinquenta famílias de pequenos lavradores, requer a atividade de oito homens apenas, que lá se espalham e raramente se vêem. Calcula-se um seringal médio, de duzentas "estradas" tem cerca de 15 léguas quadradas; e este latifúndio que se povoaria a larga com 3.000 habitantes ativos, comporta apenas a população invisível⁴⁵ de 100 trabalhadores, exageradamente dispersos.

Quinze léguas quadradas correspondem a 54.000 ha. Dados do Censo de 1920 nos mostram que 84,7% das terras recensadas do Acre eram ocupadas por propriedades com mais de 10.000 ha., numa média de 50.165 ha., cada propriedade. (Ver Quadros 1 e 2)

Até o início da expansão dos seringais na Amazônia não havia muita preocupação com a legalização da propriedade da terra. Dada a abundância de terra, sua posse, segundo Reis, era mansa e não se legalizava⁴⁶. Só a partir da intensificação da formação de seringais, na década de 70 do século passado, é que esta preocupação surgiu.

Daí por diante é que se buscava a proteção das

QUADRO 1

CONFRONTO DOS RESULTADOS DOS CENSOS DE 1920 E 1940

PROPRIEDADE DAS TERRAS, CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL E GRUPO DE ÁREA TOTAL	ESTABELECIMENTOS			
	1920		1940	
T O T A I S	1.170	100%	1.047	100%
PROPRIEDADE DAS TERRAS				
Individual	1.128	96,4	460	43,9
Outra Propr.Particular	42	3,6	195	18,6
Entidade Pública	377	36,0
Sem Declaração	15	1,5
CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL				
Proprietário	864	73,8	294	28,0
Arrendatário	185	15,8	479	45,8
Ocupante	144	13,8
Administrador	121	10,4	118	11,2
Sem Declaração	12	1,2
GRUPO DE ÁREA TOTAL (HA)				
Menos de 100	647	55,3	540	51,6
100 a menos de 1.000	303	25,9	124	11,8
1.000 a menos de 10.000	150	12,8	137	13,1
10.000 e mais	70	6,0	197	18,8
Sem Declaração	49	4,7

Quadro elaborado com base em dados contidos nos Censos Econômicos de 1975 - Censo Agropecuário Acre, Série Regional, Vol. 1 Tomo 2, IBGE, Rio de Janeiro, 1979, pág. 2.

QUADRO 02

CONFRONTO DOS RESULTADOS DOS CENSOS DE 1920 E 1940

PROPRIEDADE DAS TERRAS, CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL E GRUPO DE ÁREA TOTAL	Á R E A (HA)			
	1920		1940	
T O T A I S	4.147.583	100%	6.914.709	100%
PROPRIEDADE DAS TERRAS				
Individual	3.617.429	87,2	4.089.692	59,2
Outra Propr. Particular	530.154	12,8	2.678.894	38,7
Entidade Pública	30.108	0,4
Sem Declaração	116.015	1,7
CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL				
Proprietário	1.222.460	29,5	2.599.033	37,6
Arrendatário	1.753.433	42,3	3.458.693	50,0
Ocupante	14.702	0,2
Administrador	1.171.690	28,2	770.201	11,1
Sem Declaração	74.080	1,1
GRUPO DE ÁREA TOTAL (HA)				
Menos de 100	11.402	0,3	12.067	0,2
100 a menos de 1.000	116.420	2,8	44.149	0,6
1.000 e menos de 10.000	508.189	12,2	515.608	7,5
10.000 e mais	3.511.572	84,7	6.342.885	91,7
Sem Declaração	-	-

Quadro elaborado com base em dados contidos nos Censos Econômicos de 1975 - Censo Agropecuário Acre, Série Regional, Vol. 1 Tomo 2, IBGE, Rio de Janeiro, 1979, pág. 3.

leis para garantia jurídica do empreendimento. (...) Re
querido o título definitivo que habilitava à ⁴⁷ pro
priedade do seringal, procedia-se a demarcação .

Os primeiros títulos de terra no Acre foram emitidos pela Província do Amazonas (na República passou a ser denominada de Estado). Com a instalação da Delegação do Governo Boliviano no Acre, em 1899, tanto as antigas como as novas concessões teriam que ser registradas na Secretaria da Delegação. Também o Estado Independente do Acre, criado por Galvez e depois o de Plácido de Castro, legislaram sobre terras. Quando o Acre foi anexado ao Brasil, em 1903, o governo brasileiro se comprometeu em respeitar os títulos emitidos pelos governos anteriores.

No entanto, parece que foram poucos os títulos emitidos. Adalberto Ferreira afirma que:

*Na realidade, não foram muitos os títulos expedidos nas condições vistas acima, isto é, antes da incorporação definitiva das terras do Acre ao território nacional, e foram em geral, títulos de áreas pequenas*⁴⁸ .

Teixeira, referindo-se à questão da ocupação da terra na Amazônia também constata a pouca preocupação pela titulação:

*A questão do domínio jurídico da terra não parecia assim revestir-se de maior importância. (...) Entendemos que o que de fato prevaleceu na ocupação dos seringais*⁴⁹ *foi um regime predominantemente de posse efetiva* .

O que na verdade era valorizado não era a terra em si, como no setor agrícola, mas sim a quantidade de seringueira que ela possuía. Tanto é assim que nos antigos documentos de seringais não constavam a dimensão do seringal. Observamos no

Livro 3 do Cartório de Registro de Imóveis de Xapuri, livro em que estão registrados vários títulos antigos, que raramente consta a área do imóvel. Quase sempre consta o número de colocações e de estradas de seringa. As delimitações também são pouco definidas. O registro do Seringal Iracema, por exemplo, descreve-o situado à margem direita do rio Acre, confrontando-se ao Norte com o mesmo rio, ao Leste com o Seringal Perserverança, ao Sul com o rio Chipamene e a Oeste com o Seringal Independência.

Com a concorrência da borracha dos seringais racionais da Ásia, e a conseqüente desarticulação da produção extrativa na Amazônia, algumas alterações foram verificadas na estrutura fundiária e na posse e uso da terra.

Embora não tenhamos dados mais seguros, comparando o Censo de 1920 com o de 1940, podemos observar que no período entre guerras, que se caracterizou pela estagnação do extrativismo gomífero, reduziu-se drasticamente o percentual de estabelecimentos dirigidos pelo próprio proprietário. De 73,8% em 1920, baixou para 28,0% em 1940. Por outro lado a categoria de arrendatário, como responsável pelo estabelecimento, subiu de 15,8% para 45,8% neste mesmo período. O ocupante, que não constava no Censo de 1920, apareceu em 1940 com um índice de 13,8%.

Conforme já nos referimos no item 2 deste capítulo, a economia sofreu uma diversificação. Em vez de se utilizar a terra apenas para extrair as riquezas vegetais que ela possui, intensificou-se a cultura de vários produtos agrícolas.

Cavalcanti, referindo-se ao refluxo da população do Acre, neste período, afirma o seguinte:

Aqueles que permanecem, quando não continuam suas atividades no extrativismo deslocam-se para a cultura de subsistência de forma que neste período

é iniciada a pequena produção no Acre.

(...) A queda dos preços iniciada em 1912 concorreu para que surja a produção de uma pequena agricultura dado que o seringalista, diante de sua impossibilidade de "aviar" o seringueiro em grande parte dos produtos que teriam que ser adquiridos pelos primeiros, se vêem impossibilitados de manter o exclusivismo produtivo⁵⁰.

Quando o seringalista abandonava o seringal, o próprio seringueiro que ali permanecia, passava a ser o organizador da produção. Grande parte de seu abastecimento era feito por ele mesmo, através da agricultura de subsistência. Parte do abastecimento, bem como a compra da produção do seringueiro, passavam a ser feitos pelo *regatão*, que na época do apogeu sofria feroz oposição dos seringalistas. O *regatão*, comerciante que com sua embarcação desenvolvia o comércio ao longo dos rios, passou a substituir, em parte, os *barracões*, arrancando do seringueiro seu sobretabalho.

Apesar da constatação do surgimento da pequena produção no período de crise da borracha, os dados dos Censos de 1920 e 1948 nos revelam uma diminuição do número de estabelecimentos com menos de 1.000 ha., e o aumento dos estabelecimentos maiores. Assim os estabelecimentos com mais de 10.000 ha., que em 1920 correspondiam a 6,0% do total, ocupando 84,7% da área total, em 1940 passaram a corresponder a 18,8% dos estabelecimentos e a ocupar 91,7% da área.

Isto vem, de certa forma, confirmar a seguinte afirmativa de Luiz Antonio:

A resultante desse processo (endividamento dos seringalistas com a decadência da borracha) reveste-se de aspectos até certo ponto contraditórios. Por um lado, registrou-se uma reconcentração de terras, visto que diversas Casas Aviadoras de Manaus

e Belém apossaram-se de inúmeros seringais, como forma de ressarcimento das dívidas. No entanto, a contrapartida é que, face ao desestímulo à produção extrativa, cessaram também os estímulos para a continuidade das formas de repressão e sujeição da força-de-trabalho e os seringueiros puderam experimentar fases prolongadas de quebra de rigidez nas relações internas dos seringais⁵¹.

Comparando ainda os Censos de 1920 e 1940, observamos que, quanto à propriedade da terra a categoria Individual que em 1920 correspondia a 96,4% do total dos estabelecimentos, caiu para 43,9% em 1940. No mesmo período a categoria Outra Propriedade Particular subiu de 3,6% para 18,6%.

Esta reconcentração, no entanto, ocorreu sob o ponto de vista da propriedade do estabelecimento, sendo que quanto à posse e uso da terra e à organização da produção ocorreu uma pulverização, pois as categorias Arrendatário e Ocupante passaram a somar, em 1940, o total de 59,6% dos responsáveis pelo estabelecimento, contra 15,8% em 1920.

Durante a Batalha da Borracha, com o novo estímulo à produção da borracha, os seringalistas voltaram a dirigir a produção. Novamente se intensificou a sujeição do seringueiro. Porém o financiamento ao seringalista e a comercialização da borracha passaram a ser feitos pelo Banco de Crédito da Borracha, que passou a ter o monopólio da compra do produto. Também o suprimento de mão-de-obra e o abastecimento passaram a ser feitos por intermédio de organismos oficiais.

Com o fim da 2ª. Guerra, surge outra crise que leva os seringalistas a se endividarem com o seu novo credor, o Banco de Crédito da Amazônia, que em 1950 havia substituído o Banco de Crédito da Borracha.

Para atenuar o fluxo migratório para as cidades,

com a desativação de seringais, o Governo do Acre adquire vá-
rios seringais nas proximidades de Rio Branco e põe em prática
um plano de colonização, loteando os seringais adquiridos.

Neste período, além do surgimento dos colonos, pe-
quenos proprietários, surge também, no interior dos seringais
desativados, a figura dos seringueiros autônomos que, *dado* a
ausência das operações comerciais pelo barracão, iniciam uma
fase de atividades por conta própria⁵².

Entretanto, ainda segundo Cavalcanti,

*aqueles seringais de ocupação mais recente e, por-
tanto, capazes de alcançar maior volume de produ-
ção e também de mais difícil acesso, continuam, em
bora de forma precária, acionados pelo seringalis-
ta quase sempre ausente, ou seja, o seringal pas-
sou a ser administrado por prepostos, quando não
arrendados para antigos funcionários ou seringuei-
ros*⁵³.

Até a década de 60 assim evoluiu a estrutura fun-
diária e as formas de organização da produção. Com a reorienta-
ção da política governamental, neste período, beneficiando o
desenvolvimento do capitalismo no Brasil, com políticas espe-
ciais para a Amazônia, grandes transformações ocorrerão, em se-
guida, com relação à posse e uso da terra na região, especial-
mente no Acre.

NOTAS

- 1- TOCANTINS, Leandro, *Formação Histórica do Acre*, Rio de Janeiro, Conquista, 1961, 1º Vol. p.88.
- 2- LABRE, Antonio R. Pereira, *Itinerário da Exploração do Purus ao Bení*, Pará, 1887, apud TOCANTINS, op. cit. p.129.
- 3- AZEVEDO, Taumaturgo de, *Límites entre o Brasil e a Bolívia*, apud TOCANTINS, op. cit. p. 149.
- 4- TOCANTINS, op. cit., 2º vol. p. 419/20.
- 5- É necessário fazer aqui a distinção entre seringueiro e se ringalista. O primeiro designa o trabalhador direto, enquanto que o segundo refere-se ao proprietário do seringal, o pa trão. Segundo Tocantins, a denominação de seringalista sur giu somente em 1920, sendo antes tanto o patrão como o tra balhador direto chamados de seringueiro. Porém, estamos uti lizando aqui os referidos termos na acepção que é dada hoje, distinguindo as duas categorias.
- 6- TOCANTINS, op. cit., 2º vol. p. 534.
- 7- PRADO JR., Caio, *História Econômica do Brasil*, 21a. edição, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1978, p. 236.
- 8- FURTADO, Celso, *Formação Econômica do Brasil*, 15a. edição, São Paulo, Ed. Nacional, 1977 p. 130/131.

- 9- BENCHIMOL, Samuel. *A Amazônia, um Pouco-Antes e Além-Depois*, Manaus, Ed. Humberto Calderaro, 1977, p. 181. (Coleção Amazônia-1).
- 10- SILVA, Moacir Fecury Ferreira da. *O Desenvolvimento Comercial do Pará no Período da Borracha (1870-1914)*, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1978, p. 25. (Dissertação de Mestrado, mimeogr.).
- 11- PRADO JR., op. cit. p. 240.
- 12- COSTA, Craveiro, *A Conquista do Deserto Ocidental*, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1974, p. 128.
- 13- BENCHIMOL, op. cit. p. 252.
- 14- PRADO JR., op. cit. p. 237.
- 15- PAULA, João Antonio de, *Notas sobre a Economia da Borracha no Brasil*, s.n.t. (mimeogr.).
- 16- TEIXEIRA, Carlos Correa, *O Aviamento e o Barracão na Sociedade do Seringal [Estudo sobre a Produção Extrativa de Borracha na Amazônia]*, São Paulo, USP, 1980, p. 53. (Dissertação de Mestrado, mimeogr.).
- 17- Um interessante estudo comparativo entre as crises européia e norte-americanas e seus reflexos na economia da borracha é feito por SILVA, Moacir Fecury Ferrreira da, op. cit. Cap. II.
- 18- OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de. *O Sertanejo, o Brabo e o Posseiro: a Periferia de Rio Branco e os Cem Anos de Andança de População Acreana*, Belo Horizonte, CEDEPLAR-UFMG, 1982, p. 34. (Dissertação de Mestrado, mimeogr.).
- 19- TEIXEIRA, op. cit. p. 53.

- 20- SANTOS, Roberto A.O., *História Econômica da Amazônia, 1800-1920*, São Paulo, T.A. Queiroz Editor Ltda., 1980, p. 235.
- 21- Anuário Estatístico do Brasil - 1980, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1980, p. 72.
- 22- BASTOS, Abguar, *A Conquista Acreana*, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Agência SPVEA, 1960, p. 42. (Coleção Araújo Lima; 11).
- 23- Minucioso estudo sobre os *Acordos de Washington* e as medidas adotadas para o incremento da produção gomífera durante a 2ª. Guerra Mundial foi feito por Pedro Martinello. Ver MARTINELLO, Pedro, *A "Batalha da Borracha" na Segunda Guerra Mundial e suas Consequências para o Vale Amazônico*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1985, Caps. II e III. (Tese de Doutorado, mimeogr.).
- 24- BENCHIMOL, op. cit. p. 252.
- 25- BASTOS, op. cit. p. 15.
- 26- SOUZA, Márcio. *A Expressão Amazonense - Do Colonialismo ao Neocolonialismo*, São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1977, p.100.
- 27- SILVA, Adalberto Ferreira de, *Raízes da Ocupação Recente das Terras do Acre: Movimento de Capitais, Especulação Fundiária e Disputa pela Terra*, Belo Horizonte, CEDEPLAR-UFMG, 1982, p. 23. (Dissertação de Mestrado, mimeogr.).
- 28- PAULA, op. cit. p. 14.
- 29- OLIVEIRA, op. cit. p. 24.
- 30- Idem, ibd, p.33.

- 31- BRUIT, Hector, *Acumulação Capitalista na América Latina*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982, p. 14.
- 32- MARTINS, José de Souza, *O CATIVEIRO DA TERRA*, São Paulo, Ciências Humanas, São Paulo, 1979, p. 19-20.
- 33- Id., *ibid.* p. 21.
- 34- MARX, Karl, *O CAPITAL*, São Paulo, Civilização Brasileira, 1974, Livro 3, Vol. 5, p. 377.
- 35- Id., *ibid.* p. 309.
- 36- SILVA, Adalberto Ferreira da, *op. cit.* p. 24.
- 37- BRUIT, *op. cit.* p.22.
- 38- MARX, *op. cit.* p. 323.
- 39- Id., *ibid.* p. 350.
- 40- Id., *ibid.*, Livro 2, vol. 3 p. 112/113.
- 41- OLIVEIRA, Fernando Garcia de, *População de Baixa Renda da Cidade de Rio Branco: Situação Anterior, Processo Migratório, Formas de Inserção/Retribuição no Mercado de Trabalho*, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1978, p.70. (Dissertação de Mestrado, mimeogr.).
- 42- CAVALCANTI, Francisco Carlos da S., *O Processo de Ocupação Recente das Terras do Acre*, Belém, Universidade Federal do Pará-NAEA, 1983, p.31. (Dissertação de Mestrado, mimeogr.).
- 43- SILVA, Adalberto Ferreira da, *op. cit.* p.18.
- 44- SILVA, Luiz Osíris da, *A Luta pela Amazônia*, São Paulo, Fulgor, 1962, pág. 71, apud SILVA, Adalberto Ferreira da, *op.*

cit. pág. 18.

- 45- CUNHA, Euclides da, *Um Paraíso Perdido - Reunião de Ensaíos Amazônicos*, Petrópolis, Vozés, 1976, apud OLIVEIRA, Fernando Garcia de, op. cit. p.42.
- 46- REIS, Arthur César Ferreira. *O Seringal e o Seringueiro*, Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, 1953, Parte IV, cap. X, p.77-80.
- 47- Id., *ibid.*, p. 79.
- 48- SILVA, Adalberto Ferreira da, op. cit. p. 47.
49. TEIXEIRA, op. cit. p. 42.
- 50- CAVALCANTI, op. cit. p. 41.
- 51- OLIVEIRA, Luiz Antonio P. de., op. cit. p.35.
- 52- CAVALCANTI, op. cit. p. 54.
- 53- Id., *ibid.* p.54.

2- A POLÍTICA DE OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA PÓS-64

2.1- A Subordinação da Agricultura ao Capital Industrial:

Para melhor entendermos as razões pelas quais o capital voltou a se interessar pela Amazônia, necessário se faz uma rápida análise das modificações recentes ocorridas no país, com relação à agricultura.

Após a implantação da indústria pesada no Brasil, o que se deu na segunda metade da década de 50, ocorreu um notável desenvolvimento industrial no país, com reflexos também no setor agrário.

Depois do golpe militar de 64, intensificou-se mais ainda o afluxo de capital externo, com o qual foi implantada a industrialização no Brasil.

Esta expansão industrial, da maneira como foi feita, baseada na importação maciça de excedentes de capital de países desenvolvidos, trouxe como conseqüências imediatas o crescente endividamento externo, o aumento das importações de bens de produção e de tecnologia, a concentração de capitais e o aprofundamento da dependência externa de nossa economia. A política desenvolvimentista então implantada, com base no endividamento externo, trouxe também, como conseqüência e mesmo como pressuposto de sua implantação, a modernização da agricultura nas regiões mais próximas dos centros industrializados.

A dívida externa do país, que em 1964 estava calcu

lada em 3 bilhões de dólares, saltou no ano seguinte para 12 bilhões e em 1977 para 30 bilhões¹. Hoje já supera a cifra de 100 bilhões de dólares.

Este endividamento foi feito não só sob forma de investimentos de empresas estrangeiras, como também com importação de máquinas, equipamentos, bens intermediários; empréstimos ao governo, para a implantação da infra-estrutura necessária ao crescimento da industrialização e também para o pagamento do serviço da dívida, que cada vez crescia mais.

Para fazer frente ao crescente endividamento, deu-se ênfase principalmente à política de exportações. Segundo descreve um economista ligado ao aparelho estatal neste período, analisando a política de economia aberta adotada após 64, afirma o seguinte:

Além daquela razão fundamental já mencionada de reencontrar um estímulo de mercado como motor do crescimento econômico acelerado, a política de expansão das exportações (grifo no original), que é a peça básica dessa estratégia de abertura para a economia mundial, responde ainda aos seguintes objetivos:

- a) - fortalecer a capacidade de importar ao País...;
- b) - possibilitar a maior absorção possível da poupança externa...;
- c) - permitir que o País usufrua os benefícios do comércio internacional, com as vantagens da modernização do aparelho produtivo, da escala de produção e da maior produtividade;
- d) - neutralizar tendências negativas da relação de trocas, pela diversificação da pauta exportadora e gradual incremento de exportação de manufaturas;
- e) - permitir a melhoria da infra-estrutura tecnológica, pela absorção das técnicas avançadas.

das...²

Evidentemente que o capital internacional, em melhores condições de competitividade, por deter o domínio da tecnologia e do mercado internacional, apoderou-se dos ramos mais lucrativos de nossa economia, promovendo a concentração, a centralização e a desnacionalização do capital.

O Estado, que antes esboçava uma tendência nacionalista e populista, optou então por um desenvolvimento capitalista dependente. Suas instituições e suas ações se caracterizaram por adotar políticas de nítido favorecimento a este tipo de desenvolvimento.

Como parte da política de incentivo à exportação e de crescimento do mercado interno, para beneficiar a indústria, a agricultura passou a desempenhar um importante papel, neste processo de desenvolvimento dependente.

O Estado implantou um conjunto de políticas para o setor agrícola, visando impulsionar a modernização da agricultura.

Para a corrente dos desenvolvimentistas partidários da internacionalização de nossa economia, que em nossa opinião orientavam a política do governo, esperava-se,

que a agricultura cumprisse o seu papel de:

- a)- produzir alimentos a baixo preço para as cidades;
- b)- liberar mão-de-obra para a indústria;
- c)- fornecer recursos para a formação de capital;
- d)- abrir mercado consumidor para produtos industriais;
- e)- produzir gêneros exportáveis para possibilitar a capacidade de importação.

Desta forma, o desenvolvimento da agricultura estaria subordinado aos interesses do capital industrial. A indústria se beneficiaria com a manutenção do fluxo de capital, com a ampliação do mercado para seus produtos, principalmente maquinários, implementos agrícolas e outros insumos modernos, e se beneficiaria ainda com a liberação da força-de-trabalho e com o fornecimento de matérias primas de origem agrícola.

De fato, foi isso o que ocorreu. As grandes indústrias, via política governamental, passaram a influenciar na orientação dada à agricultura. Esta influência se deu no tocante à determinação dos produtos que interessavam ao mercado internacional e ao abastecimento da matéria-prima para as indústrias; na vinculação do crédito agrícola à aquisição de máquinas, tratores, fertilizantes e outros insumos de origem industrial; no controle da comercialização por parte de empresas multinacionais; e até mesmo nas facilidades ao investimento direto de grupos industriais ou financeiros na agropecuária.

Tudo isso se traduziu na modernização e mecanização da agricultura, na exploração e expropriação do pequeno produtor, na concentração da posse da terra e em conflitos fundiários.

Não vamos aqui analisar em detalhe os mecanismos de subordinação da agricultura ao capital⁴. O que nos interessa aqui, no momento, são algumas das conseqüências desse processo, principalmente no tocante à concentração da posse da terra, à expropriação do camponês, gerando a proletarização e impulsionando a migração para as áreas de *fronteira agrícola*.

A modernização da agricultura provocou alterações não só na estrutura agrária como também nas relações de produção no campo.

Para aumentar a produtividade agrícola estimulou

se a mecanização da agricultura, com a introdução de máquinas e implementos agrícolas e com a utilização de adubos e defensivos químicos, bem como a monocultura de produtos de maior interesse comercial. Este tipo de agricultura intensiva se expandiu inicialmente pela região Sudeste, Sul e, posteriormente, pelo Centro-Oeste. As culturas que mais se beneficiaram do desenvolvimento tecnológico foram o trigo, o arroz, a soja e a cana.

Roberto Moreira muito bem sintetiza a modernização agrícola ocorrida a partir da década de 60:

Estas culturas, que em grande medida avançam sobre áreas já cultivadas com gêneros alimentícios ou culturas tradicionais de exportação, inauguram formas capitalizadas de produção, mesmo quando pressupõem uma base de trabalho assalariado ou familiar altamente tecnificada. [...]

A mudança na combinação dos cultivos e a expansão da monocultura, ambas adequadas ao padrão tecnológico em expansão, aliadas às mudanças no processo de trabalho, intensificam a sazonalidade do emprego rural e revolucionam as condições de funcionamento do emprego rural. Integram-se ao mercado não qualificado de base urbana e expulsam das propriedades grandes levas de trabalhadores, expropriados que passam a formar contingentes respeitáveis de trabalhadores volantes.

A produção de alimentos, realizada de forma intercalar ou consorciada aos cultivos comerciais, é gradativamente inviabilizada pela mecanização e pela plena ocupação das propriedades com monoculturas comerciais, acelerando a mercantilização da cesta de consumo dos produtores familiares e da própria força de trabalho⁵.

Temos aí, portanto, várias consequências importantes deste processo de modernização. Porém, vamos ressaltar al

gumas que mais se relacionam ao nosso objetivo no momento, que é analisar a influência que esse processo de industrialização da agricultura exerceu sobre a política de ocupação da Amazônia.

A monocultura mecanizada representou a expropriação de milhares de meeiros, arrendatários, parceiros, agregados e vários outros grupos de trabalhadores que dependiam da terra para sua subsistência. A estes trabalhadores, separados dos meios de produção, poucas alternativas restaram: transformar-se em trabalhadores volantes, utilizados temporariamente nos picos dos trabalhos agrícolas; migrar para a cidade, proletariando-se e engrossando o *exército industrial de reserva*; ou migrar para as áreas da fronteira agrícola, recriando a pequena produção, baseada na posse precária da terra e no trabalho familiar.

Também a situação dos pequenos proprietários não era melhor que a dos demais camponeses. Alguns, premidos pela especulação fundiária, pela baixa produtividade da pequena produção e pela impossibilidade de desmembrar sua propriedade ou adquirir mais terras para melhor aproveitar o excedente da mão-de-obra familiar, venderam suas terras que foram valorizadas e também migraram para as áreas novas, onde poderiam adquirir uma quantidade maior de terra para continuar a produção familiar. Outros tecnificaram sua produção, porém em situação de inteira subordinação ao capital industrial e financeiro. Trabalham em base familiar, porém, contribuem para valorizar o capital. É o caso, por exemplo, dos plantadores de fumo em Santa Catarina.

Este processo de mecanização/expropriação/concentração ocorreu principalmente em São Paulo e em outros Estados mais industrializados, como Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Graziano, estudando o processo de industrialização da agricultura paulista, mostra que na década de 60 há um au

mento das grandes explorações, em detrimento das pequenas e médias, e que esse processo intensificou-se na década seguinte⁶. Mas, ainda segundo Graziano,

É preciso qualificar esse processo de expropriação dos pequenos e médios produtores: não são todos atingidos, indiscriminadamente, mas, principalmente, aqueles que detêm formas transitórias de acesso à terra. Assim, são os pequenos parceiros, os pequenos arrendatários, os pequenos ocupantes e, em menor grau, também os pequenos proprietários, que perdem o acesso à terra nos anos 70/75.

Graziano mostra ainda que no período de 69 a 76 há um movimento ascendente dos preços reais da terra, nas várias regiões de São Paulo, o que contribuiu para expulsar o pequeno produtor:

Em resumo, a valorização das terras no Estado de São Paulo, especialmente as de pior qualidade e as de regiões "mais novas", foi uma das condições necessárias para se efetivar a separação do produtor direto do seu 'laboratório natural' de trabalho. Assim, mesmo sendo esse produtor direto um pequeno proprietário, com a valorização criou-se um atrativo para que ele vendesse aqui para tentar melhor sorte adiante, numa região onde a terra fosse mais barata⁸.

No caso do Rio Grande do Sul, a estrutura agrária apresenta-se um pouco diferente mas também o processo de subordinação da agricultura ao capital é intenso, ocorrendo também a expulsão de um grande número de trabalhadores rurais.

Coradini, analisando a transformação da estrutura agrária daquele Estado, constata que as alterações estruturais ocorridas com o avanço do capitalismo não foram tão profundas em termos quantitativos. Mas, segundo ele,

Mesmo assim, pode-se detectar em linhas gerais, no que se refere à evolução da área média ocupada de 1940 a 1975, um aumento acelerado até 1970 e um de crêscimo dos estabelecimentos considerados "pequenos" (menos de 50ha); um aumento constante dos estabelecimentos "médios" (50 a 500 ha) e uma relativa estabilização da quantidade de estabelecimentos "grandes", com uma diminuição gradativa dos estabelecimentos maiores em termos de área⁹.

Este aumento de estabelecimentos de áreas médias se deveu à expansão da produção empresarial mecanizada.

Com efeito, no Rio Grande do Sul, a produção de arroz, trigo e soja é tida como lavoura empresarial, a qual na última década passou a ser o segmento mais importante em termos produtivos¹⁰.

A expansão da lavoura empresarial se deu com a tendência generalizada para a mecanização e a utilização de insumos modernos. No entanto, decaiu o número de assalariados nestes estabelecimentos. Conforme Coradini,

... a única categoria de trabalhadores que aumentou proporcionalmente foi a dos "responsáveis e membros não-remunerados da família", que passaram de 85,18% do total em 1960 para 89,90% em 1975; os empregados permanentes passaram de 4,41% para 4,64%; os temporários, de 8,93% para 4,43%, e os parceiros, de 1,04% para 0,66% no mesmo período¹¹.

Este tipo de produção, no entanto, se dá sob intensa exploração do trabalho familiar e não absorve a força de trabalho dos agricultores sem terra. Coradini conclui que:

... esse não crescimento e, inclusive diminuição de um contingente considerável de assalariados não resulta da falta de mão-de-obra em potencial para se proletarizar, mas da forma de integração e subordi-

nação da produção agrícola, a qual possibilita a transferência de valor a outros setores e a transferência dos riscos naturais à agricultura, não possibilitando a realização da taxa média de lucro a não ser em condições e setores especiais (...)

Um dos reflexos sociais mais notórios disso é o processo de migração, tanto rural/urbana quanto rural/rural para a fronteira agrícola. Em outras palavras, existe um processo violento de seleção/exclusão a partir do avanço do capitalismo na produção agrícola, impulsionado pelo aumento do preço da terra e ao qual se contrapõe a falta de alternativas de emprego da mão-de-obra excedente¹².

Com o desenvolvimento intensivo da agricultura no Sul e Sudeste, como exemplificamos com os casos de São Paulo e Rio Grande do Sul, intensifica-se a ocupação de terras em outras regiões, principalmente no Centro-Oeste, que aos poucos também vai se mecanizando. Em seguida o fluxo dirige-se para o Norte. Intensificam-se também os conflitos pela terra em todas as regiões do país.

Kameyama, através de uma pesquisa sobre conflitos ocorridos entre 1970 e 1975, arrolados com base em levantamentos de jornais e de informações de diversas fontes, relaciona 252 conflitos caracterizados por violência de lutas armadas, expulsões, ocupações, expropriações, invasões de cidades, etc. Grande parte destes conflitos se localizavam no Nordeste, onde a distribuição da posse da terra ainda permanece bastante concentrada e com a agravante das secas periódicas.

Afirma Kameyama que os conflitos sociais que se desenvolveram durante os últimos anos provêm de relações de produção que ligam as cinco categorias de camponeses mais conhecidas no Brasil: os pequenos proprietários, os pequenos arrendatários e meeiros, posseiros e os assalariados agrícolas con

tra os proprietários fundiários e a burguesia agrária¹³.

A maioria absoluta dos conflitos se referia à reivindicação pela terra, conforme mostra o quadro seguinte:

QUADRO 03

TIPOS DE REIVINDICAÇÕES

REIVINDICAÇÃO	1970	1971	1972	1973	1974	1975	Total
Terra	06	29	25	50	36	32	178
Trabalho e melhores condições de vida	10	30	03	02	01	-	46
Trabalho livre	-	-	-	02	04	06	12
Salário	01	04	02	01	01	-	09
Reforma Agrária	-	02	01	01	-	-	04
Direito de Caça e Pesca	-	01	-	01	-	-	02
Assist.do Governo	-	-	01	-	-	-	01
T O T A L	17	66	31	58	42	38	252

Fonte: Kameyama, Nobuco, op. cit. pág. 327

A CONTAG publicou uma relação de casos graves de conflitos de terra no ano de 1980, abrangendo 15 Estados, sendo que muitos outros casos não chegaram ao conhecimento da CONTAG, ficando ausentes dessa relação.

Apesar de tudo, a CONTAG denunciou no ano de 1980 o impressionante número de 96 casos graves de conflitos pela posse da terra. 20.678 famílias de camponeses estiveram diretamente envolvidas nesses conflitos, o que soma mais de 103 mil pessoas lutando pela terra em que vivem e trabalham¹⁴.

A CPT, em uma pesquisa feita em suas 20 Comissões Regionais, levantou um total de 915 conflitos de terra no Brasil, atingindo 261.791 famílias, conforme mostra o resultado da pesquisa até julho de 1981. (Ver Quadro 04)

Conforme nos alerta a CPT, sobre esta pesquisa,

*... ela ainda é parcial, incompleta e provisória a todas as áreas conflitadas do Brasil e obter as informações necessárias e porque, em muitos casos, os nossos informantes não puderam obter os dados necessários junto aos órgãos governamentais, como o INCRA, FUNAI e outros, que se negam a fornecer qualquer tipo de informação. Provisória porque os conflitos evoluem rapidamente e se alteram continuamente*¹⁵.

Conforme nos mostra ainda a pesquisa da CPT, (ver quadro 05) mais da metade desses conflitos se caracterizaram como grilagem de terra e a maioria das grilagens ocorreram nas áreas de expansão da fronteira agrícola, principalmente na Amazônia Legal. Isto porque após a expropriação dos pequenos produtores no Sul e Sudeste estes se dirigiram para o Centro-Oeste e Norte, em busca de terras livres. Mas, atrás dos posseiros vieram os *grileiros* e a grande propriedade. Principalmente após a política de incentivos fiscais que estimulou o grande capital a adquirir terras na Amazônia Legal, seja para desenvolver projetos de mineração, madeireiros, agropecuários ou simplesmente com a finalidade de especulação. Com os favorecimentos da política governamental, a Amazônia se transformou em um novo foco de conflitos pela terra, promovido pelo desenvolvimento capitalista na agricultura, nos últimos 20 anos no Brasil.

QUADRO 04

RESULTADO DA PESQUISA DA CPT ATÉ JULHO DE 1981

CONFLITOS DE TERRA NO BRASIL

ESTADOS	Nº DE Confl.	%	Nº DE Famílias	%	Nº DE pessoas	%
Acre	21	2,2	1.180	0,45	6.390	0,32
Alagoas	16	1,6	2.081	0,79	12.200	0,61
Amapá	05	0,5	20	0,00	120	0,00
Amazonas	23	2,5	170	0,06	6.252	0,31
Bahia	94	10,2	24.201	9,24	252.957	12,82
Ceará	14	1,5	2.032	0,77	13.960	0,70
Distrito Federal	03	0,3	187	0,07	935	0,04
Espírito Santo	03	0,3	150	0,05	500	0,02
Goiás	53	5,7	2.776	1,06	16.376	0,83
Mato Grosso	62	6,7	10.010	4,20	61.400	3,11
Mato Grosso do Sul	19	2,0	1.861	0,71	22.560	1,14
Maranhão	207	22,5	67.184	25,66	334.080	16,93
Minas Gerais	33	3,6	35.383	13,51	177.456	8,99
Pará	151	16,4	37.874	14,46	208.272	10,55
Paraíba	14	1,5	1.934	0,73	16.220	0,82
Paraná	16	1,7	11.931	4,55	59.780	3,02
Pernambuco	26	2,8	31.635	12,08	173.898	8,81
Piauí	15	1,6	2.387	0,91	11.160	0,56
Rio de Janeiro	53	5,7	5.387	2,05	57.170	2,89
Rio Grande do Norte	16	1,7	9.451	3,61	59.746	3,02
Rio Grande do Sul	09	0,9	4.264	1,62	21.320	1,08
Rondônia	15	1,5	2.618	1,00	12.091	0,66
Roraima	02	0,2	-	-	8.500	0,43
Santa Catarina	12	1,3	2.019	0,77	10.795	0,54
São Paulo	20	2,1	3.341	1,27	17.065	0,86
Sergipe	13	1,4	1.089	0,41	10.780	0,54
Sub-Total	915	-	261.791	-	1.572.989	-
Paraguai	01	0,1	-	-	400.000	20,27
T O T A L	916	100,0	261.791	100,0	1.972.989	100,00

Fonte: Pesquisa: *Os Conflitos de Terra*. Secretaria Nacional CPT
1981

QUADRO 05

DISTRIBUIÇÃO POR ESTADO

Estado	Grilagem	Expulsão	Despejo	Desapropriação	Invasão	Salário	Colonização	Arrendamento	Assassinato 18	Violência	Pressão	Trabalho escravo	Envenenamento	Enchente	Seca	Eleições Sindicais	Aliciamento	Destruição	Preços	Usucapião Ilegal	Garimpo	Herança	Prisão	Ameaça	Concentração terra	Sem especificação	Total
Acre	07	06	—	02	02	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	04	21
Alagoas	01	02	06	01	—	—	—	—	01	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	05	16
Amapá	02	01	01	—	—	01	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	05
Amazonas	05	01	03	—	08	01	—	03	—	—	—	01	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	01	23
Bahia	55	07	04	02	08	02	02	03	03	02	—	—	—	01	01	—	—	01	—	—	—	—	01	01	—	04	94
Ceará	—	—	05	—	—	02	02	02	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	03	14
Distrito Federal	01	—	—	01	—	01	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	03
Espírito Santo	—	01	—	—	01	01	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	03
Goiás	39	03	04	—	02	—	01	—	—	02	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	02	53
Mato Grosso	42	03	01	—	03	01	02	01	—	—	—	—	01	—	—	—	—	—	—	—	—	01	—	—	01	06	62
Mato Grosso do Sul	02	—	03	—	05	01	—	02	01	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	05	19
Maranhão	141	02	04	02	02	—	02	05	—	01	01	—	01	—	—	01	02	01	—	01	—	—	—	—	—	41	207
Minas Gerais	20	01	01	05	02	01	—	01	—	—	—	—	01	01	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	33
Pará	127	01	—	03	—	08	02	01	—	—	01	01	—	—	—	01	—	—	—	—	—	01	—	—	—	05	151
Paraíba	02	06	02	—	02	—	—	01	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	14
Paraná	04	04	01	08	01	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	01	14
Pernambuco	07	07	01	07	01	01	—	01	—	—	—	—	—	—	01	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	16
Piauí	05	01	03	01	—	01	01	—	—	—	—	01	—	—	01	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	01	26
Rio de Janeiro	15	20	13	01	—	—	01	02	—	—	—	—	01	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	01	15
Rio Grande do Norte	04	04	02	04	—	01	01	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	53
Rio Grande do Sul	01	—	01	03	01	—	01	01	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	01	—	—	—	—	—	—	18
Rondonia	05	01	—	—	—	—	02	—	01	01	—	01	—	—	—	—	—	—	01	—	—	—	—	—	—	—	09
Roraima	—	—	—	—	02	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	04	15
Santa Catarina	02	01	02	04	—	—	01	—	—	—	—	—	—	01	—	—	—	—	—	01	—	—	—	—	—	—	02
São Paulo	07	—	07	01	01	03	—	01	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	01	—	—	—	—	—	—	12
Sergipe	02	06	—	02	—	—	01	—	—	—	01	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	20
Paraguai	—	—	—	—	—	—	01	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	01	13
Total	496	78	64	45	38	25	20	20	07	07	05	04	04	03	03	02	02	02	02	01	01	01	01	01	01	83	916

Fonte: Pesquisa: Os Conflitos de Terra, Secretariado Nacional, CPT, 1981.

2.2- Legislação Agrária e Ação Governamental

Não pretendemos fazer aqui uma análise exaustiva da legislação agrária e da ação do governo no período pós-64. Pretendemos analisar apenas as medidas tomadas neste período, que, a nossa ver, favoreceram e intensificaram a penetração do capital na Amazônia, trazendo como consequência o aumento da concentração fundiária e dos conflitos pela terra em toda a região.

Nos planos globais da política dos governos militares, a Amazônia foi alvo de preocupação tanto no plano econômico quanto no plano da segurança, com base nas doutrinas da geopolítica e da segurança nacional. Portanto, tomaram várias medidas visando a ocupação dos espaços vazios da região.

Segundo Octávio Ianni, as iniciativas adotadas pelo governo, no período de 1966-78, provocaram mudanças significativas na Amazônia:

Em primeiro lugar, dinamizaram-se e diversificaram-se as atividades produtivas. Em segundo lugar, desenvolveram-se bastante o sistema creditício, público e privado. Em terceiro, dinamizou-se e ampliou-se a administração pública federal na região. Em quarto, desenvolveu-se e agravou-se a luta pela terra, luta essa que envolve, entre outros elementos: o poder público (federal, estadual, territorial e municipal); grandes e médias empresas agropecuárias e de mineração; posseiros, ou antigos sitiantes e grupos indígenas. Em quinto, recolocou-se a antiga problemática indígena, seja quanto à defesa de sua cultura e terra, seja no que se refere à proletarianização da sua mão-de-obra. Em sexto, criaram-se núcleos coloniais, com a finalidade de constituir reservas de mão-de-obra para empreendimentos públicos e privados. Em sétimo lugar, reformulou-se amplamente a significação geopolítica da região amazônica, tanto no que diz

nação da produção agrícola, a qual possibilita a transferência de valor a outros setores e a transferência dos riscos naturais à agricultura, não possibilitando a realização da taxa média de lucro a não ser em condições e setores especiais(...)

Um dos reflexos sociais mais notórios disso é o processo de migração, tanto rural/urbana quanto rural/rural para a fronteira agrícola. Em outras palavras, existe um processo violento de seleção/exclusão a partir do avanço do capitalismo na produção agrícola, impulsionado pelo aumento do preço da terra e ao qual se contrapõe a falta de alternativas de emprego da mão-de-obra excedente¹².

Com o desenvolvimento intensivo da agricultura no Sul e Sudeste, como exemplificamos com os casos de São Paulo e Rio Grande do Sul, intensifica-se a ocupação de terras em outras regiões, principalmente no Centro-Oeste, que aos poucos também vai se mecanizando. Em seguida o fluxo dirige-se para o Norte. Intensificam-se também os conflitos pela terra em todas as regiões do país.

Kameyama, através de uma pesquisa sobre conflitos ocorridos entre 1970 e 1975, arrolados com base em levantamentos de jornais e de informações de diversas fontes, relaciona 252 conflitos caracterizados por violência de lutas armadas, expulsões, ocupações, expropriações, invasões de cidades, etc. Grande parte destes conflitos se localizavam no Nordeste, onde a distribuição da posse da terra ainda permanece bastante concentrada e com a agravante das secas periódicas.

Afirma Kameyama que os conflitos sociais que se desenvolveram durante os últimos anos provêm de relações de produção que ligam as cinco categorias de camponeses mais conhecidas no Brasil: os pequenos proprietários, os pequenos arrendatários e meeiros, posseiros e os assalariados agrícolas con

tra os proprietários fundiários e a burguesia agrária¹³.

A maioria absoluta dos conflitos se referia à reivindicação pela terra, conforme mostra o quadro seguinte:

QUADRO 03

TIPOS DE REIVINDICAÇÕES

REIVINDICAÇÃO	1970	1971	1972	1973	1974	1975	Total
Terra	06	29	25	50	36	32	178
Trabalho e melhores condições de vida	10	30	03	02	01	-	46
Trabalho livre	-	-	-	02	04	06	12
Salário	01	04	02	01	01	-	09
Reforma Agrária	-	02	01	01	-	-	04
Direito de Caça e Pesca	-	01	-	01	-	-	02
Assist.do Governo	-	-	01	-	-	-	01
T O T A L	17	66	31	58	42	38	252

Fonte: Kameyama, Nobuco, op. cit. pág. 327

A CONTAG publicou uma relação de casos graves de conflitos de terra no ano de 1980, abrangendo 15 Estados, sendo que muitos outros casos não chegaram ao conhecimento da CONTAG, ficando ausentes dessa relação.

Apesar de tudo, a CONTAG denunciou no ano de 1980 o impressionante número de 96 casos graves de conflitos pela posse da terra. 20.678 famílias de camponeses estiveram diretamente envolvidas nesses conflitos, o que soma mais de 103 mil pessoas lutando pela terra em que vivem e trabalham¹⁴.

A CPT, em uma pesquisa feita em suas 20 Comissões Regionais, levantou um total de 915 conflitos de terra no Brasil, atingindo 261.791 famílias, conforme mostra o resultado da pesquisa até julho de 1981. (Ver Quadro 04)

Conforme nos alerta a CPT, sobre esta pesquisa,

*... ela ainda é parcial, incompleta e provisória a todas as áreas conflitadas do Brasil e obter as informações necessárias e porque, em muitos casos, os nossos informantes não puderam obter os dados necessários junto aos órgãos governamentais, como o INCRA, FUNAI e outros, que se negam a fornecer qualquer tipo de informação. Provisória porque os conflitos evoluem rapidamente e se alteram continuamente*¹⁵.

Conforme nos mostra ainda a pesquisa da CPT, (ver quadro 05) mais da metade desses conflitos se caracterizaram como grilagem de terra e a maioria das grilagens ocorreram nas áreas de expansão da fronteira agrícola, principalmente na Amazônia Legal. Isto porque após a expropriação dos pequenos produtores no Sul e Sudeste estes se dirigiram para o Centro-Oeste e Norte, em busca de terras livres. Mas, atrás dos posseiros vieram os grileiros e a grande propriedade. Principalmente após a política de incentivos fiscais que estimulou o grande capital a adquirir terras na Amazônia Legal, seja para desenvolver projetos de mineração, madeireiros, agropecuários ou simplesmente com a finalidade de especulação. Com os favorecimentos da política governamental, a Amazônia se transformou em um novo foco de conflitos pela terra, promovido pelo desenvolvimento capitalista na agricultura, nos últimos 20 anos no Brasil.

QUADRO 04

RESULTADO DA PESQUISA DA CPT ATÉ JULHO DE 1981

CONFLITOS DE TERRA NO BRASIL

ESTADOS	Nº DE Confl.	%	Nº DE Famílias	%	Nº DE pessoas	%
Acre	21	2,2	1.180	0,45	6.390	0,32
Alagoas	16	1,6	2.081	0,79	12.200	0,61
Amapá	05	0,5	20	0,00	120	0,00
Amazonas	23	2,5	170	0,06	6.252	0,31
Bahia	94	10,2	24.201	9,24	252.957	12,82
Ceará	14	1,5	2.032	0,77	13.960	0,70
Distrito Federal	03	0,3	187	0,07	935	0,04
Espírito Santo	03	0,3	150	0,05	500	0,02
Goiás	53	5,7	2.776	1,06	16.376	0,83
Mato Grosso	62	6,7	10.010	4,20	61.400	3,11
Mato Grosso do Sul	19	2,0	1.861	0,71	22.560	1,14
Maranhão	207	22,5	67.184	25,66	334.080	16,93
Minas Gerais	33	3,6	35.383	13,51	177.456	8,99
Pará	151	16,4	37.874	14,46	208.272	10,55
Paraíba	14	1,5	1.934	0,73	16.220	0,82
Paraná	16	1,7	11.931	4,55	59.780	3,02
Pernambuco	26	2,8	31.635	12,08	173.898	8,81
Piauí	15	1,6	2.387	0,91	11.160	0,56
Rio de Janeiro	53	5,7	5.387	2,05	57.170	2,89
Rio Grande do Norte	16	1,7	9.451	3,61	59.746	3,02
Rio Grande do Sul	09	0,9	4.264	1,62	21.320	1,08
Rondônia	15	1,5	2.618	1,00	12.091	0,66
Roraima	02	0,2	-	-	8.500	0,43
Santa Catarina	12	1,3	2.019	0,77	10.795	0,54
São Paulo	20	2,1	3.341	1,27	17.065	0,86
Sergipe	13	1,4	1.089	0,41	10.780	0,54
Sub-Total	915	-	261.791	-	1.572.989	-
Paraguai	01	0,1	-	-	400.000	20,27
T O T A L	916	100,0	261.791	100,0	1.972.989	100,00

Fonte: Pesquisa: *Os Conflitos de Terra*. Secretaria Nacional, CPT
1981

QUADRO 05

DISTRIBUIÇÃO POR ESTADO

Estado	Grilagem	Expulsão	Despejo	Desapropriação	Invasão	Safário	Colonização	Arrendamento	Assassinato I B	Violência	Pressão	Trabalho escravo	Envenenamento	Enchente	Seca	Eleições Sindicais	Alciamento	Destruição	Preços	Usucapão ilegal	Garimpo	Herança	Prisão	Ameaça	Concentração terra	Sem especificação	Total	
Acre	07	06	—	02	02	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	04	21	
Alagoas	01	02	06	01	—	—	—	—	01	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	05	16	
Amapá	02	01	01	—	—	01	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	05	
Amazonas	05	01	03	—	08	01	—	03	—	—	—	01	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	01	23	
Bahia	55	07	04	02	05	02	02	03	03	03	02	—	—	01	01	—	—	01	—	—	—	—	01	01	—	—	04	94
Ceará	—	—	05	—	—	02	02	02	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	03	14	
Distrito Federal	01	—	—	01	—	01	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	03	
Espírito Santo	—	01	—	—	01	01	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	03	
Goiás	39	03	04	—	02	—	01	—	—	02	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	02	53	
Mato Grosso	42	03	01	—	03	01	02	01	—	—	—	—	01	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	01	08	62	
Mato Grosso do Sul	02	—	03	—	05	01	—	02	01	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	01	—	—	—	—	05	19	
Maranhão	141	02	04	02	02	01	02	05	—	01	01	—	01	—	—	01	02	01	—	01	—	—	—	—	—	41	207	
Minas Gerais	20	01	01	05	02	01	—	01	—	—	—	01	01	01	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	33	
Pará	127	01	—	03	—	08	02	01	—	—	01	01	—	—	—	01	—	—	—	—	—	01	—	—	—	05	151	
Paraíba	02	06	02	—	02	—	—	01	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	01	14	
Paraná	04	04	01	06	01	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	16	
Pernambuco	07	07	01	07	01	01	—	01	—	—	—	—	—	—	01	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	26	
Piauí	05	01	03	01	—	01	01	—	—	—	—	01	—	—	01	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	01	15	
Rio de Janeiro	15	20	13	01	—	—	01	02	—	—	—	—	01	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	53	
Rio Grande do Norte	04	04	02	04	—	01	01	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	16	
Rio Grande do Sul	01	—	01	03	01	—	01	01	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	01	—	—	—	—	—	—	—	09	
Rondônia	05	01	—	—	—	—	02	—	01	01	—	01	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	04	15	
Roraima	—	—	—	—	02	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	02	
Santa Catarina	02	01	02	04	—	—	01	—	—	—	—	—	—	01	—	—	—	—	01	—	—	—	—	—	—	—	12	
São Paulo	07	—	07	01	01	03	—	01	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	20	
Sergipe	02	06	—	02	—	—	01	—	—	—	01	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	01	13	
Paraguai	—	—	—	—	—	—	01	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	01	
Total	496	78	64	45	38	25	20	20	07	07	05	04	04	03	03	02	02	02	02	01	01	01	01	01	01	83	916	

Fonte: Pesquisa: Os Conflitos de Terra. Secretariado Nacional, CPT, 1981.

2.2- Legislação Agrária e Ação Governamental

Não pretendemos fazer aqui uma análise exaustiva da legislação agrária e da ação do governo no período pós-64. Pretendemos analisar apenas as medidas tomadas neste período, que, a nossa ver, favoreceram e intensificaram a penetração do capital na Amazônia, trazendo como consequência o aumento da concentração fundiária e dos conflitos pela terra em toda a região.

Nos planos globais da política dos governos militares, a Amazônia foi alvo de preocupação tanto no plano econômico quanto no plano da segurança, com base nas doutrinas da geopolítica e da segurança nacional. Portanto, tomaram várias medidas visando a ocupação dos espaços vazios da região.

Segundo Octávio Ianni, as iniciativas adotadas pelo governo, no período de 1966-78, provocaram mudanças significativas na Amazônia:

Em primeiro lugar, dinamizaram-se e diversificaram-se as atividades produtivas. Em segundo lugar, desenvolveram-se bastante o sistema creditício, público e privado. Em terceiro, dinamizou-se e ampliou-se a administração pública federal na região. Em quarto, desenvolveu-se e agravou-se a luta pela terra, luta essa que envolve, entre outros elementos: o poder público (federal, estadual, territorial e municipal); grandes e médias empresas agropecuárias e de mineração; posseiros, ou antigos sitiantes e grupos indígenas. Em quinto, recolocou-se a antiga problemática indígena, seja quanto à defesa de sua cultura e terra, seja no que se refere à proletarização da sua mão-de-obra. Em sexto, criaram-se núcleos coloniais, com a finalidade de constituir reservas de mão-de-obra para empreendimentos públicos e privados. Em sétimo lugar, reformulou-se amplamente a significação geopolítica da região amazônica, tanto no que diz

respeito aos problemas de "defesa nacional", como ^{no} que se refere aos problemas da "segurança interna"¹⁹.

Algumas das medidas propostas ou colocadas em prática foram de ordem geral, mas tiveram grandes influências sobre a Amazônia. Outras foram específicas para a região.

Quanto à legislação relativa à política agrícola e agrária de ordem geral, um dos primeiros instrumentos instituídos foi o Estatuto da Terra, que foi se desdobrando em outras leis complementares.

Na mensagem presidencial que encaminhou o projeto de lei ao Congresso, o Governo destaca a prioridade à solução do problema agrário. Nesta mensagem critica as medidas tomadas pelo Governo anterior e faz uma série de considerações onde fica bem clara a intensão de favorecer o capital. Em seus fundamentos econômicos, após fazer uma breve referência às distorções da estrutura agrária do país, acrescenta a este problema a crescente industrialização e urbanização, que exigem, por um lado, uma produção mais sistematizada para atender a demanda de alimentos e, por outro lado, a expansão do mercado consumidor de produtos industriais.

Desta forma, destaca as seguintes atribuições da Política de Desenvolvimento Rural:

- a) - suprir a base alimentar indispensável à intensificação da vida urbana e industrial;
- b) - concorrer com produtos de exportação mais diversificados para ajudar o equilíbrio do balanço de pagamentos externos;
- c) - criar, pela elevação do nível de vida no meio rural, um alargamento do mercado interno de consumo para absorver o crescimento da produção industrial do País;
- d) - concorrer para que se estabeleça um equilíbrio

nas migrações entre o campo e a cidade, tanto pela criação de áreas urbanas de empregos para absorver a mão de obra liberada no campo pela introdução da tecnologia, como pela ampliação das fronteiras agrícolas para a colocação de parte da mão de obra anualmente acrescida pelo incremento demográfico;

- e) - fixar, na vastidão do território nacional núcleos de atividades permanentes, concorrendo para a regularidade do trabalho no campo e para a progressiva absorção de técnicas que são a continuidade e a tradição agrária possibilitam²⁰.

Esta mensagem propõe, como solução para o problema da produtividade e para o acesso do trabalhador à terra, um projeto de Reforma Agrária e de Política Agrícola, contido no Estatuto da Terra e baseado na solução democrática, ou seja, no estímulo à propriedade privada, em oposição à opção socialista²¹.

O Estatuto da Terra, instituído pela Lei nº 4504, de 30 de novembro de 1964, traçou as grandes linhas da Reforma Agrária e da política agrícola brasileira. Segundo ele,

a Reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio²².

Condiciona a propriedade da terra a uma função social e seu uso ao bem-estar coletivo. A distribuição ou redistribuição da terra, segundo o Estatuto, será feita por qualquer das seguintes medidas:

- a) - desapropriação por interesse social;
- b) - doação;
- c) - compra e venda;

- d) - arrecadação dos bens vagos;
- e) - reversão à posse do Poder Público de terras de sua propriedade, indevidamente ocupadas ou exploradas, a qualquer título, por terceiros;
- f) - herança ou legado²³.

Para operacionalizar suas propostas foram criados, através desta Lei, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária IBRA, o Grupo Executivo da Reforma Agrária - GERA e as Comissões Agrárias. As funções destes órgãos, em grande parte, ficaram apenas no texto de legislação.

No tocante à política de desenvolvimento rural o Estatuto estabeleceu que:

*o Poder Público se utilizará da tributação progressiva da terra, do imposto de renda, da colonização pública e particular, da assistência e proteção à economia rural e ao cooperativismo e, finalmente, da regulamentação do uso e posse temporários da terra...*²⁴

O Estatuto disciplina, em linhas gerais, todos os itens acima apontados, que mais tarde são melhor regulamentados por Leis ou Decreto-Leis complementares.

É ainda criado, por esta Lei, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário - INDA, com finalidade de promover o desenvolvimento rural e do cooperativismo²⁵.

A princípio, pouca influência teve, especialmente para a Amazônia, o Estatuto da Terra. Segundo Octávio Ianni,

o Estatuto da Terra e as agências governamentais por ele criadas, tiveram por finalidade primordial apaziguar os latifúndios e empresários rurais, que foram uma base econômica e política importante para o Golpe de Estado de 31 de março de 1964. (...) Neste contexto, o Estatuto da Terra adotado pelo governo

do Marechal Castelo Branco [1964-67] foi principalmente um instrumento para indicar, aos latifundiários e empresários rurais, qual seria a direção conservadora da política agrária a ser posta em prática pelos governos saídos do golpe de Estado ²⁶.

Direção conservadora se comparada com a crescente politização e com as reivindicações dos trabalhadores rurais, que antecederam o golpe. Conservadora também no sentido de reafirmar a propriedade privada da terra. No entanto, este Estatuto, seria bastante avançado caso fosse aplicado integralmente, apesar de suas contradições. Poderia, através de desapropriações, promover uma redistribuição das terras, mudando a injusta estrutura fundiária do país. Porém, ao reconceituar latifúndio, ao definir empresa rural, ao propor a colonização e ao facilitar a criação e a expansão de empresas rurais de pessoas físicas e jurídicas que tenham por finalidade o racional desenvolvimento extrativo, pecuário ou agro-industrial ²⁷, contribuiu para chamar a atenção dos capitalistas para uma nova orientação que se daria à utilização da terra. Principalmente às terras do Centro-Oeste e da Amazônia, que seriam alvo da expansão agrícola, através dos núcleos de colonização e das grandes empresas rurais. O Estatuto da Terra representou mais uma segurança a mais, ao latifundiário, de que suas terras não seriam desapropriadas, graças aos conceitos de latifúndio e de empresa rural, que disfarçam verdadeiros latifúndios improdutivos em empresa rural ²⁸. Representou também a perspectiva de valorização da terra, o que gerou a especulação. Portanto, pouco foi alterada a estrutura fundiária concentrada, durante estes 22 anos de vigência do Estatuto da Terra.

Quanto aos órgãos por ele criados, realmente foram inoperantes. Até o final da década de 60 pouco fizeram, a não ser em suas atribuições de tributação, cadastramentos e alguns projetos desastrosos de colonização. Através do Decreto-Lei n° 1.110, de 09 de julho de 1970, o IBRA, o INDA e o GERA foram extintos, dando lugar a outro órgão denominado de Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA. De acordo com o Decreto-Lei que

o criou, este órgão tem os seguintes objetivos primordiais:

- a)- promover e executar a reforma agrária, visando corrigir a estrutura agrária do país, adequando a aos interesses do desenvolvimento econômico e social;
- b)- promover, coordenar, controlar e executar a colonização; e
- c)- promover o desenvolvimento rural através da coordenação, controle e execução, preferencialmente, das atividades de cooperativismo, associativismo e eletrificação rural²⁹.

Também este órgão pouco fez, no tocante a um processo que visasse a corrigir as distorções da estrutura agrária no País.

Apesar de ter direcionado suas ações para os processos de discriminação e arrecadação de terras devolutas, regularização fundiária das terras ocupadas e para a colonização, foram fracos os resultados obtidos.

Um dos motivos que entravaram os trabalhos do INCRA foi a caótica situação reinante nas áreas de maior afluxo do capital.

Em seu depoimento à CPI da Amazônia, em 1980, o então Diretor do Departamento de Recursos Fundiários do INCRA assim declarou:

Nestas regiões, grupos empresariais oriundos do centro sul do País adquiriram, sem maiores cuidados, áreas completamente ocupadas por posseiros, algumas de titulação inequivocamente ilegítimas, proveniente de verdadeiras grilagens de terras. Para agravar o problema, os Estados cujas áreas integram total ou parcialmente a Amazônia Legal tinham aliado, até 1970, sem se cercarem das devidas cautelas,

terras que não haviam previamente discriminado, be
rendo as disposições da Lei Federal e da sua pró-
pria legislação. Fundamentando-se em dispositivos de
 suas respectivas legislações, de juridicidade e cons-
titucionalidade discutíveis, os Governos Estaduais,
 sem levar em conta o fato de que essas terras se en-
contravam densamente ocupadas, vendiam-na a parti-
culares. Alienaram-se, por exemplo, terras ocupadas
 por posseiros que nelas residiam há mais de 20 (vin-
te) anos, ou terras que o próprio Estado já tinha,
 através de lei, dado outra destinação³⁰.

Assim, não é de se espantar que a ação do INCRA te-
nha sido morosa e enquanto isto os conflitos se explodiam por
 todas as regiões, principalmente da Amazônia Legal.

Com a Lei nº 6383/76 foi estabelecido o procedimen-
 to sumariíssimo nos processos de discriminação de terras. Isso
 significou que em 90 dias após a propositura de uma ação, a se-
tença deveria ser dada. Apesar de esta Lei encontrar alguns en-
traves na prática (acúmulo de centenas de ações, que muitas ve-
 zes exigiam análise de cadeias dominiais, por vezes centenári-
 as), tornou o processo de discriminatória de terras mais sim-
ples e rápido. Segundo Zanatta, até 1976, com base na aplica-
ção de Decreto-Lei 9760/46, que até então regulamentava as dis-
criminatórias, foram discriminados na Amazônia Legal e na Fai-
 xa de Fronteira, um total de 17 milhões de hectares. De 1977
 a 1980, com a vigência da Lei nº 6383/76, discriminaram 38 mi-
lhões de hectares, totalizando, por tanto, até 1980, 55 mi-
lhões de hectares. Desse total, 42 milhões foram incorporados
 ao patrimônio da União³¹.

As terras que foram arrecadadas pelo INCRA tiveram
 destinação diversa. Inicialmente destinaram-se à colonização. Se-
gundo estudos da CNBB,

O INCRA valendo-se dos decretos nº 1106/70 que lhe

concedeu uma faixa de terra de 10 km de cada lado da rodovia Transamazônica e Cuicabã-Santarém e do nº 1164 de 19 de abril de 1971, que ampliou a faixa de 10 km para 100 km de todas as estradas federais da Amazônia, dirigiu a colonização para toda área da Amazônia Legal...³²

A colonização, que poderia propiciar uma maior distribuição das terras, no entanto não atingiu as metas desejadas. Segundo a conclusão da CPI da Terra,

*Os resultados do Programa de Colonização Oficial não são animadores, conforme informações oficiais do próprio INCRA que, nos projetos de colonização, espalhou pelos 18 unidades federativas, procedeu ao assentamento de, apenas, 42.000 famílias, até 1976*³³.

Se até este período o assentamento de colonos foi modesto, daí em diante a situação tende a ficar pior. A confusa legislação agrária vai se tornando mais complexa e a tendência é de beneficiar mais ainda os interesses da grande propriedade.

As grandes empresas, que já vinham se apoderando, através de várias formas, das terras da região, passaram a adquirir terras diretamente do INCRA. A este respeito, afirma o documento da CNBB:

Todavia, com o governo Geisel, houve mudanças de política do INCRA. Como já referido anteriormente, o INCRA apossou-se dessas terras (faixas marginais das rodovias federais da região - EGD) com o fim claro de colonização e Reforma Agrária, visando beneficiar os trabalhadores rurais sem terra, notadamente do Nordeste.

Todavia, agora, o INCRA passou a vender essas terras a grandes empresas, a preços baixíssimos. Note-se ainda que lotes que custariam, se fossem vendidos por grileiros, até 15 mil, são vendidos pelo

INCRA entre 20 a 47 cruzeiros. Constatase, pois, que essa mudança na orientação do INCRA nada mais faz que compatibilizá-la com a linha que sempre orientou o governo na ocupação da Amazônia: o privilégio das grandes empresas³⁴.

Até 1976 as terras públicas eram alienadas das seguintes formas: a)- legitimação de posse (regularização de áreas de até 100 ha., exploradas pelo posseiro); b)- regularização fundiária (regularização de ocupação de áreas de até 3.000 ha., ou 2.000 ha., quando situadas na faixa de fronteira); c)- licitação pública (alienação, em concorrência, de áreas vagas de até 3.000 ha., destinadas à implantação de projetos agropecuários).

Com a Lei nº 6383/76, foi dispensada a licitação pública para regularizar áreas de até 600 vezes o módulo de exploração, o que equivale, em algumas regiões, até 60.000 ha.

Aos poucos o INCRA foi também perdendo a competência para exercer suas atribuições destinadas à implantação da reforma agrária.

O Conselho de Segurança Nacional e a Comissão da Faixa de Fronteira foram assumindo competência paralela ou concorrente com as do INCRA, esvaziando suas atribuições. Sobre isso conclui a CPI da Terra:

A primazia de decisão dada à Secretaria do Conselho de Segurança Nacional deu origem às Resoluções nºs . 005 e 006 e respectivas instruções de 1976, cujo critério de excepcionalidade para legalização de grandes áreas, contrariando todos os princípios de legislação agrária em vigor, no País, representou o esvaziamento do poder de decisão do INCRA, encarregado da execução da reforma agrária, em matéria de concessão de terras devolutas na Amazônia³⁵.

Quanto às medidas específicas para a Amazônia, em favor da *iniciativa privada*, estas foram tomadas a partir de 1966, com a deflagração da chamada *Operação Amazônia*, que foi a primeira das decisões do Governo Militar, para desenvolver a Amazônia. Segundo Clara Pandolfo, esta operação constituiu um conjunto de leis, medidas e providências, visando a desenvolver a Amazônia, ocupá-la, povoá-la e fortalecê-la economicamente ³⁶.

Uma destas primeiras medidas foi quando o Banco de Crédito da Amazônia foi transformado em Banco da Amazônia S/A - BASA; pela Lei nº 5122 de 28/09/66. Este Banco passou então a ter as seguintes atribuições, conforme o Art. 1º da referida Lei:

- a) - executar a política do Governo Federal na Região Amazônica relativa ao crédito para o desenvolvimento econômico e social;
- b) - efetuar operações bancárias em todas as suas modalidades, inclusive aceites, avais e prestação de quaisquer garantias e especialmente operar com as atividades industriais, comerciais e produtoras da Região Amazônica;
- c) - exercer as funções de agente financeiro da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia;
- d) - atuar como agente financeiro para aplicação, na Região Amazônica, de recursos mobilizados interna ou externamente de acordo com a legislação em vigor;
- e) - executar, com exclusividade, os serviços bancários da SPVEA e dos demais órgãos regionais federais, inclusive autarquias, e em especial a movimentação de recursos do artigo 199 da Constituição Federal;
- f) - executar os serviços bancários de quaisquer órgãos federais, inclusive autarquias, nos ter

mos do item II do artigo 19 da Lei nº 4595, de 31 de dezembro de 1964, nas localidades da Região Amazônica onde o Banco do Brasil S.A. não disponha de agências;

- g)- aplicar, como agente financeiro da SPVEA, segundo as diretrizes de desenvolvimento econômico que esta traçar, os recursos por ela destinados para crédito em favor da iniciativa privada na Região, sem prejuízo da ação normativa do Conselho Monetário Nacional;
- h)- executar, paralelamente ao Banco do Brasil S.A. na Região Amazônica e como Agente da Comissão de Financiamento da Produção, a política dos preços mínimos dos produtos agrícolas, pecuários ou extrativos, na forma da legislação em vigor.

Este Banco, que originariamente se chamava Banco de Crédito da Borracha (criado pelo Decreto-Lei nº 4451 de 07/07/42) e que em 1950 se transformou em Banco de Crédito da Amazônia (Lei nº 1164 de 30/08/50), tinha por finalidade, até então, o apoio à produção da borracha, bem como a exclusividade das operações de compra e venda deste produto. Passa agora a ter funções bem mais amplas. Passa a ser o suporte financeiro do Governo Federal para apoiar os empreendimentos capitalistas na Amazônia.

Conforme o Art. 4º da Lei de sua criação, o BASA passou a contar com dotações anuais do orçamento da União, para aplicação em créditos especializados à iniciativa privada na Região Amazônica. Para captar mais recursos, através de subscrição de ações, pelo Art. 5º, foi facultado às pessoas físicas e jurídicas deduzir do imposto de renda até 50% do valor pago na compra de ações do Banco. Outras fontes de recursos também foram previstas no Art. 11 dessa Lei:

O Banco da Amazônia S.A. poderá fazer empréstimos'

para pré-investimentos ou investimentos infra-estruturais, decorrentes de acordo com a SPVEA ou quaisquer outras entidades nacionais, estrangeiras ou internacionais, para aplicação na Região, obedecidas as normas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Outras modificações importantes não tardaram a ocorrer. Com o objetivo de desenvolver a economia da região e integrá-la à economia nacional é disciplinado, pela Lei 5173 de 27/10/66m o Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Em alguns itens da orientação básica deste Plano, conforme está explícito no Art. 4º desta Lei, fica clara a intenção de atrair o capital para a região:

- a)- realização de programas de pesquisas e levantamento do potencial econômico da Região, como base para a ação planejada a longo prazo;
- b)- definição dos espaços econômicos suscetíveis de desenvolvimento planejado, com a fixação de polos de crescimento capazes de induzir o desenvolvimento de áreas vizinhas;
- c)- concentração de recursos em áreas selecionadas em função de seu potencial e populações existentes;
- d)- formação de grupos populacionais estáveis, tendentes a um processo de auto-sustentação;
- e)- adoção de política imigratória para a Região, com aproveitamento de excedentes populacionais internos e contingentes selecionados externos;
- f)- fixação da populações regionais, especialmente' no que concerne às zonas de fronteiras;
- g)- ordenamento da exploração das diversas espécies e essências nobres nativas da região, inclusive através da silvicultura e aumento da produtividade da economia extrativista sempre que esta não possa ser substituída por atividades mais

- rentáveis;
- h)- incentivo e amparo à agricultura, à pecuária e à piscicultura como base de sustentação das populações regionais;
- i)- ampliação das oportunidades de formação e treinamento de mão-de-obra e pessoal especializado necessária às exigências de desenvolvimento da região;
- j)- aplicação conjunta de recursos federais constantes de programas de administração centralizada e descentralizada, ao lado de contribuições do setor privado e de fontes externas;
- l)- adoção de intensiva política de estímulos fiscais, creditícios e outros com o objetivo de:
- I- assegurar a elevação da taxa de reinversão na região dos recursos nela gerados;
 - II- atrair investimentos nacionais e estrangeiros para o desenvolvimento da região;
- m)- revisão e adaptação contínua da ação federal na região;
- n)- concentração da ação governamental nas tarefas de planejamento, pesquisa de recursos naturais, implantação e expansão da infra-estrutura econômica e social, reservando para a iniciativa privada as atividades industriais, agrícolas, pecuárias, comerciais e de serviços básicos rentáveis.

São indicados, como agentes de elaboração, controle e execução deste Plano, os órgãos de administração centralizada e descentralizada do Governo Federal, outros órgãos e entidades conveniados, o BASA é um órgão criado por esta Lei, que passa a ter um importante papel na ação governamental sobre a região, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM.

A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA, que já tinha por objetivos *incrementar o desenvolvimento da produção agrícola, extrativa, pecuária, mineral, industrial e das relações de troca, no sentido de melhores condições sociais e bem-estar econômico das populações, e de expansão da riqueza do país*³⁷, fica extinta com a Lei nº 5173. Em seu lugar é criada a SUDAM, com atribuições mais amplas.

A SUDAM foi criada, segundo o Art. 9º desta Lei, com o objetivo principal de planejar, promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia. Sua atribuições, segundo o Art. 10, são:

- a) - elaborar o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e coordenar ou promover sua execução, diretamente, ou mediante convênio com órgãos ou entidades públicas, inclusive sociedades de economia mista, ou através de contrato com pessoas ou entidades privadas;
- b) - revisar, uma vez por ano, o Plano mencionado no item anterior e avaliar os resultados da sua execução;
- c) - coordenar as atividades dos órgãos e entidades federais e supervisionar a elaboração dos seus programas anuais de trabalho;
- d) - coordenar a elaboração e a execução dos programas e projetos de interesse para o desenvolvimento econômico da Amazônia a cargo de outros órgãos ou entidades federais;
- e) - prestar assistência técnica a entidades públicas na elaboração ou execução de programas ou projetos considerados prioritários para o desenvolvimento regional, a critério da SUDAM;
- f) - coordenar programas de assistência técnica nacional, estrangeira ou internacional, a órgãos ou entidades federais;
- g) - fiscalizar a elaboração e a execução dos progra

- mas e projetos integrantes do Plano de Valorização Econômica da Amazônia ou de interesse para o desenvolvimento econômico da região a cargo de outros órgãos ou entidades federais;
- h) - fiscalizar o emprego dos recursos financeiros destinados ao Plano de Valorização Econômica da Amazônia, inclusive mediante o confronto de obras e serviços realizados com os documentos comprobatórios das respectivas despesas;
- i) - julgar da prioridade dos projetos ou empreendimentos privados, de interesse para o desenvolvimento econômico da Região visando a concessão de benefícios fiscais ou de colaboração financeira, na forma da legislação vigente;
- j) - sugerir, relativamente à Amazônia, as providências necessárias à criação, adaptação, transformação ou extinção de órgãos ou entidades, tendo em vista a sua capacidade ou eficiência e a sua adequação às respectivas finalidades;
- l) - promover e divulgar pesquisas, estudos e análises visando ao reconhecimento sistemático das potencialidades regionais;
- m) - praticar todos os demais atos necessários às suas funções de órgão de planejamento, promoção e coordenação do desenvolvimento econômico da Amazônia, respeitada a legislação em vigor.

Outros poderes são concedidos ainda à SUDAM, pelo Art. 29 desta Lei:

A coordenação dos programas dos organismos federais com ação na Região Amazônica, a ser desempenhada pela SUDAM, terá por objetivo assegurar a necessária compatibilização das diferentes áreas ou setores de atuação federal entre si e com os propósitos da política nacional de desenvolvimento da Amazônia.

§ 1º Para a consecução do objetivo definido neste

artigo, deverá a SUDAM manifestar-se sobre os programas e orçamentos de cada um dos organismos que atuam na Amazônia, bem como aferir suas possibilidades e necessidades e analisar os resultados da execução de seus programas.

Desta forma, a SUDAM se tornou o órgão todo poderoso da Amazônia.

Para executar suas atribuições a SUDAM conta, através desta Lei, com recursos advindos da renda tributária da União (mínimo de 2%); 3% da renda tributária dos Estados, Territórios e Municípios da Região; dotações orçamentárias ou créditos adicionais; produtos de operações de crédito; lucros das empresas de que participe; renda patrimonial e renda de serviços prestados; auxílios, subvenções, contribuições, etc³⁸. Assim como o BASA, também poderá, segundo o Art. 23, contrair em prêstimos no País ou no exterior para acelerar ou garantir a execução de programas ou projetos integrantes do Plano de Valorização Econômica da Região.

Esta Lei cria ainda o Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia - FIDAM, constituído dos seguintes recursos, conforme o Art. 45:

- a) - quantia não inferior a 1% (um por cento), da Renda Tributária da União, dos recursos a que se refere o artigo 199 da Constituição Federal;
- b) - produto da colocação das "Obrigações da Amazônia", emitidas pelo Banco da Amazônia S.A.³⁹;
- c) - da receita líquida resultante das operações efetuadas com seus recursos;
- d) - de dotações específicas, doações, subvenções, repasses e outros;
- e) - dos depósitos deduzidos do Imposto de Renda, não aplicados em projetos específicos, no prazo e pela forma estabelecidos na legislação de Incen

tivos Fiscais em favor da Amazônia;

- f) - dos recursos atuais do Fundo de Fomento à Produção, criado pelo artigo 7º da Lei nº 1184, de 30 de agosto de 1950, modificado pelo artigo 37, da Lei nº 4829, de 5 de novembro de 1965.

Estabelece ainda esta Lei que, pelo menos, 60% dos recursos provindos da Renda Tributária da União (alínea a) deverão ser aplicados em crédito rural. Todos os recursos deste Fundo serão aplicados na região pelo BASA, diretamente ou através de repasses a outras instituições financeiras, seguindo programas e normas estabelecidas pela SUDAM.

O Decreto nº 60.079, de 16/01/67, que aprova o Regulamento Geral do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, estabelece, em seu Art. 40, que os recursos do FIDAM serão aplicados nas seguintes finalidades:

- I- *financiamento à iniciativa privada, para investimentos declarados prioritários ao desenvolvimento da Região;*
- II- *financiamento à iniciativa privada, para pesquisas que visem ao aproveitamento de recursos naturais e agrícolas da Região;*
- III- *financiamento para elaboração de projeto industrial decorrente de resultados positivos das pesquisas a que se refere o item II deste artigo.*

Desta forma, a *iniciativa privada* novamente é privilegiada com mais recursos, favorecendo sua atração para a Amazônia.

O maior atrativo de capital para a Amazônia foi, sem dúvida nenhuma, a *adoção de intensiva política de estímulos fiscais*, conforme propunha o Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Simultaneamente à Lei que criou o referido Plano, entrou também em vigor a Lei 5174/66, que dispõe sobre a conces-

são de incentivos fiscais em favor da Região.

A indústria na Amazônia já havia se beneficiado de incentivos desde 1963, quando a Lei 4216/63 estendeu à região os benefícios concedidos à SUDENE. Assim reza seu Art. 1º:

Fica facultado às pessoas jurídicas e de capital cem por cento nacional efetuarem a dedução de até 50%, nas deduções do imposto de renda, de importância destinada ao reinvestimento ou aplicação em indústria considerada, pela SPVEA, de interesse para o desenvolvimento da Amazônia.

A Lei 5174/66 concedeu ainda isenções de impostos e ampliou as deduções tributárias, conforme seu Art. 1º:

Na forma da legislação fiscal aplicável, gozarão as pessoas jurídicas, até o exercício de 1982, inclusive, de isenção do imposto de renda e quaisquer adicionais a que estiverem sujeitas, nas bases a seguir fixadas, com relação aos resultados financeiros obtidos de empreendimentos econômicos situados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e por esta considerados de interesse para o desenvolvimento da Região Amazônica, conforme normas regulamentares a serem baixadas por decreto do Poder Executivo:

- I- em 50% (cinquenta por cento) para os empreendimentos que se encontrarem efetivamente instalados à data da publicação da presente Lei;
- II- em 100% (cem por cento) para os empreendimentos:
 - 1- que se instalarem legalmente até o fim do exercício financeiro de 1971 (mil, novecentos e setenta e um);
 - 2- que já instalados à data da publicação da presente Lei, ainda não tiverem iniciado fase de operação;
 - 3- que já instalados à data da publicação da presen

te Lei, antes do fim do exercício financeiro de 1971, ampliarem, modernizarem ou aumentarem o índice de industrialização de matérias-primas, colocando em operação novas instalações.

O Art. 7º se refere às deduções tributárias:

Todas as pessoas jurídicas registradas no País pod
erão deduzir no imposto de renda e seus adicionais:

- a) - até 75% (setenta e cinco por cento) do valor das obrigações que adquirirem, emitidas pelo Banco da Amazônia S/A com o fim específico de ampliar os recursos do Fundo de que trata o artigo 11 desta Lei (FIDAM);
- b) - até 50% (cinquenta por cento) do valor do impos
to devido para inversão em projetos agrícolas, pecuários, industriais, de agricultura e de ser
viços básicos que a SUDAM declare, para fins ex
pressos neste artigo, de interesse para o desen
volvimento da Amazônia.

Estas isenções e deduções são reafirmadas pelo De
creto nº 60.079/67, que aprova o Regulamento Geral do Plano de Valorização da Amazônia, bem como pelo Decreto-Lei nº 756/69, que também dispõe a valorização econômica da Amazônia.

Nota-se, porém, que os benefícios fiscais não são mais restritos às empresas nacionais, como em 1963. Agora, se estendem a tod
as pessoas jurídicas registradas no País.

Em 1977 o Decreto-Lei nº 1564 concedeu deduções e isenções para os empreendimentos que ainda se instalassem nas áreas da SUDAM e da SUDENE até 1982, por um prazo de 10 a 15 anos.

Os projetos agropecuários (mais especificamente pe
cuários) foram os que mais se beneficiaram dos incentivos fi
scuários)

cais. Dos 582 projetos aprovados pela SUDAM, até 1980, 364 projetos, ou seja, 62,5% se referiam a este setor. Os incentivos beneficiaram quase que exclusivamente as grandes empresas privilegiadas. Em seu depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar distorções ocorridas na execução dos Planos de Desenvolvimento da Amazônia, conhecida como CPI da Amazônia, em 1980, o então presidente do BASA assim declarou, constatando a exclusão das pequenas empresas na concessão dos incentivos:

Na Amazônia existem poucas grandes empresas. No setor rural, as propriedades de até 100 ha., correspondem a 85% do total. Contudo a SUDAM praticamente não aprova projetos para empresas com menos de 1.000ha. (existe, apenas, um projeto de lavoura diretamente alimentar-horticultura-com 20 ha., no Distrito Agropecuário da SUFRAMA, além de dois outros que exploram lavouras comerciais, com 150 a 600 ha., respectivamente). Ora, os estabelecimentos com mais 1.000 ha. correspondem a apenas 0,8% do total na Região Norte⁴⁰.

Como as empresas geralmente são de fora da região e de outros ramos, grande parte dos recursos foram desviados para outros setores ou mal aplicados.

Também a seletividade na aprovação de projetos incentivados deu margem ao surgimento de outras distorções, como a corretagem na captação dos incentivos para os vários projetos. A este respeito assim concluiu o Relatório da CPI da Amazônia:

A política de distribuição de incentivos fiscais pela SUDAM nasceu sob o signo de profundas distorções, dentre elas a da corretagem na captação de recursos, que atingia até 40%, dificultando, desse modo, a implantação dos projetos na região. Tal prática foi mantida até 1974, quando, com a criação do FINAM, se

elimina a figura danosa do intermediário⁴¹.

O Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM, juntamente com o FINOR, para o Nordeste e o Fundo de Investimentos Setoriais, criados pelo Decreto-Lei nº 1378/74, constituíram a consolidação do sistema de incentivos fiscais. A partir deste Decreto-Lei as pessoas jurídicas passaram a optar, em suas declarações de imposto de renda, pela aplicação de até 50% nos Fundos de Investimentos do Nordeste ou da Amazônia, em Projetos considerados de interesse para o desenvolvimento dessas regiões pelas respectivas Superintendências.

Mesmo assim a sistemática dos incentivos fiscais continuou provocando distorções no desenvolvimento da região. Continuou estimulando aplicação especulativa na aquisição e retenção de grandes latifúndios, utilizados para obtenção de outros créditos em estabelecimentos públicos ou privados.

Com relação aos incentivos fiscais, julgamos importante transcrever aqui a conclusão a que chegou a CPI da Amazônia:

- a) - a atual sistemática de incentivos fiscais não conseguiu reduzir a disparidade existente entre a Amazônia e o restante do País, como era de sua finalidade;
- b) - a ineficácia da política de incentivos fiscais acabou redundando em vazamentos, para os centros mais dinâmicos, de renda gerada pelos projetos incentivados, por serem estes, em grande número, controlados por residentes fora da área onde se localizam os centros de suas decisões;
- c) - concentração dos benefícios da política de incentivos fiscais em reduzido número de grandes empresas, em sua maior parte vinda de fora da região, com acentuada marginalização da pequena e média empresa regional;

- d) - aprovação da maioria dos projetos de uso intensivo de capital, não geradores do número de empregos esperados, e geralmente não preocupados com a produção de bens para consumo das populações da região;
- e) - na área do setor primário, predominância quase absoluta dos projetos para a pecuária, ocasionando maior liberação da mão-de-obra, ao invés da criação de novos empregos na área rural, além de fomentar a luta pela posse da terra;
- f) - ausência de fiscalização mais adequada, pela SUDAM, na aplicação dos incentivos por parte das empresas, além da falta de mecanismos legais para coibir o mau emprego dos incentivos.

Ainda com relação a destinação dos incentivos fiscais, convém lembrar que em 1970 houve outra alteração, através do Decreto-Lei nº 1106/70, que também criou o Programa de Integração Nacional-PIN. Com este Decreto-Lei, no período de 1971 a 1974, 30% do total das importâncias deduzidas do imposto de renda devido, para aplicação em incentivos fiscais, passaram a ser destinados ao PIN.

Este Plano, tinha como primeira etapa a imediata construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, bem como a colonização da faixa de terra de até 10 km de cada lado das rodovias.

Em 1972 o Decreto-Lei nº 1243 elevou as dotações do PIN, prorrogando até 1975 a destinação de 30% das deduções e incluiu a construção da Rodovia Perimetral Norte e o prolongamento da Cuiabá-Santarém até a divisa do Brasil com Suriname.

Estas medidas do Governo, abrindo estradas faraônicas na região, contribuíram também para valorizar as terras da Amazônia e atrair mais especuladores, grileiros, colonos e possi-

ros. Conseqüentemente, os conflitos pela posse da terra se intensificaram.

Neste mesmo período, a legislação do imposto de renda, relativa os incentivos fiscais, novamente foi alterada, através do Decreto-Lei nº 1179/71. Desta vez, com a criação do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-Indústria do Norte e do Nordeste - PROTERRA, com o objetivo de promover o acesso do homem à terra, criar empregos e fomentar a agro-indústria nestas regiões. Com este Decreto-Lei, 20% das deduções do imposto de renda para aplicações a título de incentivos fiscais foram destinadas ao PROTERRA, no período de 1972 a 1976.

No entanto, o acesso do homem à terra, proposto por este Programa, foi illusório. O Fundo de Redistribuição de Terras, criado pelo Decreto nº 70.677/72, que regulamentou a aplicação do Decreto-Lei nº 1179/71, contou para o exercício financeiro de 1972 com apenas 25% dos recursos do PROTERRA. Os itens referentes ao apoio ao fortalecimento da infra-estrutura agrícola e ao financiamento de projetos de expansão e modernização da agricultura, pecuária e agroindústria, somaram 65%. Para ações discriminatórias, fiscalização da posse e uso da terra, extensão rural, assistência ao cooperativismo, colonização e outras atividades correlatas, foram destinados menos de 10%.

Para o exercício de 1973 os recursos destinados à distribuição de terras foram reduzidos a pouco mais de 18%⁴².

As poucas redistribuições de terras que foram feitas, beneficiaram os especuladores. O próprio Ministro da Agricultura, Moura Cavalcanti, reconheceu, em uma reunião em 1973, que *tem sido feitas manobras para ganhar mais dinheiro com as terras que serão distribuídas pelo PROTERRA*⁴³.

Os propósitos de se favorecer a grande empresa ficaram mais claros ainda, com o encontro dos Ministros do Planejamento, da Agricultura e do Interior, com os maiores empresários

do Sul, na Amazônia, quando os Ministros declararam a intenção do governo em apoiar a formação de grandes consórcios empresariais naquela região, em propriedades em torno de 100 mil hectares⁴⁴.

Já em 1975 o PROTERRA não destinou nenhum recurso à desapropriação de terras e aos empréstimos aos pequenos e médios produtores rurais. Entretanto, para os projetos de infraestrutura e para expansão e modernização da agricultura, pecuária e agroindústria, foram destinados mais de 70% de seus recursos⁴⁵.

A infra-estrutura criada pelo PROTERRA serviu, evidentemente, muito mais ao grande empresário do que aos pequenos e médios produtores. À medida em que a terra se valorizou, os posseiros e colonos foram sendo expropriados e a terra se concentrando mais nas mãos das grandes empresas.

Parte dos recursos do PROTERRA, nos exercícios de 1974 a 1977, foram também repassados para o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - POLAMAZÔNIA, criado pelo Decreto nº 74.607/74, que visava o crescimento econômico de 15 áreas prioritárias na Amazônia. O POLAMAZÔNIA contou também com recursos do PIN e do Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados - F.D.P.I.

Segundo análise da CNBB, a criação dos programas dos pólos (POLONORDESTE, POLOCENTRO, POLAMAZÔNIA) teve o propósito de capitalizar mais o campo, criando no agricultor a mentalidade empresarial e apoiando as empresas agropecuárias e não os que mais necessitam: os posseiros e os proletários rurais⁴⁶.

Também a CPI da Amazônia constatou que tanto o POLAMAZÔNIA quanto o PROTERRA fracassaram em suas finalidades principais que eram as de fomentar a infra-estrutura em regiões prioritárias da Amazônia e viabilizar a distribuição de terras

e de créditos a pequenos produtores no Norte e Nordeste. Seus recursos acabaram sendo utilizados pelos grandes empresários, na maioria dos casos⁴⁷. Afirma ainda o Relatório da CPI da Amazônia, baseado em declarações do Prof. Edson Roffé Borges, que o POLAMAZÔNIA,

acabou sendo transformado numa simples linha de crédito auxiliar e de apoio a grandes empreendimentos pecuários, já aquinhoados com incentivos fiscais da SUDAM, sob a alegação de respaldo aos cronogramas físico-financeiros. É que somente alguns pequenos e médios proprietários tiveram oportunidade de ser beneficiados, porém nunca em faixa além de 20% dos recursos do POLAMAZÔNIA, destinados ao crédito rural.

Apesar de tamanha confusão reinante na legislação, da indefinição de grande parte dos programas elaborados para a Amazônia, das disputas internas no próprio governo e do conflito de atribuições entre os diversos órgãos que atuam na região, no conjunto, a tendência predominante foi a intensificação dos empreendimentos intensivos em capital na Amazônia. Estes empreendimentos, concentrando mais a renda e a propriedade, limitando as oportunidades de emprego e de acesso à terra, provocaram, conseqüentemente, intensos conflitos sociais na região.

O Acre, não obstante apresentar uma série de peculiaridades, em relação a grande parte da Amazônia, não ficou alheio às conseqüências deste processo de ocupação desordenada da região, principalmente no tocante à concentração da terra e aos conflitos sociais.

NOTAS

- 1- GOMES, Marcos et alii, *O Imperialismo no Brasil - História de um Desenvolvimento Capitalista Dependente*, São Paulo, Edições do Leitor Ltda. 1978, p.8.
- 2- QUEIROZ, José Maria Vilar de, *Brasil Exportação e Importação*, Rio de Janeiro, APEC Editora, 1974, apud IANNI, Octávio, *Ditadura e Agricultura*, Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1979, p. 22.
- 3- LINHARES, Maria Yedda & TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos, *História da Agricultura Brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 60. Não se trata aqui da posição dos autores, mas sim da referência que eles fazem ao programa de desenvolvimento proposto pelos economistas conservadores, baseados na concepção de Johnston e Mellor.
- 4- Sobre os mecanismos da subordinação da agricultura ao capital, ver GRAZIANO DA SILVA, José, *Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura*, São Paulo, Hucitec, 1981.
- 5- MOREIRA, Roberto José, *A Agricultura Brasileira: os interesses em jogo no início dos anos 80*, in Boletim Reforma Agrária, Associação Brasileira de Reforma Agrária-ABRA, Vol. 12 nº 06, Campinas, Nov./Dez. 1982, p. 6/7.
- 6- GRAZIANO DA SILVA, José, *op. cit.* p. 70.
- 7- Id, *ibid.*, p. 71.

- 8- Id., *ibid.*, p. 82.
- 9- CORADINI, Odacir Luis, *Produtores, Cooperativismo Empresarial e Multinacionais: o caso do trigo e da soja*, *in* *Agricultura, Cooperativas e Multinacionais*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982, p. 21.
- 10- Id, *ibid.*, p. 23.
- 11- Id, *ibid.*, p. 25/26,
- 12- Id, *ibid.*, p. 26/27.
- 13- KAMEYAMA, Nobuco, *Structures Agraires, Ideologies et Mouvements Paysans au Brésil*, Tese de Doutorado (3º cycle), apresentada à École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Université de Paris I, Paris, 1978, (mimeogr.) pág. 327.OBS. ; Na Biblioteca da UNICAMP encontra-se um exemplar desta te
se.
- 14- CONTAG, *As Lutas Camponesas no Brasil - 1980*, Rio de Janeiro, Editora Marco Zero Ltda., Rio de Janeiro, 1981, pág. 50.
- 15- CPT, *CPT: Pastoral e Compromisso*, Petrópolis, Vozes, 1983,p. 18/23.
- 16- De acordo com a Lei nº 5173, dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, em seu Art. 2º, a Amazônia (chamada de *Amazônia Legal* abrange a região compreendida pelos Es
tados do Acre, Pará e Amazonas, pelos Territórios Federais do Amapá, Roraima e Rondônia (hoje Estado), e ainda pelas áreas do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo de 16º, do Es
tado de Goiás a norte do paralelo de 13º e do Estado do Ma
ranhão a oeste do meridiano de 44º. Somando os casos de grilagens no Acre, Amazonas, Amapá, Rondônia e Pará, totalizam 146 casos. Temos ainda em Goiás, Mato Grosso e Maranhão mais 222 casos de grilagem. Estes Estados não ficam por inteiro

na área da Amazônia Legal mas acreditamos que a maioria destes casos tenham ocorrido nesta área, onde é maior a disputa pela terra.

17- Dos conflitos que foram constatadas as datas de início (783), 1,2% iniciaram antes de 1960; 3,7% entre 60/69 e 59,3% na década de 70. Só no ano de 1980 iniciaram 26,0% dos conflitos que indicam data de início; e até julho de 1981, 8,6%.

18- A CPT relaciona ainda 47 casos de assassinatos. Os 7 casos constantes no Quadro 5 se constituem em conflitos próprios. Os demais assassinatos são consequência direta de outros conflitos.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em um levantamento recente feitos nos arquivos da CPT constatou a ocorrência de 1.106 assassinatos de trabalhadores rurais, no período de 1964 a 1985. Somente no ano de 1985 ocorreram 222 mortes. Ver Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, *Assassinatos no Campo-crime e impunidade 1964-1985*, s/d.(1986).

19- IANNI, Octávio, *Ditadura e Agricultura - O Desenvolvimento do Capitalismo na Amazônia: 1964-1978*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, p. 61/62.

20- Mensagem nº 33, de 1964 (C.N.) in Estatuto da Terra, Porto Alegre, Editora Síntese Ltda., s/d., p. 15/16. (Edição Atualizada para 1981).

21- Id, *ibid.*, p. 16/17.

22- Estatuto da Terra, Lei nº 4504/64, Art. 16.

23- Idem, Art. 17.

24- Idem, Art. 47.

25- Idem, Art. 74

26- IANNI, Octávio, *Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1979, p. 37/38.

27- Estatuto da Terra, Art. 14.

28- O Art. 4º da Lei 4504/64 assim define:

Latifúndio, o imóvel rural que:

a)- exceda a dimensão máxima fixada na forma do artigo 46, § 1º, alínea "b", desta lei, tendo-se em vista as condições ecológicas, sistemas agrícolas regionais e o fim a que se destine;

b)- não excedendo o limite referido na alínea anterior, e tendo área igual ou superior à dimensão do módulo de propriedade rural, seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural.

Empresa Rural é o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro de condições de rendimento econômico da região em que se situe e que explore área mínima agricultável do imóvel, segundo padrões fixados, pública e previamente, pelo Poder Executivo. Para este fim, equiparam-se às áreas cultivadas as pastagens, as matas naturais e artificiais e as áreas ocupadas com benfeitorias.

Segundo o Art. 46 referido acima, os limites máximos de áreas de imóveis não excederão a seiscentas vezes o módulo médio de propriedade rural nem a seiscentas vezes a área média dos imóveis rurais, na respectiva zona.

Com estes conceitos é fácil concluir que grandes extensões de terra na Amazônia não são considerados latifúndios, tanto em virtude da média elevada da área dos imóveis rurais na região, como também pelo fato de se equiparar às áreas cultivadas, as pastagens e as matas naturais. Desta forma, verdadeiros latifúndios são considera

dos *empresas rurais*.

- 29- Decreto nº 68.153 de 1º/02/71, art. 1º.
- 30- ZANATTA, Odaír, Depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar distorções ocorridas na execução dos Planos de Desenvolvimento da Amazônia, *in* Diário do Congresso Nacional (Seção I), Suplemento ao nº 156, Capital Federal, 05/10/80, pág. 424. Esta Comissão também é conhecida como CPI da Amazônia.
- 31- ZANATTA, *idem*, *idem*, pág. 427.
- 32- CNBB-CEP, *Pastoral da Terra - posse e conflitos*, Estudos da CNBB-CEP, 2a. Edição São Paulo, Edições Paulinas, 1977, p.90.
- 33- Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as atividades ligadas ao sistema fundiário em todo o Território Nacional, *in* Diário do Congresso Nacional, Seção I, Suplemento ao nº 121, Capital Federal, 28/09/79, pág. 003. Esta Comissão também é conhecida como CPI da Terra.
- 34- CNBB-CEP, *op. cit.* p. 165.
- 35- Relatório da CPI da Terra, *op. cit.* p. 004.
- 36- PANDOLFO, Clara, *A Amazônia, seu Grande Potencial de Recursos Naturais e Oportunidade de Industrialização*, *in* Boletim Geográfico, Vol. 30 nº 221 (março/abril de 1971), p. 35.
- 37- Lei nº 1806 de 06/01/53, Art. 1º.
- 38- Lei nº 5173 de 27/10/66, Cap. II, Art. 20.
- 39- O Art. 65 do Decreto nº 60.079 de 16/01/67 estabelece que as *pessoas jurídicas registradas no país, poderão deduzir do*

Imposto de Renda e seus adicionais, até setenta e cinco por cento (75%) do valor das "Obrigações da Amazônia".

- 40- CARNEIRO, Oziel Rodrigues, Depoimento à CPI da Amazônia, in Diário do Congresso Nacional, Suplemento ao nº 156,05/12/80, Capital Federal, p. 491/2.
- 41- CPI da Amazônia, op. cit. p. 552.
- 42- Decreto nº 71.770 de 26/01/73, que dispõe sobre a destinação, no exercício de 1973, dos recursos para execução do PROTERRA.
- 43- OPINIÃO, 27/08 a 03/09/73, apud CNBB, op. cit. p. 113.
- 44- Id, ibid., p. 114.
- 45- Decreto nº 75.283 de 23/01/75, que dispõe sobre a destinação, no exercício de 1975, dos recursos para execução do PROTERRA.
- 46- CNBB, op. cit. p. 195.
- 47- Relatório da CPI da Amazônia, op. cit. p. 558.
- 48- Id, ibid., p. 558.

3- CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E CONFLITOS SOCIAIS NO ACRE

3.1- A Penetração dos Paulistas no Acre:

No Acre, a grande procura de terra, por parte de empresários de fora, denominados genericamente na região por *paulistas*, ocorreu nos primeiros anos da década de 70. Vários fatores contribuíram para despertar este interesse pelas terras acreanas.

Um dos fatores, de ordem mais geral, em toda a área da Amazônia, foi a perspectiva de obtenção dos benefícios dos incentivos fiscais. Estes incentivos, conforme vimos no capítulo anterior, foram criados com a finalidade de *atrair investimentos nacionais e estrangeiros para o desenvolvimento da região*, conforme o Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Evidentemente que o interesse dos investidores se voltou, inicialmente, para as áreas mais próximas às regiões mais densamente povoadas, devido à possibilidade de obtenção de uma maior renda diferencial da terra. Desta forma a maior parte dos projetos agropecuários aprovados pela SUDAM se localizaram principalmente em Mato Grosso, Goiás e Pará. Dos 326 projetos agropecuários aprovados pela SUDAM até agosto de 1980, somente para estes estados foram aprovados 299 projetos, representando, 91,72% do total. Enquanto isto, as demais Unidades Federativas que fazem parte da Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas parte do Maranhão, Rondônia e Roraima) totalizaram apenas 8,28% dos projetos aprovados ¹.

Com apenas 4 projetos agropecuários aprovados com recursos da SUDAM para o Acre, até 1980, dificilmente se poderia dizer que os incentivos fiscais foram um atrativo para o capital investir neste Estado. Adalberto Ferreira da Silva tem esta opinião. Segundo ele,

*É preciso, pois, descartar a questão dos incentivos fiscais como recurso explicativo da corrida pelas terras do Acre.*².

No entanto, apesar dos poucos projetos financiados pela SUDAM no Estado, achamos que os estímulos fiscais e créditos se constituíram em um forte atrativo para o capital investir em terras acreanas.

Além dos incentivos fiscais criados pela Lei 5174/66, administrados pela SUDAM, o Decreto-Lei 291/67 criou também incentivos próprios para o desenvolvimento da Amazônia Ocidental, na qual o Acre está incluído. Este Decreto-Lei concedeu isenção total do imposto de renda dos lucros ou dividendos de empresas localizadas na Amazônia, quando destinados para aplicação na faixa de recursos próprios de projetos aprovados na região. Mesmo que tenha havido poucos projetos aprovados pela SUDAM no Acre, acreditamos que a perspectiva de aprovação e de aproveitamento dos incentivos tenha estimulado a procura de terra no Estado. O que dificultou a aprovação de um maior número de projetos pela SUDAM foi a confusa situação jurídica das terras acreanas. Com a exigência da SUDAM, a partir de 1976, de provas de regularização jurídica da área e com a morosidade do INCRA em regularizar as terras do Acre, a aprovação de projetos ficou bastante limitada. Mas, os compradores de terra mantinham a esperança de regularizar rapidamente a situação fundiária do Estado, a fim de que eles pudessem usufruir dos incentivos oferecidos.

Nos apelos feitos pelo Governador Walderley Dantas (1970/74), ao empresariado do Centro-Sul, os incentivos fiscais do Decreto-Lei 291/67, bem como a adoção da agropecuária como

atividade econômica básica a ser desenvolvida foram os argumentos principais utilizados em sua política de abrir as portei ras do Acre ³.

Com a criação do PIN, em 1970, do total dos recursos obtidos através da dedução do imposto de renda, para aplicação em incentivos fiscais, 30% foram retirados da SUDAM e destinados a este Programa. Com o Decreto-Lei 1243/72, entre as obras de infra-estrutura a serem financiadas com recursos do PIN, é incluída a construção da Rodovia Perimentral Norte, que atravessa uma boa parte do Acre. Desta forma, indiretamente os incentivos fiscais estimularam o interesse do capital pela aquisição de terras na região, diante da perspectiva de valorização com a infra-estrutura que seria criada.

Também em 1971 novamente a legislação referente aos incentivos fiscais foi alterada, com o Decreto-Lei 1179/71, que criou o PROTERRA e retirou mais 20% do total das aplicações a título de incentivos fiscais, que passaram a ser creditados diretamente na conta deste Programa. Conforme vimos no capítulo anterior, a maior parte dos recursos deste Programa se destinou ao financiamento de projetos de expansão e modernização da agricultura, pecuária e agroindústria. Não temos dados exatos sobre o montante de financiamentos do PROTERRA à pecuária no Acre. Mas de acordo com os Censos Econômicos de 1975 Censo Agropecuário - Acre, do FISGE, do total de financiamentos de entidades governamentais às diversas classes de atividade econômica no Acre em 1975, de um total de 33.194 mil cruzeiros, 30.758 mil cruzeiros foram destinados à atividade da pecuária. Certamente aí está incluído uma boa parte de recursos do PROTERRA, advindos de incentivos fiscais. Principalmente porque após a criação do POLAMAZÔNIA em 1974, em que o Acre foi uma das áreas prioritárias e que contou com recursos do PROTERRA e do PIN, que por sua vez contavam, respectivamente, com 20% e 30% dos recursos dos incentivos fiscais. O Polamazônia no Acre foi implementado principalmente pelo BASA, em forma de crédito rural, em que grande parte foi destinado a

financiamento de rebanho, formação de pastagem, construção de currais, etc.

Portanto, acreditamos que os incentivos fiscais, mesmo que indiretamente, foram um dos fatores de atração de pecuaristas e especuladores para o Acre.

Mas a grande corrida pelas terras do Acre se deu na gestão do Governador Wanderley Dantas. Em seu governo foi feita uma intensa campanha publicitária, principalmente no Sul e Sudeste do país, visando divulgar as potencialidades das terras acreanas, as facilidades de sua aquisição e as vantagens de se investir no Acre. Esta campanha constituiu, portanto, em um fator importante de atração dos paulistas para o Acre.

Produzir no Acre, investir no Acre, exportar pelo Pacífico era o "slogan" da campanha, que teve resposta imediata. Ao encerrar o mandato, em 1975, Dantas já havia propiciado a venda de pelo menos um terço das terras acreanas aos sulistas⁴.

Além dos inúmeros incentivos fiscais instituídos pela legislação federal, o Governador Dantas oferecia ainda os serviços dos órgãos estatais para elaboração de projetos agropastoris e a necessária estrutura de apoio à implantação dos projetos. Como apoio financeiro, oferecia recursos do BANACRE (Banco do Estado do Acre), Banco do Brasil, BASA, além de recursos alocados pela SUDHEVEA, com juros baixíssimos e longo prazo de carência e de pagamento. Argumentava ainda sobre a fertilidade das terras, seu potencial madeireiro, o rentável extrativismo vegetal e a heveacultura, além do relativamente baixo custo das terras, no momento, e a crescente demanda do mercado⁵.

Em uma época em que se colocava como prioridade a produção para exportação, outro argumento que certamente muito pesou foi o referente aos planos da abertura de rodovias ligan

do o Acre ao Oceano Pacífico. Estas rodovias facilitariam a exportação da produção acreana para os países vizinhos (Peru e Bolívia) e mesmo para os Estados Unidos e Japão, através dos portos do Pacífico, que distam apenas 800 km do Acre.

Além de palestras, reportagens em jornais e revistas, até mesmo documentários pela televisão foram feitos para propagar a venda das terras acreanas.

Com tantos estímulos aos empresários, não é de se espantar que a transferência de terras para os *paulistas* tenha sido tão intensa. Não só pequenos e médios fazendeiros adquiriram terras no Acre, mas, principalmente, os especuladores de terra e grandes grupos econômicos.

No depoimento do ex-Governador Geraldo Mesquita, na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, ele afirmou que entre 1970 e 1974 foram vendidos seringais que somavam 4.290.930 ha (30% da área do Estado) a 284 proprietários de fora do Estado, sendo que 32% dessa área foi adquirida por apenas 4 proprietários.

Por parte de alguns proprietários havia o interesse em produzir na terra adquirida. Mas o que predominou foi a simples especulação, que talvez tenha sido o principal motivo de atração do interesse dos *paulistas*.

Os exemplos de compra de terra para especulação se multiplicam:

Um dos principais compradores de terra que apareceu em Rio Branco, Andreilino Freitas, veio do interior de São Paulo com apenas 100 mil cruzeiros, em 1972, mas conseguiu comprar grandes extensões de terra no município de Sena Madureira. Andreilino dava o "sinal", assinava a promessa de compra e venda e imediatamente ia para São Paulo arranjar compradores para terras que ainda não eram suas,

*nem sabia se estavam tituladas legalmente ou se possuíam a área declarada.*⁷

Este tipo de especulação era possível graças ao baixo preço das terras acreanas naquela época. Já vimos, no Capítulo 1.4, que na atividade extrativista da borracha não era a terra que era valorizada, mas sim a seringueira, enquanto produtiva. Acontece que, no início de 1967, com as mudanças na orientação da ocupação econômica da Amazônia, caiu o monopólio da borracha exercido pelo BASA. O BASA (que inicialmente era o Banco de Crédito da Borracha) deixou de financiar os seringalistas e de exercer, com exclusividade, as operações de compra e venda da borracha. Estes, por sua vez, se viram sem condições de continuar *aviando* os seringueiros. Com isso, afrouxaram-se os laços de dependência destes com os seringalistas. Portanto, os seringalistas não conseguiam mais juntar a quantidade de borracha necessária para pagar seu débito no Banco.

Conforme afirmações do Deputado Nabor Júnior, em uma reunião da CPI do Sistema Fundiário,

*a partir do momento em que o Banco da Amazônia passou a se retrair ou conceder financiamento aos seringalistas em épocas inadequadas, impedindo que eles abastecessem normalmente os seus seringais e os levando à insolvência, conforme aconteceu com mais de 100 seringalistas, (...) eu me apressei a me desfazer do meu seringal... (...) O Banco da Amazônia é o responsável direto pela transferência do domínio das terras do Acre, onde se exercitavam atividades de extração da borracha para estes investidores do Sul, que hoje pensam exclusivamente na implantação de projetos agropecuários*⁸.

Sem produzir e sem condições de saldar as dívidas com o BASA, foram obrigados a vender suas terras a baixíssimos preços.

Houve casos em que o BASA interveio nas transações. Foi o caso, por exemplo, ventilado durante a CPI do Sistema Fundiário, da venda das terras do Senador Altevir Leal a grupos do Paraná e São Paulo. O proprietário estava endividado com o Banco e este fez uma intervenção na firma do seringalista. Segundo afirmou o Deputado Nabor Júnior,

Então mediante esta intervenção do Banco da Amazônia, o Senador Altevir Leal vendeu parte das terras para o grupo do Paraná, o Grupo Paranacre, e parte das terras para o grupo de São Paulo... De modo que, com a venda dessas terras, o Banco se resarcia do débito do Senador Altevir Leal que, parece, montava a 12 milhões de cruzeiros. E esses grupos assumiram a responsabilidade do débito do Senador.

Não se pode culpar exclusivamente o BASA pela insolvência dos seringalistas. Estes, acostumados à intensa exploração que faziam sobre o seringueiro, às facilidades de financiamentos do então Banco de Crédito da Amazônia e à garantia da compra da produção pelo Banco, nunca se preocuparam em melhorar as condições de produção da borracha. Preferiam aplicar seus lucros em imóveis no Rio de Janeiro ou gastar improdutivamente o dinheiro fruto da exploração do sobretabalho do seringueiro. Quando o Banco mudou suas orientações, em função da política para a Amazônia, adotada a partir de 1966, grande parte dos seringalistas não se adaptou à nova sistemática desta política e muitos seringais começaram a ser desativados.

Desta situação se aproveitaram os especuladores e os investidores sulistas.

No início da "corrida da terra", no Estado, o hectare foi vendido literalmente a preço de banana: Cr\$ 2,00. (...) De 1970 ao ano passado (1977), a valorização das terras acreanas atingiu cerca de 2,000%.

Além da especulação imobiliária, a terra foi muitas vezes utilizada para a especulação financeira. Só com o exemplo da transferência de um seringal em Xapuri, para paulistas, podemos mostrar os dois casos. Francisco Vieira de Lima, residente em Belém, proprietário do Seringal Iracema, vendeu sua propriedade para Francisco Jacinto da Silveira, de Presidente Prudente-SP, em 1972, por Cr\$ 950.000,00 (com base no valor da IRTN de junho daquele ano, o preço atualizado em junho/86 seria Cz\$1.537.338,30). Não havia uma área definida do seringal. Constava, em seu registro, que possuía 200 estradas de seringa. Trinta por cento deste seringal foi transferido a outros fazendeiros, entre os quais Glauco Brunini Marcondes, também de Presidente Prudente, que ficou com 7.260 ha., em janeiro de 1974, no valor de Cr\$ 223.610,00 (Cz\$ 295.114.15 em junho de 86). Dos 70% restantes, 13.492 ha., foram vendidos a Luis Carlos M. Arruda, em 1976, por Cr\$ 7.600.000,00 (Cz\$ 5.384.830,40 em junho/86). Portanto apenas uma parte do seringal foi vendida por 3,5 vezes o preço de compra do seringal inteiro. Glauco Brunini com a parte da propriedade que recebeu em 1974, fez, em junho do ano seguinte, um financiamento para pecuária, no BASA, no valor de Cr\$ 2.200.000,00 (Cz\$ 1.998.463,20 em junho/86). Portanto, quase 7 vezes maior que o preço da terra que ele adquiriu. Este financiamento foi com juros subsidiados, de 7% ao ano e com vencimento para 1982. Antes deste vencimento dois outros financiamentos foram feitos, no mesmo Banco, para pecuária na mesma propriedade. Mesmo com tantas facilidades, o BASA teve que mover contra ele uma Ação de Execução, por inadimplência (não pagamento¹¹).

Outras formas de especulação também foram utilizadas.

O Condomínio Tarauacã, do Grupo Agapito Lemos, que possui mais de 300 mil hectares de terra no município de Tarauacã, descobriu um novo "mapa da mina" quando a Sudam passou a reconhecer a fracasso de sua política de incentivos para implantação

de fazendas agropecuárias na região do Juruá. Animado com os vultosos financiamentos do primeiro e do segundo Probor (Programa de Incentivos à Produção de Borracha Natural - EGD), o grupo passou também a explorar o extrativismo da borracha em 65 seringais, entre os que Agapito Lemos adquiriu ou simplesmente arrendou. A partir de 1978, o grupo passou a ser duplamente favorecido pelos financiamentos da Sudhêvea, tanto para custeio anual da safra da borracha, como para reabertura de novas colocações e estradas de seringais. Na safra do ano passado, de acordo com os financiamentos retirados na agência do Banco da Amazônia (BASA) de Tarauacá, a produção deveria ter sido de 300 toneladas, mas não conseguiram reunir nem 150 mil quilos de borracha. (...)

Em Tarauacá, o povo pergunta: "E o que o Condomínio Tarauacá faz com o dinheiro dos financiamentos do Probor?"

Logo descobriu-se que da mesma forma como "os paulistas" fizeram com a maioria dos financiamentos agropecuários da Sudam, o dinheiro da Sudhêvea foi vergonhosamente desviado para atividades mais lucrativas na matriz de São Paulo. Provavelmente foram aplicados no Open Market¹².

Neste período de transferência dos seringais para os paulistas, que tinham outras intenções e não estavam interessados na continuidade do extrativismo, várias alterações foram provocadas no Estado.

Como consequência da venda de terras aos pecuaristas e especuladores, a produção da borracha sofreu uma redução. A produção brasileira de borracha, que em 1965 estava em 29.290 toneladas, em 1970 caiu para 24.876 mil quilos. Em 1975 reduziu ainda mais, ficando em apenas 19.348 toneladas, enquanto o con-

sumo no Brasil atingia 58704 toneladas¹³. O Acre, na década de 70 contribuiu com aproximadamente 33% da produção nacional. Esta redução se deveu, em grande parte, ao desmatamento de seringueais para a introdução da pecuária, ou devido à simples expulsão dos seringueiros, pelos especuladores para *limpar a área* e revender as terras com mais facilidade e maiores lucros.

Nos anos 70 o desmatamento no Acre foi intenso. De 1973 a 1979 o IBDF concedeu 2.063 autorizações para desmatamentos num total de 108.201 hectares. (Ver Quadro 06). No entanto, é sabido que os desmatamentos não se limitam às áreas autorizadas pelo IBDF, que dispõe de um número muito reduzido de fiscais no Estado. Em 1977, em palestra na Universidade Federal do Acre, o então Diretor do INPA (Instituto de Pesquisa da Amazônia) Warwick E. Kerr, revelou que em 1974 o desmatamento não chegava a 1% da área florestal do Estado. Um ano depois este desmatamento chegava a 1,8% e em 1976 a 3,5% da floresta acreana.

Se esse ritmo, essa tendência se mantiver inalterada, afirmava desanimado o cientista, em menos de 30 anos todas as reservas florestais no Acre estarão completamente destruídas¹⁴.

QUADRO 06

LEVANTAMENTO DE DESMATES AUTORIZADOS PELO IBDF/AC

ANO	Nº DE AUTORIZ.	TOTAL EM HECTARES
1973	86	6.071,17
1974	336	12.879,29
1975	280	7.025,00
1976	368	27.903,40
1977	238	20.931,95
1978	339	9.378,75
1979	396	24.012,00
TOTAL	20.63	108.201,56

FONTE: IBGE - Delegacia do Acre-Sector de Proteção à Flora

A intensa procura pelas terras acreanas provovou, também a reconcentração fundiária do Estado.

A estrutura fundiária do Acre, que já era super concentrada, em função das características da atividade extrativista da borracha, agravou-se ainda mais na década de 70.

Observamos, no Cap.1, que após a 2a. Guerra Mundial, com a nova crise na produção da borracha o governo local adquiriu alguns seringais abandonados e os loteou em pequenas propriedades destinadas aos seringueiros que migraram dos seringais. Estes passaram a desenvolver a pequena produção nos arredores das cidades. Com o surgimento destas pequenas propriedades a estrutura fundiária se tornou menos densa. Mesmo assim, por ocasião da mais recente crise do extrativismo e do início da venda de terras aos paulistas, a concentração era e mais elevada do Brasi. Graziano calcula o índice de Gini para o Brasil de 0,820 em 1967 e 0,832 em 1972. Para o Acre estes índices são de 0,935 em 1967 e 0,953 em 1972¹⁵.

Segundo Adalberto Ferreira, no Estado do Acre,

*O Índice da concentração de Gini cresceu de 0,93 em 1972, para 0,96 em 1978, indicando uma concentração fundiária tendendo para "absoluta"*¹⁶.

No índice calculado por Adalberto há uma pequena diferença com relação ao de Graziano, para o ano de 1972. Mas, de qualquer forma, ambos indicam uma elevada concentração. Adalberto acrescenta ainda que

*Se observada do ponto de vista do uso, da ocupação efetiva da terra, a concentração fez-se ainda mais aguda, pois a venda dos seringais resultou na expulsão de centenas de famílias de seringueiros*¹⁷.

Analisando o Quadro 07 podemos observar que houve,

de 1972 para 1978, um aumento do percentual de imóveis pequenos (1 a 100 ha.) com a redução das respectivas áreas. Em compensação, no outro extremo, o percentual do número de imóveis excepcionalmente grandes (mais de 10.000 ha) reduziu neste período, enquanto que o percentual de sua área elevou-se.

QUADRO 07

PERCENTUAL DO NÚMERO E DA ÁREA TOTAL DOS IMÓVEIS RURAIS POR CLASSE DE ÁREA NO ESTADO DO ACRE - 1972 - 1978

CLASSE DE ÁREA	1972		1978	
	Número	Área	Número	Área
Imóveis Pequenos (1 a 100 ha)	76,6	1,6	77,6	1,4
Imóveis Médios (100 a 1.000 ha)	15,1	3,2	14,0	2,0
Imóveis Grandes (1.000 a 10.000 ha)	5,7	12,2	5,9	12,3
Imóveis Excepcionalmente Grandes (mais de 10.000 ha)	2,6	83,0	2,5	84,3
T O T A L	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: INCRA - Recadastramento, 1972, 1978.

Para se ter uma idéia melhor do tamanho das grandes propriedades no Acre, apresentamos, no Quadro 08, uma relação dos 15 maiores proprietários, todos com mais de 100 mil hectares, de acordo com o lançamento do Imposto Territorial Rural em 1982.

QUADRO 08

PROPRIETARIOS COM MAIS DE 100 MIL HECTARES

MUNICÍPIO	PROPRIETÁRIO	ÁREA (ha)
Tarauacá	Altevir Leal (8 propr.)	192.000
Feijó	Francisco Teófilo Lessa	120.000
	Jorge Wdneý Atalla	427.390
	Neuza Prado deAzevedo (a propr.)	126.821
Cruz. do SUL	Abducarim A. ŕbo (11 propr.)	267.375
	Maurício Peres Nobre (2 propr.)	263.786
Manoel Urb.	Agostinho J. de Queiroz	225.000
	Joel GonçalvesTaveira	150.000
	Manoel Meirelles de Queiroz	975.000
Rio Branco	Geral Peres Guerreiro (2 propr.)	170.000
	José Tavares do Couto	161.616
Sena Madur.	Assis e Cia.	102.475
	Paulo Dias da Cunha	506.650
	Tufic Bader	197.000
	Wellington Quiles de Oliveira(2 pr.)	217.780
T O T A L		4.102.893

FONTE:INCRA -ITR, 1982

Estes 15 proprietários ocupam 26,9% da área total do Estado, que é de 15.258,900 hectares.

Em relatório da Coordenadoria Regional do INCRA (CR-14) no Acre, em 1980, foi constatado que 80% da área do Acre é ocupada por latifúndios, correspondendo a 12,2 milhões de hectares de terras inexploradas na sua quase totalidade¹⁸.

Apesar de que uma das metas do Estatuto da Terra era suprimir o latifúndio, o Acre que se situa inteiramente em

área de segurança nacional, teve na própria legislação o amparo para a regularização destes latifúndios. A Exposição de Motivo 77/78 beneficiou os grandes grupos econômicos no Acre, permitindo a legalização de áreas de terra com mais de 60 mil hectares. Segundo explicações do Coordenador Fundiário do INCRA em Rio Branco, em entrevista para o Varadouro, com a E.M. 77/78 tornou possível a um grupo econômico regularizar áreas maiores do que permite o Estatuto da Terra. É que cada seringal adquirido pelo grupo pode ter até 600 módulos regularizados. E muitos grupos adquiriram até mais de 10 seringais.¹⁹

A maior parte das grandes propriedades do Acre pertencem a grupos do Centro-Sul. Além das propriedades que foram adquiridas legalmente, houve muitos casos de aquisição através de falsificação de títulos, registros irregulares e *esticamento* das áreas, que consiste na aquisição de um seringal sem a delimitação exata e a posterior anexação das áreas vizinhas.

Já em 1975, o então Presidente do INCRA, Lourenço Vieira da Silva, em exposição proferida na Comissão da Amazônia na Câmara dos Deputados, sobre as atividades do INCRA, afirmou que *um dos maiores problemas que tem enfrentado é a grilagem organizada, principalmente no Acre.*²⁰

Alguns anos depois, o jornal *O Estado de São Paulo*, em uma reportagem intitulada *Um roteiro das grandes grilagens* apontava alguns casos de grilagem envolvendo grandes grupos. A Cia de Desenvolvimento Novo-Oeste, sob a direção do General Bandeira de Melo (ex-Presidente da FUNAI), adquiriu, dos herdeiros de um seringalista acreano, oito glebas que formavam o Seringal Califórnia, de 624.200 ha. Obteve, em seguida, financiamentos do BASA e da SUDAM. Mas no inventário do seringalista constavam apenas 8.117 ha. Após descobertas as irregularidades, os financiamentos foram suspensos. Também o Seringal Rio Novo, de 17.697 ha. que foi transformado em Cia. Agro-Industrial Rio Novo (Banco Real), com 64.069 ha.²¹

Com exemplo de caso de falsificação podemos citar o

Seringal Porto Seguro, de 180 mil hectares, em Manoel Urbano, que, conforme nota à imprensa distribuída pela Superintendência do Departamento de Polícia Federal em Rio Branco, ficou provada a falsidade do título de propriedade expedido pela Bolívia. O título foi submetido à exame pericial pelo Instituto Nacional de Criminalística que constatou alterações em algumas de suas datas, selo transplantado de outro documento, rasuras, mescla de idioma português com espanhol, etc²².

Em 1981, a Polícia Federal de Rio Branco já tinha instaurado 12 inquéritos sobre grilagens. A maioria deles sobre falsificação de títulos, como os dos seringais Catuaba, Bagaço e Monte Alegre, cujo suspeito era Cesar Claure Vasquez, com títulos emitidos pela Bolívia. Outro inquérito por falsificação foi o do Seringal Vale Del Rio Chandless, de 975 mil hectares, também emitido pela Bolívia. Neste inquérito, os suspeitos eram Nelson Taveira e os herdeiros de Manoel Meirelles Queiroz. O Seringal Fronteira do Cassianã, situado em Sena Madureira, com área de 197.000, de Tufic Bader, também tinha titulação falsa emitida pelo cartório de Cobija-Bolívia. O mesmo cartório forneceu outra certidão desmentindo a certidão emitida a Tufic Bader. Grande parte dos inquéritos era por irregularidades nos títulos, como os famosos *esticamentos*. O Seringal Sobral, no município de Manoel Urbano, cuja área primitiva era de 16.000 ha., foi expandido para 175 mil hectares. Além disso, a Escritura de Compra e Venda foi firmada por um indivíduo que havia falecido um ano antes da celebração de tal documento. Também o Seringal Caíco foi *esticado*. Em área de 165.744 ha. cuja sentença de Usucapião foi anulada pelo Tribunal Federal de Recurso, foram loteados 153.314 ha. e ainda sobraram 80.000 ha. que foram registrados em nome do pretense proprietário, como remanescente do mesmo seringal. As propriedades do Senador Altevir Leal também foram envolvidas nestes inquéritos por irregularidades nos títulos²³.

Vimos, portanto, que grande parte das maiores propriedades do Acre foram vendidas de maneira irregular e caíram

nas mãos de grandes grupos econômicos, causando prejuízos de diversas ordens no Estado.

Outra consequência da venda das terras acreanas aos paulistas foi a expulsão de um grande número de famílias de seringueiros que dependiam da floresta para sua subsistência. Com a progressiva desarticulação de seringais, devido à falta de apoio ao extrativismo, grande parte da população dos seringais começou a procurar os centros urbanos, principalmente Rio Branco. O seringueiro, perdendo o *aviamento* do patrão seringalista que por sua vez havia perdido o financiamento do BASA, muitas vezes ficava sem condições de continuar produzindo borracha. Por isso, muitos seringueiros, condicionados pelo sistema de *aviamento*, quando não achavam outro patrão para *lhe aviar*, iam para a cidade em busca de um emprego para sobreviver. Alguns permaneceram na terra, em situação de subsistência. Outros continuaram produzindo, mas agora sob a exploração dos *marreteiros*, que são os comerciantes ambulantes que compram a borracha do seringueiro e *lhe* vendem outras mercadorias.

Esta população que permaneceu nos seringais, agora na condição de posseiros, passou a ser indesejável aos proprietários que pretendiam vender suas terras ou aos novos donos da terra, que não tinham interesse pelo extrativismo. Conforme afirma Oliveira,

No processo de transferência da propriedade a presença da população constitui em obstáculo a partir do instante em que começou a se processar a regularização jurídica das propriedades, e mesmo antes disso quando se evidenciou que a população residente tinha direitos que os próprios órgãos públicos começaram a reconhecer²⁴.

Iniciou então a expulsão de seringueiros, que haviam se tornado posseiros, com direito à terra. Vários mecanismos foram utilizados. Muitas vezes através de indenizações *ir*

risórias de suas benfeitorias, outras vezes sem qualquer indenização, usando de intimidações e mesmo de violência ou tentativas de expulsão pela violência.

Dom Moacyr Grechi, Bispo da Prelazia do Acre e Purus, em seu depoimento à CPI do Sistema Fundiária, citou os principais métodos de expulsão:

- a) - Não fornecimento de mercadorias para os seringueiros, obstrução de varadouros, proibição de desmatar e fazer roçados;
- b) - Destruição de plantações, invasão de posses, derrubadas até perto das casas dos posseiros, deixando-os sem ou quase sem terra para trabalhar;
- c) - Compra de posses e benfeitorias por preços irrisórios ou, quando muito, em troca de uma área muito inferior ao módulo, que não permitirão ao posseiro e família trabalhar e progredir;
- d) - Atuação de pistoleiros que amedrontam os posseiros numa guerra psicológica através de ameaças ou mesmo com espancamentos e outras violências;
- e) - Ameaças feitas por policiais a serviço de proprietários; prisões de posseiros por questões de terra sem ordem judicial ou por ordem judicial sem que tenha sido movida a ação competente²⁵.

Acreditamos que este depoimento seja bem fundamentado, pois seu autor, além de ser Presidente da CPT - Comissão Pastoral da Terra, por vários anos, é um profundo conhecedor dos problemas ocorridos no Acre. Isto porque no Acre a Igreja foi, durante muito tempo, o único canal de expressão do oprimido e a única entidade em que os expropriados ou ameaçados recorriam para pedir apoio e fazer suas denúncias.

Podemos citar alguns exemplos destes tipos de violência cometidos contra os seringueiros.

Na Fazenda Paranã 2, na divisa do Acre com o Amazo -

nas, de propriedade do paranaense Rômulo Bonalume, desde 1973 que vêm sendo cometidas arbitrariedades contra os seringueiros que eram ocupantes da terra. Segundo denúncias de D. Moacyr Grechi,

Comentaram-se aã as maiores barbaridades: foram contratados pistoleiros que intimidaram 70 famílias de posseiros, submetendo-as a uma série de humilhações. Os jagunços, com revólveres na cintura, impediam os posseiros de fazerem os roçados, de reformarem suas casas e até mesmo de fazerem reuniões de caráter religioso. Depois de tantas ameaças e humilhações, nem todos conseguiam suportar a situação; abandonavam suas posses e, para viver, tinham que se submeter em desmatamentos para aqueles mesmos que os expulsaram da terra²⁶.

Aos poucos, a utilização de jagunços foi se tornando comum no Acre. Segundo o jornal *Varadouro*, de Rio Branco, os primeiros jagunços foram trazidos em 1973, pelo fazendeiro Benedito Tavares de Couto, com a finalidade de confinar 200 trabalhadores em uma área a ser desmatada no Seringal Riozinho.

Uma outra safra de jagunços foi empregada no Seringal Carmem, em Brasiléia, para expulsar posseiros ou forçá-los a aceitar indenizações irrisórias pelas terras. Eficiente, o método espalhou-se por todos os municípios.

Nomes como Sidney, Gaúcho, Pedro Celestino, Edson, Carlos Sérgio, Andirá e Mato Grosso ou Paraguai, entre outros, espalharam o terror no meio rural acreano²⁷.

Até mesmo grupos indígenas, seculares ocupantes de suas terras, se viram ameaçados pelos grupos econômicos que adquiriram terras no Acre. No imenso latifúndio de 463 mil hectares de terra no Rio Gregório, em Tarauacá, onde a Paranaacre alega ser proprietária, existem cerca de 300 índios Iauanauá e Ka

tukina. Em entrevista ao jornal *Varadouro*, o chefe Iauanauã, indignado assim se expressou:

*Nós Índios daqui do Rio Gregório consideramos esse Seringal Caxinauã e Sete Estrela, como nossa terra. Mas a firma Paranacre diz que a terra é deles, que eles compraram do Altevir Leal. Entonce quer dizer que o Altevir Leal vendeu a terra com nós tudim dentro?*²⁸

Também no Seringal Fronteira, de propriedade de Tufio Bader, no Rio Purus, município de Manoel Urbano, os 115 índios Kaxinauã, que lá cultivam seus roçados de subsistência e exploram seringa, foram ameaçados de perderem suas terras²⁹.

Inúmeras foram as denúncias de expulsão ou tentativa de expulsão que chegaram até o conhecimento do público, através da imprensa.

A situação preocupou não só a Prelazia do Acre, que já em 1974 havia redigido um documento condenando a multiplicação de casos de colonos e seringueiros que eram expulsos de suas terras da maneira mais arbitraria e mesmo violenta e sem o menor respeito à dignidade da pessoa e mesmo às leis vigentes³⁰. Preocupou também o governador Geraldo Mesquita, que sucedeu Wanderley Dantas em 1975. O novo governador, ao receber pecuaristas associados à Federação da Agricultura do Acre, foi taxativo ao afirmar que não iria defender quem quer prejudicar o Estado vivendo de compra de terras. Afirmou ainda:

*Recuso-me à ver continuar o êxodo de seringueiros, que despojados de suas terras, procuram a capital gerando sérios problemas*³¹.

O processo violento de expropriação do seringueiro, ocorrido com a intensificação do capitalismo na região, a partir dos anos 70, em muitos aspectos se assemelhou à expropriação de camponeses ocorrida na Inglaterra durante a fase que Marx

denominou de *acumulação primitiva*. Principalmente no que se refere à apropriação de terras públicas pelos latifundiários, realçados pela lei e também à limpeza das propriedades. Quanto a este aspecto disse Marx:

*O último grande processo de expropriação dos camponeses é finalmente a chamada limpeza das propriedades, a qual consiste em varrer destas os seres humanos. Todos os métodos ingleses até agora observados culminaram nessa "limpeza"*³².

Apesar de que autores como Octávio Ianni, analisando as transformações ocorridas na Amazônia, nas últimas décadas, afirmem que o que está em curso, nas áreas em que as posses estão substituídas por fazendas, é o processo de *acumulação primitiva*,³³ acreditamos que neste período ocorreu no Acre foi a intensificação das relações de produção capitalista e principalmente da compreensão da propriedade da terra como propriedade capitalista. Isto porque, como já vimos no primeiro capítulo, a própria ocupação foi comandada pelo capital, através do capital mercantil em sua forma de capital comercial. Apesar de não se ter utilizado do assalariamento em grandes proporções, que é a forma típica do capitalismo, e de que a terra em si não fosse valorizada como mercadoria. Mas a terra era monopólio dos seringalistas e a produção era subordinada pelo capital. Portanto a acumulação era decorrente do modo capitalista de produção.

Segundo Marx,

*A chamada acumulação primitiva é apenas o processo que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista.*³⁴

Esclarece ainda Marx, que a acumulação primitiva é anterior à acumulação capitalista, uma acumulação que não decorre do modo capitalista de produção, mas é o seu ponto de partida.³⁵

Ora, quem realiza a expropriação no Acre são os grupos econômicos que já realizam há muito tempo a exploração capitalista e que agora adquirem as terras acreanas como reserva de valor ou mesmo para a exploração. Conforme José de Souza Martins,

*O mesmo grupo econômico nacional ou multinacional, que utiliza técnicas sofisticadas e contratuais na exploração do trabalho operário em São Paulo ou nas grandes capitais européias, utiliza a violência do jagunço, sobrepõe o poder público, para expropriar o posseiro na Amazônia...*³⁶

Portanto, a penetração dos paulistas no Acre, apenas intensifica as relações capitalistas na região. Assemelha-se ao processo de acumulação primitiva apenas quanto a alguns métodos de expropriação dos seringueiros, como a violência com que foram expulsos das terras que ocupavam, a demolição de suas casas, a grilagem das terras públicas, a transformação de seringueis e lavouras de subsistência em pastagens, a limpeza das propriedades e a legalização de tais atos.

Apesar de o governo estadual e outros órgãos públicos terem tomado algumas medidas para aliviar as tensões sociais, a tendência da expropriação e proletarização do seringueiro só começou a se reverter quando o seringueiro começou a se organizar e a lutar pela posse da terra.

3.2- A Reação dos Seringueiros

Diante deste processo violento de concentração fundiária e de expulsão dos ocupantes da terra, o comportamento dos seringueiros foi dos mais variados.

Inicialmente, por não estarem organizados, por não conhecerem seus direitos e não terem forças suficientes para resistir, a atitude dos seringueiros foi de resignação. Muitos aceitaram as indenizações injustas de suas posses e benfeitorias,

outros simplesmente se submeteram às intimidações e deixaram a terra sem nenhuma indenização.

Os seringueiros que tiveram que deixar suas colocações nos seringais em que trabalhavam, tomaram vários destinos. Alguns recorreram a outros patrões seringalistas e continuaram com a atividade extrativista da borracha, no sistema tradicional, como seringueiro *cativo* ou *sujeito* ao seringalista. Outros se apossaram de colocações em outros seringais e permaneceram como seringueiros *autônomos* e posseiros, juntamente com os que desde a última crise da borracha permaneceram nos seringais abandonados, sem depender do aviamento dos barracões.

Grande parte da população expulsa pela pecuária ou pela especulação se dirigiu para as cidades. Por um paradoxo, o Acre, apesar de ser uma das frentes de expansão da fronteira econômica, em vez de atrair contingentes populacionais de regiões mais povoadas, pelo contrário, através da pecuária e da especulação, tornou-se uma área de repulsão da população rural. Em 1960 sua população rural constituía 78,89% da população total. Em 1970 reduziu para 72,45% e em 1980 chegou a 56,18%. (Ver Quadro 09).

QUADRO 09

POPULAÇÃO URBANA E RURAL DO ACRE

ANO	TOTAL	URBANA		RURAL	
		ABSOLUTA	%	ABSOLUTA	%
1960	158.852	33.534	21.11	125.318	78.89
1970	215.299	59.307	27.55	155.992	72.45
1980	301.605	132.174	43.82	169.431	56.18

Fonte: IBGE - Censos Demográficos - 1960, 1970, 1980.

A parte do Estado que mais gerou o êxodo rural foi

a microrregião do Alto Purus, que corresponde à porção oriental do Acre. Esta área, servida pelas rodovias BR-364 e BR-317, foi a preferida pela pecuária. Portanto, foi mais afetada pelas expulsões.

Nas entrevistas com moradores da periferia de Rio Branco é comum ouvir respostas como estas:

Vim do Seringal Itacema porque os "paulistas" chegaram e expulsaram nós. Eles chegaram e tomaram tudo. O que vamos ficar fazendo lá? (José Braga de Araújo, estivador);

Eu morava no Seringal Itacema, perto de Xapuri. Vim porque venderam o seringal pros "paulistas" e não consentiram a gente continuar na terra. (Laureano Pereira da Silva, diarista³⁷)

A vida melhor que passei foi no (Seringal) União, não faltava alimento. Não fiquei lá porque o gerente mudou de lá e os paulistas, que compraram todas as terras, fizeram sair todos os seringueiros. (...) Uns vieram para cá e outros foram embora pra outros seringais.

...Eu saí principalmente por causa dos paulistas, que me deram só cinco milhões no meu quintal. Eles botaram a gente pra fora, uns eles pagam, outros não pagam nada, botam a gente pra fora mesmo e vão to mando a terra aos pouquinhos, então de que a pessoa vai viver?³⁸

No período de 1970/80 Rio Branco passou por uma verdadeira inchação. Cresceu 39,48% e passou a contar com 66,17% da população urbana do Estado³⁹. Com isso, agravaram-se os problemas sociais desta cidade, principalmente devido à sua precária infra-estrutura. As famílias expulsas dos seringais passaram a viver em condições infra-humanas nos barrancos do rio, em bairros alagadiços, que sofrem inundações frequentes. Portanto, ficaram sujeitas a mudanças constantes. Esta situação levou muitas famílias a ocuparem terrenos vagos em lugares mais altos.

Mas, novamente, depois de expulsas dos seringais, passaram a ser ameaçadas de expulsão dos terrenos que passaram a ocupar na periferia da cidade.

Outro problema que os migrantes enfrentaram na cidade foi o desemprego. Geralmente analfabetos e desqualificados, senão para serviços braçais, dificilmente encontram emprego na cidade. Quando encontram é temporário e mal remunerado. Por isso, neste período aumentou a delinqüência e a prostituição, principalmente de menores⁴⁰.

Um grande número de seringueiros expulsos dos seringais acreanos, não obtendo outras colocações no Acre e nem querendo aumentar o excedente de força de trabalho nas cidades, preferiu emigrar para a Bolívia, em busca de um pedaço de terra onde pudessem continuar a atividade que exerceram durante sua vida toda. Este foi o caso, por exemplo, de Raimundo Pereira da Silva, de 42 anos, entrevistado pelo Varadouro:

Fui pra Bolívia porque os "paulistas" compraram o seringal onde eu trabalhava no Brasil. Aí fui obrigado a emigrar para a Bolívia porque eu só sei trabalhar na seringa e os "paulistas" não querem seringueiros em suas propriedades⁴¹.

Como Raimundo, muitos acreanos tiveram que atravessar a fronteira quando os seringais começaram a ser vendidos aos empresários do Sul. Em 1979 a CONTAG-Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura calculava que 5.000 famílias de seringueiros já haviam mudado para a Bolívia por não terem conseguido permanecer no Brasil⁴². D. Moacyr Grechi, em seu depoimento à CPI do Sistema Fundiário, estimou entre 40 e 45 mil pessoas o número de acreanos que atravessaram as fronteiras do Peru e Bolívia em busca de trabalho na extração da borracha⁴³. Na Bolívia, os seringueiros tiveram que abrir mão da cidadania de seus filhos e registrá-los como bolivianos, para ter acesso à terra. Isto para o acreano, cujos antepassados tive

rem que lutar pela conquista do Acre, é uma grande humilhação . Principalmente quando se tem consciência da grande quantidade de terras inexploradas no Brasil. Além disso, com o grande afluxo de seringueiros acreanos aos seringais da Bolívia, as autoridades bolivianas passaram a fazer uma série de exigências aos brasileiros, sobrecarregando-os com taxas extorsivas sobre o que produzem e fazendo ameaças de expulsão.

Apenas uma minoria dos seringueiros expropriados de suas terras foi absorvida no trabalho das fazendas. Assim mesmo, grande parte apenas em trabalhos temporários de desmatamentos, sem nenhuma garantia trabalhista. Também, devido ao preconceito dos paulistas, que consideram o acreano preguiçoso, e mesmo devido à recusa do próprio seringueiro em sujeitar-se ao trabalho de peão, grande parte dos fazendeiros preferiu trazer peões de outros Estados. O trabalho de recrutamento de peões , tanto no Estado quanto fora, normalmente é feito pelos gatos , que são os empreiteiros dos serviços e os responsáveis diretos pela contratação dos peões. Como os gatos normalmente não fazem com os peões nenhum contrato escrito, freqüentemente surgem problemas em prejuízo destes, que, dificilmente, têm condições de recorrer à justiça.

Este tipo de desenvolvimento capitalista em curso na região, promovido pela introdução da pecuária, em substituição à produção extrativa da borracha, provocou, portanto a expropriação do seringueiro, sem criar condições de absorção da força de trabalho liberada. Como já vimos, a maioria desta força de trabalho foi para a cidade, engrossando o número dos desempregados e subempregados.

Marx, analisando a *Lei Geral da Acumulação Capitalista*, constatou que a *superpopulação relativa* criada pelo capitalismo assume uma forma latente, quando a produção capitalista se apodera da agricultura. À medida que se acumula o capital que funciona na agricultura, diminui a procura de força de trabalho rural.

Dã-se uma repulsão de trabalhadores que não é contrabalhada por maior atração, como ocorre na indústria não-agrícola. Por isso, parte da população rural encontra-se sempre na iminência de transferir-se para as fileiras do proletariado urbano ou da manufatura e na espreita de circunstâncias favoráveis a essa transferência (manufaturas aqui significa todas as indústrias não agrícolas - no original). Está fluindo sempre esse manancial da superpopulação relativa.

Mas, seu fluxo constante para as cidades pressupõe no próprio campo uma população superflua latente, cuja dimensão só se torna visível quando, em situações excepcionais, se abrem todas as comportas dos canais de drenagem⁴⁴.

No caso do Acre esta superpopulação relativa latente existiu desde a primeira crise do extrativismo, depois de 1912. Com exceção do período da chamada Batalha da Borracha, durante a 2a. Guerra Mundial, sempre houve uma população superflua (em termos de relações capitalistas) que passou a se ocupar também de atividades de subsistência ou a migrar para as cidades ou outras regiões. No caso que estamos analisando não foi o deseenvolvimento de um progresso técnico no campo, na região, nem as circunstâncias favoráveis de transferência para a indústria que provocaram o fluxo. Foi a intensificação de investimento de capital na região, através da pecuária ou da especulação fundiaria, que mudou o uso do solo e provocou a expulsão desta população.

Mas, como dissemos anteriormente, esta situação sofreu um refluxo quando os seringueiros passaram a enfrentar o capital e a lutar pela posse da terra.

No início da corrida pelas terras acreanas ocorreram algumas resistências individuais e isoladas. Um ou outro seringueiro se recusava a sair da terra. Mas uns acabavam se sub

metendo às pressões dos jagunços ou da própria polícia; outros acabavam recebendo lotes de terra nos arredores das fazendas; outros acabavam não resistindo quando os desmatamentos atingiam seu seringal.

Um dos primeiros confrontos mais sérios de que temos notícia foi no Seringal Catuaba, em Rio Branco. Desde 1974, os posseiros resistiram às tentativas de expulsão por parte do pseudo-proprietário, José Alexandre de Oliveira, que queria *limpar a propriedade* para vendê-la a um grupo de pecuaristas. Nesta ocasião, o posseiro Raul Veras matou a tiros de espingarda o gerente do seringal e feriu um fiscal, quando ambos tentavam expulsar os seringueiros que ocupavam a área. O INCRA já havia concluído, desde 1973, que eram irregulares as transcrições deste seringal no registro imobiliário. Como se tratava, portanto, de terras devolutas, várias outras famílias de trabalhadores sem terra, após a resistência dos posseiros, passaram a ocupar também a área do seringal. Em 1976, o Juiz Federal de Rio Branco determinou o sequestro do seringal e requisitou forças policiais para expulsar os 300 posseiros que já estavam ocupando a área. Segundo a determinação do Juiz, apenas os 70 posseiros que já tinham culturas implantadas em suas posses permaneceriam no seringal em questão ⁴⁵.

As famílias que invadiram o Seringal Catuaba, engrossando o número dos posseiros que já ocupavam o seringal há mais tempo, tinham suas razões para este ato. Um dos invasores, o seringueiro Francisco da Conceição Vieira, assim justificou por que entrou neste seringal:

Entrei no Catuaba porque não dá futuro ficar trabalhando para os outros e ouvi que ali as terras eram públicas. Vendo os filhos passar fome em Rio Branco, fui me desesperando. Criei coragem e invadi o Catuaba, atrás do meu chão. ⁴⁶

Apesar de a maioria dos posseiros terem sido retirados pela força deste seringal, a luta não foi infrutífera. Em

1980 parte do seringal, abrangendo 33.600 hectares, foi desapropriada, através do Decreto nº 85.077/80, visando a regularização das posses e o assentamento de trabalhadores rurais sem terra.

Em 1976 vários outros conflitos ocorreram, caracterizando a resistência dos seringueiros. Um deles ocorreu no Seringal Nova Empresa. Este seringal foi um dos primeiros adquiridos por paulistas no Acre. Foi dividido em várias glebas de 10 mil hectares que foram revendidas a outros proprietários, entre os quais os industrial paulista, Arquimedes Barbieri, dono da Indústria de Inseticidas e Óleos Agroeste Ltda. Este industrial deixou, em sua propriedade, como gerente, o paulista de Marília, Carlos Sérgio Zaperoli Sena, que iniciou as intimidações aos seringueiros, inclusive queimando as casas de alguns deles. Estes, por sua vez, reagiram destruindo o acampamento do topógrafo que fazia as demarcações para a divisão do seringal. Os conflitos, no entanto, não foram solucionados e as ameaças do capataz Carlos Sérgio continuaram. Os seringueiros procuraram todos os meios legais possíveis para assegurar seus direitos. Segundo declarou o posseiro Antonio Caetano de Souza,

Os proprietários queriam tirar a gente da terra, dizendo que íamos para outro lote. Mas eles não garantiam este lote, não forneciam documento nenhum. Queriam somente que a gente saísse. Varias vezes fui ameaçado por Carlos Sérgio e procurei as autoridades em Rio Branco. Pedi garantia de vida ao diretor da Polícia Judiciária, fui ao governador do INCRA. A gente quase já nem trabalhava só procurando as autoridades para resolver nosso problema.

Em julho de 1977 a situação ficou incontrolável. Antonio Caetano, de 43 anos, que vivia há 10 anos na Colocação Candeia, com seus 18 filhos, reuniu em sua casa mais 20 posseiros para enfrentar o gerente. Neste conflito mataram Carlos Sérgio e seu auxiliar Osvaldo Gondim. Imediatamente, os seringueiros responsáveis pela morte foram presos. Na cadeia assim declarou

Antonio Caetano, sobre a morte de Carlos Sérgio:

*Eu atinei seguro para ele não escapar, e se não faço
isso ele me matava⁴⁹.*

Alguns anos mais tarde, em 1979, 25 seringueiros atacaram a sede da Fazenda Carão, desmembrada deste mesmo seringal, de propriedade do advogado paulista Líbero Luchesi, que os ameaçava de expulsão.

Ainda em 1976, em fins de outubro, outros casos de resistência de posseiros ocorreram. Na fazenda Paraná 2, no Km 104 da BR-317, que liga Rio Branco à Boca do Acre-AM, onde desde 1973 os posseiros vinham sendo ameaçados, estes emboscaram um jipe da fazenda, ferindo seus ocupantes: o gerente e mais 3 empregados da fazenda⁵⁰. O outro conflito ocorreu simultaneamente, no Seringal Nova Califórnia, na BR-364, a 180 Km de Rio Branco. Neste seringal viviam seringueiros há mais de 20 anos, além de outros posseiros gaúchos que se instalaram na área com a formação do ICRA, de que se tratava de terras devolutas. O conflito surgiu quando apareceram 25 peões chefiados por Mário Farias de Andrade, para desmatar a área, dizendo ser de propriedade da empresa Jochris - Gerência de Negócios e Participação Ltda. de São Paulo. Mais de 100 posseiros, ameaçados de perderem suas posses, atacaram e prenderam os peões⁵¹.

Nos anos seguintes outros enfrentamentos de grandes proporções ocorreram. No alto do Rio Iaco, no município de Sena Madureira, uma cooperativa formada por 126 proprietários paraenseenses, denominada COAPAI-Cooperativa Agropecuária do Alto Iaco, adquiriu os seringais Guanabara, Icuriã, São Francisco e outros, com a intenção de distribuí-los a pequenos e médios agricultores do Paraná e às famílias de seringueiros que estavam dentro da área. Pouco tempo depois, em 1978, as verdadeiras intenções especulativas da COAPAI começaram a aparecer. Seus dirigentes começaram a pressionar os seringueiros para abandonarem a área. No entanto, as tentativas de expulsão foram frustradas graças à

união dos seringueiros que trabalhavam há anos na área comprada e que não pretendiam abandoná-la⁵².

Vários seringueiros se uniram para embargar as de marcações que a COAPAI pretendia fazer nas colocações de alguns de seus companheiros. Diante das intimações e ameaças de prisão feitas pelo Delegado de Polícia de Assis Brasil, os seis seringueiros que impediram as demarcações reuniram outros companheiros e foram tirar satisfações com o delegado. O seringueiro Expedito Joaquim, da colocação Recife, do Seringal São Francisco, um dos que foram intimados pelo delegado, assim explicou como enfrentaram as ameaças de prisão e de peia feitas pelo delegado:

Então, nós se juntamos aqui 63 homens e fomos ver o que ele intensionava fazer; porque ele prometeu se fosse os seis, ele ia prender; mas nós achava que sendo 63 homens, a cadeia de lá não cabia, não é? Tinha que ficar do lado de fora. Aí nós se reunimos os 63 homens, aqui na minha casa. (...) Quando chegemos lá o delegado não teve voz ativa de dizer que ia prender algum. Saímos, então, muito bem, graças a Deus, e até hoje, estamos lutando...

Diante da resistência dos seringueiros, a COAPAI teve que entrar em acordo, através do Sindicatos dos trabalhadores Rurais. Este acordo propunha a entrega de lotes escriturados aos seringueiros, variando de 50 a 100 hectares. Mas os conflitos continuaram. No ano seguinte, no Seringal Guanabera, mais de 100 seringueiros se revoltaram e aprisionaram um fazendeiro, Francisco Vieira de Lima e seu capataz, para impedir que continuassem desmatando a área e ameaçando suas posses. Também interditar⁵⁴am a pista de pouco⁵³.

Os movimentos de resistência dos seringueiros ultraparam os limites do Estado. No Km 38 da BR-317, no município de Boca do Acre-AM, o paulista Ueze Elias Zarhen, estava fazendo desmatamentos que atingiam as terras de 36 famílias de pos

seiros. Além disso, seus jagunços impediam estas famílias de plantar suas roças, com a intenção de expulsá-las. Vários meios foram tentados, através da CONTAG e do Sindicato, para resolver o problema. A solução foi encontrada pelos próprios trabalhadores, em um encontro de dirigentes sindicais: fazer um *mutirão* contra a jagunçada. Assim o *Varadouro* descreve este mutirão:

Mais de 100 [trabalhadores] haviam saído do Estado do Acre representando os sindicatos de trabalhadores rurais de Rio Branco, Sena Madureira, Xapuri, Brasiléia, Feijão, Tarauacá e Cruzeiro do Sul. Muitos caminharam mais de 400 quilômetros para chegar ao local do mutirão viajando de caminhão por estradas difíceis, e já haviam passado por outras lutas pela posse da terra. Sentiram-se em condições de dar exemplos, pois eram inclusive líderes sindicais. (...) Os jagunços correram abandonando armas e munições. Entraram na mata adentro perseguidos por cerca de 40 trabalhadores, enquanto a maioria destes cercava o acampamento procurando deter alguém⁵⁵.

Das pessoas que foram detidas no acampamento, três foram escolhidas para prestar depoimento. As outras, que eram peões contratados para fazer o desmatamento, foram autorizadas a sair da área. Em seguida, os seringueiros foram ajudar os 36 posseiros a brocar a mata para plantar suas roças. As armas foram entregues à Polícia Federal de Rio Branco.

À medida em que os seringueiros foram se organizando, os exemplos de resistência e de luta pela terra foram se multiplicando.

Um dos métodos bastante utilizados para a expulsão do seringueiro é o desmatamento dos seringais. Aos poucos, os seringueiros foram aperfeiçoando formas adequadas para a resistência a este método. A principal delas era o chamado *empate*, isto é, o impedimento, o embargo dos trabalhos de desmatamento. Para

isso, quando a colocação de alguns seringueiro está ameaçada, os trabalhadores juntam dezenas de companheiros e vão para as frentes de desmatamento para fazer o embargo dos serviços. Esta forma de luta continua sendo usada com mais freqüência no município de Xapuri, onde todos os anos os pecuaristas tentam fazer novas derrubadas em áreas de seringueiras e castanheiras. Porém, são enfrentados pelos seringueiros, que estão bem organizados, através de seu sindicato.

Na organização dos seringueiros no Acre, algumas instituições deram um impulso significativo.

A primeira instituição a se posicionar a favor do seringueiro, diante dos conflitos com os representantes do capital, foi a Igreja. Segundo Cavalcanti,

Sua atuação data ainda de antes da CONTAG, quando era bispo D. Giocondo Maria Ghotti. Um pouco tímida, neste momento restringia-se a uma ação urbana e na maioria das vezes ao nível dos gabinetes oficiais. Sabe-se que o primeiro documento a respeito do problema da terra foi a Cartilha do Seringueiro, editada por D. Giocondo, em que se orientava e esclarecia o seringueiro de seus direitos de forma que a Igreja atuava na formação das primeiras Comunidades Eclesiais de Base, onde se começava a debater a questão da terra.

Precisamos, no entanto, fazer uma distinção entre as duas prelazias existentes no Acre. A Prelazia do Alto Juruá, com sede em Cruzeiro do Sul, é mais tradicional e pouco se preocupa com as lutas dos seringueiros. Seu trabalho é mais a nível assistencial. A Prelazia do Acre e Purus, com sede em Rio Branco, inclui, além da Capital, os municípios de Xapuri, Brasiléia, Senador Guiomar, Assis Brasil, Sena Madureira e ainda o município amazonense de Boca do Acre.

Esta Prelazia, mais coerente com a Pastoral de Liberação, desde o início dos conflitos, nos primeiros anos de 70, passou a se envolver com os problemas sociais de sua região. Após a morte de D. Giocondo, D. Moacyr Grechi foi eleito prelado do Acre e Purus, em 1972, e no ano seguinte ordenado bispo da prela^zia. Nesta época as incipientes Comunidades Eclesiais de Base CEBs, já congregavam ex-seringueiros nas cidades e se expandiam pelos seringais do interior. Discutiam não só as questões relacionadas à fé, como também as questões do dia-a-dia do povo. Nestas discussões o povo foi aos poucos descobrindo formas de organização para melhor enfrentar seus problemas. Organizaram *mutirões ou adjuntos* para trabalho em comum, fundaram associações, organizaram compras comunitárias e também descobriram formas de resistir e de lutar contra a opressão dos *paulistas*. Através das CEBs os seringueiros começaram a tomar conhecimento de seus direitos e a se organizar para defendê-los.

Hoje, calcula-se que na Prelazia do Acre e Purus existe mais de mil Comunidades organizadas, sendo a maioria no interior.

Apesar das constantes acusações à Igreja, de promover agitações, de criar conflitos, acreditamos que foi a própria realidade da região, bem como de toda a sociedade nacional, que induziu a Igreja a se voltar para os graves problemas sociais enfrentados pelo povo. D. Moacyr, quando foi para o Acre, acreditava na possibilidade de manter um comportamento neutro. Em uma entrevista assim explica sua conversão aos oprimidos:

Não tive tempo para uma escolha. Desde que vim para o Acre, em 1972, minha condição de bispo "forçava-me" a conviver e a sentir de bem perto os problemas da população, em sua grande maioria pobre, e, especificamente, conviver com o homem da mata (seringueiro) e também com os camponeses. No meu íntimo, porém, por convicção, teria gostado da neutralidade que, naquele tempo, não só me parecia possível mas até, dada minha mis

são de pastor, necessária.

(...) Minha vinda para o Acre, o contato direto, especialmente nas nascentes comunidades eclesiais de base, com o povo simples, pobre, injustiçado; a ajuda insubstituível de padres amigos e muitos sensíveis aos problemas do povo, homens lúcidos, corajosos e extremamente evangélicos; a confiança em mim depositada pelas vítimas dos problemas de terra que começaram em 1973, a se egudizar. Neste campo, fatos bem concretos levaram-me a tomar uma posição: ou assumia a causa dos pobres ou negava minha missão e mesmo minha própria fé (...)

Desta forma, com o apoio do bispo, a Igreja deu maior impulso à luta dos seringueiros pela posse da terra.

Com a criação da CPT-Comissão Pastoral da Terra, intensificaram-se os trabalhos de esclarecimentos sobre os direitos dos posseiros, de denúncias de perseguições, e a ajuda na organização dos trabalhadores. A CPT, a nível nacional foi criada em 1975, após o Encontro de Bispos da Amazônia sobre Terra e Migrações, realizado em Goiânia. Neste Encontro, após discutirem os problemas da Amazônia, decidiram, entre outras coisas, pelo compromisso da Igreja de empenhar-se no processo global de Reforma Agrária, articulando-se com outras instituições e organismos sociais que tenham o mesmo objetivo; pela criação de uma Comissão de Terras (que 3 meses depois foi oficializada como CPT), com a finalidade de divulgar o Estatuto da Terra e a Legislação Rural; e pela promoção de campanhas de conscientização para os trabalhadores rurais e agentes de pastoral.

As ações da CPT, portanto, vieram fortalecer o que já vinha sendo feito pela Prelazia do Acre e Purus e outras Igrejas do Norte e Centro-Oeste.

A Igreja, através das Comunidades de Base, preparou o caminho para a fundação dos sindicatos de trabalhadores ru-

rais. Com a criação da CPT veio fortalecer o apoio às organizações dos seringueiros. Haja vista que grande parte dos delegados sindicais, existentes nos seringais de diversos municípios, são também *monitores* de CEB ou participantes das Comunidades. Mas neste trabalho da Igreja, de conscientização, de apoio e fortalecimento das organizações dos trabalhadores, há a preocupação de não se tornar uma substituta destas organizações. A medida em que foram sendo criados os sindicatos, que constituem o espaço próprio para as reivindicações e o encaminhamento das lutas, a Igreja foi aos poucos deixando este papel de suplência na defesa dos trabalhadores. Continua, logicamente, seu trabalho de conscientização, de animação e de denúncias. A participação de *monitores* atuando nos sindicatos não significa transformar os sindicatos em órgãos da Igreja, mas sim a participação de cristãos conscientes na defesa de seus interesses, através de seu órgão de classe.

Outra instituição que teve um papel de suma importância na organização e no encaminhamento das lutas dos trabalhadores rurais no Acre foi a CONTAG.

Em 1975 foi implantada uma Delegacia da CONTAG em Rio Branco, tendo como jurisdição todo o Estado do Acre, o então Território de Rondônia e o município de Boca do Acre. No início de seus trabalhos a CONTAG atuou mais em questões trabalhistas, envolvendo peões aliciados para trabalhos de desmatamentos, más condições de trabalho ou falta de pagamento de salários. Aos poucos foi também se envolvendo com os problemas dos posseiros. Sua primeira experiência com posseiros foi em Xapuri, no Seringal Porvir Novo, quando a família Costa Galo queria retirar 179 famílias da área, usando força policial. A partir daí a atuação da CONTAG se intensificou junto aos seringueiros, na orientação sobre seus direitos. Como já dissemos, a CONTAG já encontrou um caminho preparado pela Igreja. Portanto, a receptividade e mesmo a procura, por parte dos seringueiros, foi grande.

Segundo o delegado da CONTAG no Acre, João Maia da

Silva Filho, com relação ao posseiro a CONTAG dava 4 orientações básicas:

*Tendo mais de um ano e um dia na terra, com benfeitorias, você não pode ser retirado sem indenização o pequeno grileiro e pseudo-posseiro não contam com nossa proteção;
a polícia não pode tirar você da terra, só aceita intimação por escrito e procure o sindicato;
Plante nem que seja pasto, para formar benfeitoria* 59

A CONTAG procurou orientar o seringueiro cativo de que, segundo a lei, ele deve pagar apenas 10% de sua produção ao seringalista; que ele só é obrigado a vender a produção ao barracão se for pago o preço do dia; que o seringueiro deve cortar seringa alguns dias da semana e dedicar outros dias à agricultura de subsistência e à criação, para não ficar na dependência do barracão; que os seringueiros devem denunciar todas as arbitrariedades do seringalista.

Além dos trabalhos de esclarecimentos sobre os direitos do trabalhador rural e da assistência jurídica aos injustiçados, a participação mais importante da CONTAG foi quanto à organização dos sindicatos de trabalhadores rurais. Em menos de 3 anos de atuação, a CONTAG já havia ajudado a fundar sindicatos em quase todos os 12 municípios existentes no Estadó.

Nas áreas de predomínio de seringais tradicionais, como na microrregião do Alto Juruá, os trabalhos de sindicalização foram mais difíceis devido à grande influência dos seringalistas sobre os seringueiros. Mesmo assim, diminuiu muito a exploração sobre os seringueiros. Nas áreas de maior penetração da pecuária a atuação da CONTAG foi mais marcante e contribuiu para a constituição de sindicatos mais fortes e atuantes. Foi o caso, por exemplo, de Xapuri, Brasiléia e Rio Branco. Nes

tes municípios predominam também os seringueiros autônomos ou libertos. Segundo o Varadouro,

A conquista da liberdade e da autonomia é um dos principais resultados da atuação da CONTAG no Acre, auxiliada nesse trabalho pela Igreja, através das Comunidades Eclesiais de Base. O Sindicato marca, as sím, para o trabalhador, uma distinção radical entre a consciência dos direitos, o exercício deles e a "escravidão"⁶⁰.

Com isso, mesmo nos seringais tradicionais, aos poucos, devido a atuação da Igreja, da CONTAG e dos Sindicatos, os regulamentos dos seringais vão cedendo lugar à lei. Por isso a organização dos trabalhadores não é bem vista pelos seringalistas. Tampouco pelos pecuaristas vindo do Sul.

Inúmeras tem sido as ameaças a estas instituições. Com relação ao trabalho desenvolvido pela Igreja, vários padres já foram ameaçados, inclusive por delegados de polícia que se colocam ao lado dos grandes proprietários. A partir de 1979 as ameaças e concretização das ameaças se intensificaram. Em Xapuri, a polícia chegou a interromper um treinamento de monitores, sob a alegação de que aquilo era subversão. Sobre este episódio, o Frei Clodovis Boff assim descreve:

Quando estávamos fazendo treinamento, à noite, na casa das irmãs, entra o delegado com meia dúzia de soldados armados e nos imobilizaram. Diz que aquilo é subversão. Quer saber quem são os cabeças e os monitores respondem que são todos. Quer o nome dos participantes e a recusa é geral. Acaba apreendendo o material que trazíamos (projektor e diapositivos) e leva os dois padres da paróquia, Destro e Cláudio, presos até a delegacia, onde ficaram duas horas prestando depoimento.

Dias depois o padre Cláudio foi espancado na rua.

Em julho de 1980, novamente as ameaças são concretizadas. Desta vez contra um líder sindical. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia, Wilson de Souza Pinheiro, que também era presidente da Comissão do Partido dos Trabalhadores-PT, naquele município, foi assassinado, a tiros, dentro da sede do Sindicato. Segundo denúncia da CONTAG, foi mais um atentado contra o sindicalismo. A CONTAG relacionou a morte do sindicalista com a declaração do Secretário Municipal de Xapuri, o seringalista Guilherme Lopes, que poucos dias antes, em uma reunião da SUDHEVEA em Xapuri, havia anunciado publicamente que *a única maneira de resolver os problemas de terra aqui é matar o presidente do Sindicato, o delegado da CONTAG e os padres que vivem instigando os seringueiros*. Dizia ainda a nota da CONTAG que esta morte veio provar que a solução apresentada pelo secretário não ficou apenas no plano das palavras, constituindo-se numa ameaça que poderá se concretizar ainda com os demais líderes sindicais do Acre e membros da Igreja⁶².

Uma semana depois, a polícia nada havia feito para descobrir os responsáveis pelo crime. Mas os seringueiros tinham certeza de quem era o mandante. Após uma solenidade de instalação do PT em Brasiléia, e a realização de um ato público de protesto pela morte de Wilson, os ânimos se exalteram. Vários seringueiros, no dia seguinte, mataram o fazendeiro Nilo Sérgio de Oliveira, suspeito de ter mandado assassinar o presidente do Sindicato. Desde o ano anterior já corriam os boatos de que Nilo Sérgio desejava matar o sindicalista. Naquele ano, quando Nilão, como era conhecido, pretendia fazer um desmatamento na Fazenda Nova Promissão, antigo Seringal Sacado, e expulsar os posseiros que lá viviam há mais de vinte anos, 94 seringueiros, organizados pelo Sindicato, *empataram* a derrubada. Nilão entrou com uma ação na justiça, contra os posseiros, mas perdeu a causa. Desde então seu ódio contra o Sindicato aumentou. Quando o jornalista Antonio Dias viajava pela região, em 1979, perguntou a um seringueiro, o que os patrões achavam do Sindicato, o seringueiro respondeu:

Eles tão tudo revoltado e alguns jã disseram que es se negõcio de sindicato vai dar em muito sangue. Aqui mesmo em Brasilãia eles jã juraram de matar o Presidente. Corre por aĩ a conversa de que o Nilo comprou um revõlver para dar a um paraguaio para fazer o serviço. Mas eles estão enganados porque o sindicato não ẽ o presidente e o que nos dã coragem ẽ a nossa necessidade.⁶³

Portanto, tinham certeza de que Nilo era o mandante. No entanto, o executante do assassinato de Wilson são recentemente foi preso. Mas os seringueiros que mataram Nilo foram imediatamente presos, quando uma operação, envolvendo centenas de policiais militares, civis e federais, foi realizada na região, causando pãnico na população. Alguns presos foram torturados. Alguns líderes sindicalistas foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional, acusados de *incitarem os trabalhadores a desobediência coletiva a lei e a luta pela violência contra classes sociais*. Neste processo foram envolvidos Luiz Inácio da Silva (Lula), Jacob Bittar (ambos do Diretório Nacional do PT), José Francisco da Silva (Presidente da CONTAG), João Maia da Silva Filho (Delegado da CONTAG no Acre)⁶⁴ e Francisco Mendes Filho (vereador de Xapuri e líder sindical) .

Mas, apesar de todas estas perseguições, cada vez mais cresce a consciência dos seringueiros de que são através de sua luta, de sua organização, de sua força, ẽ que farão com que seus direitos sejam respeitados. Com isso, cada vez mais, os seringueiros tãem sido respeitados como interlocutores nas questões em que eles estão envolvidos. No capítulo seguinte, com exemplos concretos da luta em Xapuri, analisaremos como tem crescido a consciência política dos seringueiros.

Antes disso, veremos quais as ações do governo, diante dos problemas do Acre.

3.3- Ações do Governo Diante dos Conflitos

Diante de tão graves problemas no Acre, em decorrência da concentração fundiária, seria de se esperar atitudes enérgicas tanto por parte do governo estadual como federal, no sentido de solucionar as questões. No entanto, as soluções esboçadas foram meramente paliativas. Tanto é assim, que até hoje os conflitos continuam.

O Governo do Estado, apesar de alguns esforços, tem poucas condições de fazer alguma coisa quanto à questão agrária. Reconhecendo-se incapaz para resolver o problema fundiário, que gerou outros problemas sociais, o Estado, desde a gestão do governador Geraldo Mesquita (1975/1979), procurou reorientar a tendência da implantação da pecuária, procurando estimular a vocação do setor agrícola voltado para a produção de gêneros de subsistência. Estimulou também a reativação de seringais nativos, bem como a implantação de seringais de cultivo. Neste sentido, iniciou-se a implantação de uma infra-estrutura visando dar apoio ao pequeno produtor, através da COLONACRE - Cia. de Desenvolvimento Agrário e Colonização do Acre e da CAGEACRE-Cia. de Armazéns Gerais do Acre. Foram desenvolvidos também, pelo Estado, os Núcleos de Apoio Rural Integrados - NARIs, para apoiar os pequenos produtores. Mas estes Núcleos beneficiaram apenas as colônias, que são pequenas propriedades existentes nas proximidades de Rio Branco. Mesmo assim, são constantes as queixas dos colonos de que as máquinas dos NARIs são mais utilizadas pelos grandes proprietários.

Mas estas ações do governo pouco contribuíram para atingir a raiz do problema, que é a estrutura agrária concentrada.

Uma iniciativa de distribuição de terra, durante este período de grande tensão social no Acre, foi tomada pelo Estado em 1977, quando o Seringal Aquidaban, em Xapuri, de proprie

dade do Estado, foi doado ao INCRA. Este seringal foi dividido em lotes de 50 hectares que foram regularizados em nome dos seringueiros, com títulos definitivos. Porém, o Estado, dado às suas características de zona de fronteira e de segurança nacional, não possui terras devolutas. Toda terra devoluta pertence à União. Segundo o então Vice-Governador do Estado, em 1981, apenas 70.000 ha. de terra pertenciam ao Estado.

Mesmo assim, o Estado desenvolveu alguns projetos de colonização, através da COLONACRE. Em Plácido de Castro, em 1980, começou a ser implantado o Projeto Redenção I, para assentamento de trabalhadores sem terra, expulsos dos seringais. Poderão ser assentados até 900 colonos nos projetos Redenção I e Redenção II, com 30 a 40 mil hectares, respectivamente. Mesmo que consigam atingir esta meta, é ainda um número muito insignificante, diante dos milhares de seringueiros que foram expulsos dos seringais e dos outros que ainda permanecem ameaçados. Há também muitas reclamações dos parceleiros quanto à forma como foi implantado o projeto. Os parceleiros receberam lotes com seringueiras plantadas, com financiamento da SUDHEVEA. Reclamam que o financiamento foi concedido à COLONACRE e que o órgão paga diária aos colonos para o trabalho de limpeza dos seringais. Mas quem paga o financiamento são os parceleiros. Estes, no entanto, não se consideram donos das parcelas, pois quem diz o que devem plantar, o que devem fazer, enfim, quem dirige tudo é a COLONACRE.

Mais do que em qualquer outro Estado, no Acre a responsabilidade maior pela redistribuição de terras recai sobre o INCRA. Porém, dada a complexidade da cadeia dominial das terras acreanas, os processos de discriminação das terras tem sido muito morosos. Através da aplicação da Lei 5383/76, até 1982, a Coordenadoria Especial da Amazônia Ocidental - CEAO do INCRA, que abrange todo o Estado do Acre e mais 7 municípios do Estado Amazonas, fez apenas 40 discriminatórias administrativas, atingindo 358 seringais, com área total de 6.014.275 ha⁶⁵. Portanto, menos de 40% da área do Estado foi discriminada até aque

la data. Quase 2 milhões de hectares foram arrecadados pelo INCRA e incorporados ao patrimônio da União. Mas da maneira como são feitas as discriminatórias, dificilmente os seringueiros/posseiros têm condições de regularizar suas posses. O INCRA publica nos jornais da capital um edital convocando os interessados a se apresentarem dentro de 60 dias no INCRA, com a documentação comprobatória de posse, propriedade ou qualquer outra prova admitida por lei. Desta forma, dificilmente os seringueiros tomam conhecimento dos editais. Assim não terão condições de regularizar suas posses.

No Acre, até 1982 foram expedidos pelo INCRA 11.395 títulos com uma área total de apenas 1.516.715 ha. Mesmo assim, grande parte dos títulos se referem a Licença de Ocupação, que não dão garantia de propriedade aos ocupantes.

Diante da situação conflitiva das terras acreanas, um recurso utilizado para diminuir os focos de tensão foi a desapropriação de terras por interesse social. As primeiras desapropriações ocorreram em 1976. Pelo Decreto 79.048/76 foram desapropriados 292 mil hectares em Sena Madureira, com a finalidade de implantar o Projeto Boa Esperança, para plantio de seringueiras. Este projeto foi implantado em convênio com a SUDAM, INCRA e Governo do Estado do Acre. Pelo Decreto 79.049/76 foram desapropriados 408 mil hectares, incluindo os seringais Bagaço, Triunfo, União, São Vicente, Floresta, Campos Belo e Bom Destino, atingindo os municípios de Rio Branco, Plácido de Castro e Senador Guiomar. O objetivo desta desapropriação foi implantar o Projeto de Assentamento Dirigido - PAD Pedro Peixoto. Os posseiros localizados na área deveriam ter sua situação regularizada de acordo com o Estatuto da Terra. No entanto, por pressões dos proprietários e de políticos, que gestionaram junto ao INCRA em Brasília para que o projeto fosse desativado, este projeto sofreu um grande atraso e uma redução de sua área. Parte desta área foi cedida ao Projeto Redenção, coordenado pela COLONACRE. Finalmente, depois de uma grande celeuma com os ex-proprietários e após pressões dos trabalhadores sem terra, que começa-

ram a invadir a área, o INCRA reativou o Projeto, a partir de 1980, fazendo o assentamento não só de ex-seringueiros como também de colonos vindos do Sul⁶⁷.

Em 1980, por proposta do Governo do Estado e da Coordenação do INCRA, mais sete áreas foram desapropriadas, levando em consideração a ociosidade da terra, a demanda migratória na região e a frequência dos conflitos entre posseiros e proprietários. Assim justificava a exposição de motivo dirigida ao Departamento de Recursos Fundiários do INCRA em Brasília, encaminhando a proposta de desapropriação:

Agora admitimos, pela persistência dos conflitos que as tensões sociais se agravarão e poderão levar a situações sangrentas, se decisões enérgicas e radicais não forem tomadas. Ao selecionarmos as áreas constantes desse processo, visamos antes de tudo a solução do problema da tensão social existente, que reside na desapropriação sem perda de tempo dessas áreas necessárias ao assentamento de um sem número de famílias já ocupantes, que não têm sua situação regularizada - e daí não terem acesso à assistência técnica e creditícia, vivendo uma marginalidade inquietante.

A situação é bastante grave e as reivindicações e conscientização desse grande número de famílias tornam necessário o seu assentamento através de uma ação desapropriatória⁶⁸.

Cinco decretos assinados em seguida, em 1980, desapropriaram vários seringais. Do Seringal Catuaba, que desde 1974 vinha sendo palco de conflitos, foi desapropriada uma parte, perfazendo 33.600 ha. Os seringais Quixadá, Belmonte e São João, em Brasiléia, totalizando 54.112 ha. foram desapropriados com a finalidade de implantar o PAD Quixadá, cujo objetivo principal foi de reduzir a emigração para a Bolívia e de absorver as famílias que já se encontravam naquele país. No entanto, até 1983,

apenas 10% das famílias ali assentadas eram procedentes da Bolívia. A Fazenda Santo Antônio, com 10 mil hectares, desmembrada do Seringal Nova Empresa em Rio Branco e o Seringal Porvir Novo, de 29.386 ha., localizado em Xapuri e parte em Brasiléia, foram desapropriados para regularizar a situação fundiária de seus ocupantes. Também o Seringal Santa Quitéria, de 71.985 ha. entrou neste rol de desapropriações. Alguns meses depois, ainda em 1980, outro decreto desapropriou, em Rio Branco, o Seringal Humaitá, de 63.861 ha. Neste seringal 240 posseiros estavam em conflito com sua proprietária. Ali foi implantado o PAD Humaitá. Em 1981 houve outro decreto, desapropriando o Seringal Belo Horizonte, em Cruzeiro do Sul, de 28.000 ha., com a finalidade de regularizar a posse de terra de 56 famílias e fazer o assentamento de outras ⁶⁹.

No tocante à colonização, o INCRA desenvolveu no Acre cinco Projetos de Assentamentos Dirigidos - PADs. Até 1983 havia feito o assentamento de 5.704 famílias. (Quadro 10)

QUADRO 10

ASSENTAMENTOS FEITOS PELO INCRA ATÉ 05/04/83

PAD	LOCALIZAÇÃO	ÁREA (HA)	ASSENT. REALIZADO
Pedro Peixoto	Rio Branco, Plácido de Castro e Sen. Guimar	317.588	3.815
Boa Esperança	Sena Madureira	275.646	442
Humaitá	Rio Branco	63.861	809
Quixadá	Brasiléia	126.097	520
Sta. Luzia	Cruzeiro do Sul	69.700	118
TOTAL		852.892	5.704

FONTE: INCRA-Coordenadoria Especial da Amazônia Ocidental.

O projeto que mais recebeu colonos foi o PAD Pedro Peixoto, com quase 4.000 famílias. É que este projeto serviu também de válvula de escape para as expropriações ocorridas no Sul do País. Este projeto abrigou inclusive os sem-terra do Paraná, principalmente os arrendatários que foram desabrigados pela Hidrelétrica de Itaipu. Em 1981 começou a mudança destes colonos paranaenses. Foram para o Acre cheios de promessas e de esperanças. A imprensa do Paraná noticiou com euforia a saída rumo ao Acre. Segundo a imprensa, cada colono receberia 100 hectares de terra, para pagar em 15 anos, com 6 de carência⁷⁰.

Segundo os técnicos do INCRA, os colonos vão satisfeitos porque terão, no Acre, escola primária, assistência médica e técnica, além de financeira, oferecidas pelos órgãos governamentais... Recebem ainda crédito de custeio e posteriormente créditos especiais para cultivo da seringueira.

No Acre, eles encontraram 4 alqueires de terra já desmatadas e plantarão café, seringueira, além de milho, arroz e soja.

No entanto, logo que chegaram ao Acre começaram as decepções. Quando um dos colonos ao chegar em seu lote, no PAD Pedro Peixoto, perguntou pelos 4 alqueires desmatados e pela casa, sentiu-se traído.

Os funcionários do INCRA responderam que não sabiam de nada a respeito disso. Que no Projeto Pedro Peixoto é o colono, dois ou três dias depois de chegar na área, e ficar nas barracas de lona aguardando a Licença de Ocupação do lote, que derruba a mata que quiser. E que a casa ele só recebe após derrubar madeira suficiente, levá-la até a serraria do projeto onde é transformada em uma moradia padrão.

Vários outros problemas foram enfrentados no PAD

Pedro Peixoto. As famílias foram atacadas por malária, sarampo, hepatite, e o Governo do Estado não havia implantado os serviços de saúde, educação, transporte e assistência técnica⁷³. Grande parte destes problemas são encontrados ainda hoje, colocando em risco o sucesso do projeto. No entanto, o projeto serviu para aliviar as tensões, tanto no Paraná quanto no Acre.

Os projetos do INCRA e as ações fundiárias desenvolvidas pelo órgão, pouco contribuíram para alterar a estrutura fundiária do Estado. Esta permaneceu altamente concentrada, tendo apenas elevado o número de minifúndios.

Outro órgão federal que também contribuiu com algumas ações no sentido de aliviar as tensões no Acre foi a SUDHEVEA-Superintendência da Borracha. Este órgão, criado pela Lei nº 5227/67, com a finalidade de executar a Política Econômica da Borracha, financiou no Acre, por intermédio do BASA, vários projetos de recuperação de seringais nativos e de implantação de seringais de cultivo. No entanto, já vimos o exemplo da experiência desastrosa do Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural - PROBOR I, quando grandes empresas como o Condomínio Tarauacá e a Agropecuária Cinco Estrelas foram acusadas de desviar recursos deste Programa.

Pelo menos oito dos maiores projetos, com áreas contratadas que variam de 50 a 1.000 hectares, tiveram os financiamentos suspensos pelo Banco da Amazônia, porque vinham aplicando os recursos recebidos com outros fins. Muito dinheiro do PROBOR foi aplicado na compra de gado, na preparação de pastagens, na compra de terra e até em open-marketing⁷⁴.

O PROBOR I, implantado a partir de 1972, teve no Acre 34 projetos, com área contratada de 5.779 ha. No entanto, só foi plantada uma área de 2.886 ha. O Probor II, entre 1978 e 1981 contratou 872 projetos com área total de 13.892 ha. Mas somente uma área de 5.406 ha. foi plantada. No total das áreas

plantadas estão ainda computadas as áreas cujas plantas morreram por incêndio e outras causas de mortandade. Há denúncias de que muitos seringais foram incendiados de propósito, para não se pagar o financiamento, cujo dinheiro foi, em sua maior parte, desviado para outras finalidades.

De acordo com a avaliação da própria SUDHEVEA, com base no exame dos dossiês dos projetos, foram considerados no mais apenas 44% dos projetos do PROBOR I, implantados no Acre, e apenas 17% da área contratada. Portanto, conclui-se que os responsáveis pelo fracasso do Programa foram os grandes projetos .

Outro aspecto a ressaltar é que os pequenos proprietários e os posseiros, condições em que se enquadra a maioria dos seringueiros acreanos, não tiveram acesso a estes dois programas. Isto devido à exigência de participação de recursos próprios do mutuário, suficiência de garantias, isto é, a titulação da terra ou um bom cadastro bancário, e outras exigências da SUDHEVEA para se obter o financiamento.

Por iniciativa do Governo do Estado, foi instituído no Acre o *Proborzinho*, em 1980, com o apoio da SUDHEVEA. Este programa visava atender os pequenos produtores, com área padrão de 3 hectares. Mas os recursos liberados foram poucos.

Em 1983 iniciou o PROBOR III. Grande parte dos reursos deste Programa foi destinada a outros Estados fora da Amazônia, principalmente Bahia, Espírito Santo e São Paulo.

Com o PROBOR III pretendeu-se, também, beneficiar diretamente os seringueiros, aumentando os recursos para implantação de mini-usinas e recuperação de colocações. As mini-usinas são pequenas unidades de beneficiamento do látex, produzindo a *folha fumada*⁶. Até fins de 1984 foram implantadas 94 mini-usinas no Acre. A maioria delas através das Associações de Seringueiros (ASSERs) criadas pela SUDHEVEA, em convênio com o Insti-tuto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA.

Estas Associações, formadas por aproximadamente 20 a 30 seringueiros, visam à produção de *folha fumada*, ao abastecimento dos associados e a criar condições de implantação de seringais de cultivo. Na parte referente ao abastecimento, há também a participação da COBAL, que fornece mercadorias aos seringalistas e às Associações, para serem revendidas aos seringueiros.

As ASSER's cobram, dos associados, uma taxa de 10 a 15% sobre a prestação de serviços (beneficiamento do látex) e para a amortização do financiamento. Cobram também 20% sobre o preço de faturamento das compras dos associados e 15% sobre qualquer tipo de produto comercializado (castanha, produtos agrícolas e outros tipos de borracha). As mini-usinas são financiadas em ORTNs para serem pagas em 4 anos. Têm um ano de carência, juros de 3% ao ano e 73% da correção monetária. As amortizações, os juros e a correção monetária são contabilizados semestralmente. O constante aumento da dívida das Associações assustam os associados. Outro aspecto preocupante é que as Associações, cujo Estatuto foi elaborado pela SUDHEVEA, são totalmente controladas e manipuladas por este órgão. Há inclusive a preocupação, por parte dos seringueiros, de que estas Associações tenham a intenção de esvaziar os sindicatos⁷⁷. Um sintoma que justifica esta preocupação é que todas as mini-usinas montadas através das ASSER's se situam no Vale dos Rios Purus e Acre, onde os conflitos sociais são mais acentuados.

Não obstante alguns aspectos negativos, as mini-usinas têm contribuído para facilitar o processo de trabalho nos seringais nativos e para melhorar as condições de vida dos seringueiros.

Outra medida paliativa tomada com a finalidade específica de contornar os conflitos de terra no Acre, foi a criação, por iniciativa do Governo do Estado, em meados de 1980, da chamada *Comissão do Alto Nível*. Esta Comissão, formada por representantes do Governo, dos fazendeiros, dos trabalhadores, da CONTAG, da Igreja e da Imprensa, com o objetivo de encontrar so

luções para os conflitos fundiários no Estado, criou uma fórmula de acordo entre os trabalhadores rurais e os proprietários. Segundo as sugestões da Comissão, as indenizações aos ocupantes da terra seriam prioritariamente com outro lote de terra, entre 55 a 100 hectares, e com prazo de 24 meses para o deslocamento do ocupante. Quando o lote que o posseiro receber tiver valor inferior às benfeitorias deixadas em sua posse original, a indenização deverá ser complementada em dinheiro. Neste caso, o prazo para o deslocamento será de apenas 12 meses. Em caso de o proprietário determinar o deslocamento imediato, deverá indenizar em dinheiro os serviços já efetuados na área, pagar o valor de uma casa e o valor de um salário mínimo durante quatro meses.

A solução propostas, além de tentar eliminar os conflitos por terra, visava também a fixação dos trabalhadores rurais em atividades agrícolas de subsistência. Para isso, tanto o Governo do Estado quanto o INCRA participaram do acordo, garantindo assistência técnica e financeira; proporcionando facilidades para a comercialização dos produtos e beneficiando os lotes com abertura de estradas vicinais.

Muito acordos foram feitos nestas bases. Mas nos municípios em que os seringueiros estavam mais mobilizados em seu Sindicato, a maioria se recusou a aceitar lotes em outro local, que não lhes proporcionassem condições para continuarem na atividade de extração do látex. Preferiram continuar em suas próprias colocações, contrariando, assim, os desejos dos fazendeiros.

Os que se deslocaram para outros lotes e se transformaram em agricultores, logo tiveram algumas amarguras. Com o título dos lotes, e com a assistência da EMATER-AC, conseguiram financiamento no Banco, para a implantação e o custeio de suas lavouras (arroz, feijão, milho, etc.). Apesar de serem empréstimos com juros baixos, normalmente a liberação dos recursos não obedecia o calendário agrícola da região e não havia tem

po de derrubar e plantar nas épocas certas. Conseqüentemente, a produção, quando havia, não era suficiente para saldar os compromissos com o Banco. Pouco tempo depois estourou o problema. Vencido o prazo dos empréstimos e ameaçados de execução pelo Banco, os ex-seringueiros transformados em colonos resolveram, em setembro de 1984, sitiar o Banco Brasil em Rio Branco, por vários dias, até que obtivessem a promessa de não execução de suas dívidas e prorrogação do prazo para pagamento ⁷⁸.

Desta forma, as soluções propostas pela Comissão de Alto Nível pouco resolveram para eliminar as tensões. Além do mais, muitos proprietários não respeitaram o acordo. Houve também o descontentamento por parte dos trabalhadores, que se queixaram de não serem ouvidos na Comissão.

Concluimos, portanto, que as ações desenvolvidas através dos órgãos federais ou diretamente pelo Governo do Estado foram contraditórias e paliativas. Ao mesmo tempo que se procurava apoiar a pequena produção, incentivar a produção de borracha, por outro lado beneficiavam-se grandes empresários através de financiamentos especulativos tanto para o desenvolvimento da pecuária quanto para a introdução de seringueis de cultivo, cujos resultados ainda são muito modestos. Apesar de o INCRA ter feito uma série de desapropriações e o assentamento de inúmeras famílias sem terra, por outro lado legalizou enormes latifúndios. Com isso, acentuaram-se os extremos da estrutura fundiária. Permaneceram os grandes latifúndios e pulverizaram-se as pequenas propriedades. As posses regularizadas pelo INCRA não ultrapassam a 100 ha. cada uma, o que é insuficiente para o seringueiro permanecer em sua atividade. A mudança de atividade criou outros problemas para o trabalhador rural.

Se as medidas governamentais apenas aliviaram, mas não resolveram, as contradições, é porque os problemas envolvem interesses de classe que o Estado não é capaz de resolver, sem que sofra alterações em si mesmo. Por isso, os conflitos permanecem e só serão resolvidos à medida em que a participação polí

tica do trabalhador vai aumentando, até o ponto de alterar as relações de produção e, conseqüentemente, a estrutura de poder.

Analisando o crescimento da luta do trabalhador rural em Xapuri, que tomamos como exemplo ilustrativo, e correlacionando este movimento com outros em curso no país, podemos concluir que se trata de uma luta de classe e, portanto, anti-capitalista.

NOTAS

- 1- Dados baseados no depoimento do Dr. Hugo de Oliveira Rocha (Procurador Geral da SUDAM) à Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar distorções ocorridas na execução do Plano de Desenvolvimento da Amazônia (CPI de Amazônia), *in* Diário do Congresso Nacional, Seção I, Suplemento ao nº 156, Capital Federal, 05/12/80, p. 151.
- 2- SILVA, Adalberto Ferreira da, *Raízes da Ocupação Recente das Terras do Acre: Movimento de Capitais, Especulação Fundiária e Disputa pela Terra*, Belo Horizonte, Tese de Mestrado apresentada CEDEPLAR - UFMG, 1982, p. 62. (Tese de Mestrado, mimeo graf.).
- 3- DANTAS, Wanderley, *ACRE - um mundo novo, terra fértil para investimentos*, S.N.T. (Exposição proferida pelo Prof. Francisco Wanderley Dantas, Governador do Estado do Acre, por ocasião do 1º Seminário de Integração Nacional, realizado no Rio de Janeiro, no período de 3 a 5 de abril de 1973).
- 4- O Estado de São Paulo, *Acre: 12 milhões de hectares inexplorados*, São Paulo, 25/05/80, p. 21.
- 5- DANTAS, Wanderley, *op. cit.*
- 6- Jornal de Brasília, 07/10/77, p. 10.
- 7- Jornal Cinco de Março, Goiânia, 3 a 9/10/77.
- 8- Pronunciamento do Dep. Nabor Júnior na Comissão Parlamentar

- de Inquérito destinada a investigar as atividades ligadas ao sistema fundiário em todo o território nacional, *in* Diário do Congresso Nacional, Seção I, Suplemento ao nº 121, Capital Federal, 28/09/79, p. 818.
- 9- Idem, idem, p. 814.
- 10- Varadouro nº 7, *A terra na mão de poucos*, Rio Branco, fev. de 1978, p. 10/11.
- 11- Fontes: Processo nº 4107/73 (Manutenção de Posse) e Proc. nº 4822/81 (Autos de Execução) do Cartório de Xapuri.
- 12- Varadouro nº 20, *Paulistas acham mapa de mina*, Rio Branco, abril/81, p.10.
- 13- Fonte: Superintendência da Borracha - SUDHEVEA, *Anuário Estatístico - Mercado Nacional*, ano 16, nº 31, janeiro/dezembro/1982, p.7.
- 14- Varadouro nº 1, *As moto-serras volta ao trabalho*, Rio Branco, maio/77, p. 5.
- 15- GRAZIANO DA SILVA, José (Coord.), *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*, Ed. Hucitec, São Paulo, 1980, p. 51/54.
- 16- SILVA, Adalberto Ferreira da, op. cit. p. 51.
- 17- Idem, idem, p.94.
- 18- O Estado de São Paulo, *Acre: 12 milhões de ha. inexplorados*, São Paulo, 25/05/80, p. 21.
- 19- Varadouro nº 15, *Uma lei sigilosa? dá prá desconfiar*, Rio Branco, junho/79, p. 20/21.
Convém esclarecer que a Lei nº 2.597, de 12/09/55, considera

indispensável à defesa do país a faixa interna de 150 Km de largura paralela à linha divisória do território nacional. Também o Decreto-Lei 1164/71 incluiu como área de segurança nacional as terras situadas a 100 Km de largura de cada lado das rodovias federais na Amazônia Legal. Portanto, o Acre fica inteiramente dentro da faixa considerada indispensável à segurança e ao desenvolvimento nacionais. Neste caso, cabe à União, através do INCRA, discriminar as terras devolutas e incorporá-las ao seu patrimônio. A concessão destas terras se limita a 2.000 ha., de acordo com a Lei 2.597/55.

O DL 1164/71 estabelece que a concessão destas terras será feita pelo INCRA, de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho de Segurança Nacional, permanecendo o limite de 2.000 ha. na faixa de fronteira e 3.000 ha. nos 100 Km de cada lado das rodovias federais na Amazônia. A Exposição de Motivo 005/76 assinada pelo Ministro da Agricultura e pelo Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, que ditou normas para regularizar terra na Amazônia Legal, estabeleceu que as pessoas físicas ou jurídicas que tiverem projetos em terras públicas com títulos de propriedade irregularmente transcritos no registro de imóveis ou com títulos oficiais de posse, deverão renunciar a eles, a favor da União.

Poderão, então, entrar com processo no INCRA, para receberem concorrência, o título válido, emitido pelo INCRA. Como o INCRA ainda não concluiu a discriminatória das terras no Acre, para separar as terras públicas das particulares e como grande parte da documentação das terras particulares é falsa ou irregular, supõe-se que existe uma grande quantidade de terras devolutas da União.

No entanto, a Exposição de Motivo nº 77, de 1978, aprovada pelo Presidente da República, Ministro da Agricultura e Secretário Geral do CSN, a qual, juntamente com seu anexo denominado *Rol das Hipóteses de Convalidação*, estabeleceram parâmetros para decidir pendências em torno das terras acreanas. Com esta Exposição de Motivo, foi facultada a regularização de terras no Acre com área de até 600 módulos. Mas cada caso

- deverá ser analisado separadamente, pelo INCRA.
- 20- O Estado de São Paulo, *INCRA denuncia grilagem no Acre*, São Paulo, 30/04/75.
 - 21- O Estado de São Paulo, *Um roteiro das grandes grilagens*, São Paulo, 15/04/79, p. 22.
 - 22- O Estado de São Paulo, *Fraude leva o governo a retomar terra*, São Paulo, 27/09/80, p. 12.
 - 23- O Rio Branco, *Escândalo: 600 Km de terra foram grilados no Acre*, Rio Branco, 06/05/81. Também a Gazeta do Acre do mesmo dia trás estas informações.
 - 24- OLIVEIRA, Fernando Garcia de, op. cit. p.87. No segundo capítulo deste trabalho o autor faz uma análise mais detalhada dos movimentos populacionais, especialmente entre os anos 60 e 70.
 - 25- Depoimento de D. Moacyr Grechi, na CPI do Sistema Fundiário, *in* Diário do Congresso Nacional, Seção I, Suplemento ao nº 121, Capital Federal, 28/09/79, p. 310.
 - 26- Idem, idem, p. 311.
 - 27- Varadouro nº 20, *A qualquer sinal os jagunços podem sair da toca*, Rio Branco, abril/81, p.11.
 - 28- Varadouro nº 23, *Estes Índios são escravos da Paranacre*, Rio Branco, agosto-setembro/81, p.17.
 - 29- Gazeta do Acre, *Área indígena vendida a "paulistas" diz comissão*, Rio Branco, 06/06/79.
 - 30- O Estado de São Paulo, *Prelazia do Acre condena violência*, São Paulo, 14/08/74.

- 31- O Rio Branco, 09/06/77.
- 32- MARX, Karl, *O Capital*, 2a. Edição, Rio de Janeiro, Civiliza-
ção Brasileira, 1971, p. 845, Livro 1º, Vol. II.
- 33- IANNI, Octávio *A Luta pela Terra - História Social da Terra
e da Luta pela Terra numa Área da Amazônia*, 2a. ed., Petró-
polis, Vozes, 1979, p.5.
- 34- MARX, Karl, op. cit. p.830.
- 35- Id. *ibd.*, p.828.
- 36- MARTINS, José de Souza, *Expropriação e Violência: A Questão
Política no Campo*. São Paulo, Hucitec, 1980, p. 16.
- 37- Depoimentos de moradores de bairros periféricos de Rio Bran-
co.
- 38- Depoimentos de moradores de bairros peritéricos de Rio Bran-
co, *in* OLIVEIRA, Fernando Garcia de, op. cit. p. 32/33.
- 39- FIBGE, *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico-IX Recensea-
mento Geral do Brasil-1980 - Acre*, Rio de Janeiro, 1981, pág.
XVI. Vol. 1, Tomo 1 nº 3.
- 40- Mais detalhes sobre o êxodo rural no Acre ver: OLIVEIRA, Fer-
nando Garcia de, op. cit.; OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de,
*O Sertanejo, o Brabo e o Posseiro: a periferia de Rio Bran-
co e os cem anos de andanças da população acreana*, Belo Ho-
rizonte, CEDEPLAR-UFMG, 1982, (Tese de Mestrado Mimeogr.), e
também CEDEPLAR, *Migrações Internas na Região Norte: o caso
do Acre*, Belo Horizonte, 1979.
- 41- Entrevista de um seringueiro acreano que foi expulso também
da Bolívia, VARADOURO nº 11, *Seringueiros acreanos - expul-
sos à bala da Bolívia*, Rio Branco, agosto/ 78, p. 24.

- 42- O Estado de São Paulo, *CONTAG denuncia ato do INCRA no Acre*, São Paulo, 28/07/79. p.9.
- 43- Depoimento de D. Moacir Grechi na CPI do Sistema Fundiário, *in op. cit.* p.310.
- 44- MARX, Karl, *op. cit.* p. 745/6.
- 45- O Rio Branco, *Juíz Federal determina expulsão de invasores' do Seringal Catuaba*, Rio Branco, 28/07/76, p.1; *Idem, Invasores do Catuaba começam a sair por ordem da Justiça*, 29 / 07/76, p. 1; e entrevistas com seringueiros e dirigentes sindicais.
- 46- O Rio Branco, *Colonos dizem porque invadiram o Seringal Catuaba*, 30/07/76, p.1.
- 47- *Idem, Segurança contorna problema do Seringal Nova Empresa*, 17/07/76, p.1.
- 48- Varadouro nº 3. *A briga pela posse*, Rio Branco, agosto/77 , p.11.
- 49- *Id.ibd.*, p.11; também sobre este caso ver: o Rio Branco, *Polícia prende 4 posseiros*, 10/07/76 e O Estado de São Paulo, *Umã trêgua na disputa violenta*, 06/11/77, p.40/41.
- 50- O Rio Branco, *Posseiros de tocaia tentam matar capataz da fazenda*, 29/10/76, p.9 e *Idem, Polícia de Boca do Acre continua buscando os posseiros de tocaia*, 31/10/76. p.3.
51. O Estado de São Paulo, *Ameaças levam colonos a prender e matar peões*, 30/10/76, p. 14; e Rio Branco, *Posseiros atacam peões na defesa de suas terras*, 30/10/76, p.7.
- 52- Varadouro nº 13, *Vamos lutar pela terra, meu povo!*, dezembro/78, p.13.

- 53- Id, *ibd.*, p. 13.
- 54- O Estado de São Paulo, *Seringueiros aprisionam fazendeiro*, 30/08/79, p. 12.
- 55- Varadouro n° 16. *O grande mutirão contra a jagunçada*, outubro/79, p.17/18.
- 56- CAVALCANTI, Francisco Carlos da S., *op. cit.* p.79/80.
- 57- SALEN, Helena [Coord.] *A Igreja dos Oprimidos*, São Paulo, Brasil Debates 1981, p. 123. (Brasil/Hoje n°3).
- 58- CNBB, *Pastoral da Terra*, Estudos da CNBB-11. São Paulo, Edições Paulinas, 1976, p. 34/35.
- 59- O Estado de São Paulo, *Uma trêgua na disputa violenta*, 06/11/77, p.40/41.
- 60- Varadouro n° 22 *Seringueiros apontam rumo para o Sindicato*, junho-julho/81, p.9.
- 61- BOFF, Clodovis, *Deus e o Homem no Inferno Verde - Quatro meses de convivência com as CEBs do Acre*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1980, p.45.
- 62- O Estado de São Paulo, *CONTAG acusa perseguições*, 23/07/80, p.10.
- 63- Varadouro n° 16, *Nôis faz a Reforma Agrária*, outubro/79, p. 17.
- 64- Sobre estas mortes, as prisões e o enquadramento na LSN, ver: o Estado de São Paulo, *CONTAG acusa perseguições*, 23/07/80, pág. 10; Idem, *Deputado acusa o governo*, 24/07/80; *Jornal do Brasil*, *Grupo mata capataz no Acre*, 30/07/80, p.11; Idem, *PT denuncia torturas e agricultores*, 05/08/80, p.5; *Jornal*

- do Brasil, *CONTAG denuncia assassinato*, 23/07/80, p.4; Idem, *ABRA pede apuração do assassinio*, 25/07/80, p.2; Idem *Lavradores se entregam após crime*, 09/08/80, p.8; O Estado de São Paulo, *Acre apura denúncias*, 02/08/80 p.9; Idem, *Denunciada tortura de lavradores no Acre*, 26/08/80, pág.16; *Jornal de Brasília, Acre lembra assassinato de líder sindical*, Brasília, 20/01/81; Idem, *Contag e Federações protestam contra a ameaça da LSN*, 27/03/81, p.3; O Estado de São Paulo, *Processo é criticado*, 27/03/81; Idem; *Sindicalistas depõem dia 9 no AM*, 03/04/81, p.9; Idem *Bispo Depõe em favor de metalúrgicos*, 17/11/81, pág. 12; *CONTAG, As Lutas Camponesas no Brasil-1980*, Rio de Janeiro, Ed. Marco Zero Ltda., 1981.
- 65- CRUZ, Maria Brasil Costa da, NETO, José Ramos, *A Colonização e a Situação Fundiária do Acre*, in EMBRAPA, *Anais do I Seminário Agropecuário do Acre*, EMBRAPA, Rio Branco, 1983, p. 49/50. Uma análise melhor sobre a discriminatória de terras e das ações do INCRA no Acre foi feita por CAVALCANTI, op. cit.
- 66- CRUZ, Maria Brasil Costa da, op. cit. p.55.
- 67- Sobre as tentativas de desativação do PAD Pedro Peixoto ver: *Gazeta do Acre, Incra desativa Padre Peixoto (é o governo não gostou nata)*, 24/06/79; *Jornal de Brasília, Tensão no Acre preocupa*, 26/06/79; *Jornal do Brasil, Incra nega desativação no Acre*, 27/06/79; O Estado de São Paulo, *Acre tenta sustar decisão do INCRA*, 26/06/79; *Gazeta do Acre, Desativação deixa mil dúvidas. Deputado quer esclarecimentos*, 28/06/79; Idem, *Colonização já tem um esquema pronto*, 17/07/79; Idem, *O início da entrega da mata acreana*, 19/07/79; Idem *Como explorar a mata do Pedro Peixoto? Grupo de Estudo dinã*, 20/07/79; Idem, *Proprietários desapropriados têm defensores em Brasília*, 22/07/79; O Estado de São Paulo, *CONTAG denuncia ato do INCRA no Acre.*, 28/07/79; *Gazeta do Acre, Wildy Viana e João Vilela não quiseram mesmo o Pedro Peixoto*, 28/11/79.

- 68- *Jornal do Brasil, O Governo desapropria no Acre sete áreas de tensão social*, 29/08/80, p.9.
- 69- Fontes: CRUZ, Maria Brasil Costa da, op. cit. 52/3; *Jornal do Brasil*, 29/08/80, p.9; Idem; *Posse Catarinense é regularizada*, 08/10/81.
- 70- *O Estado do Paraná No Acre, a terra da esperança*, Curitiba, 25/07/81.
- 71- *Diário do Paraná, Acre recebe mais 25 famílias de Itaipu*, Curitiba, 26/07/81.
- 72- *Zero Hora, A esperança ameaçada no meio da selva do Acre*, Porto Alegre, 04/08/81, p.30.
- 73- *O Estado de São Paulo, Colonos paranaenses com malária no Acre*, 27/08/81.
- 74- *Varadouro nº 18, Borracha - elementar, meu caro!*, março/81.
- 75- SUDHEVEA, *Comentários sobre o desempenho do Probor I e Probor II*, SUDHEVEA, s/d. (Mimeogr.).
- 76- *Folha fumada* é uma lâmina fina de borracha obtida através da coagulação do látex em uma forma fazendo em seguida uma prensagem da lâmina em uma calandra e, após uma pré-secagem a defumação em uma câmara com fumaça.
- 77- *Varadouro nº 23, Miniusina pode esvaziar sindicato*, agosto setembro/81, p.8.
- 78- Fontes: várias entrevistas com os envolvidos no caso; acompanhamento direto do problema.

4- A LUTA PELA TERRA EM XAPURI

4.1- A Estrutura Agrária

O município de Xapuri localiza-se na Microrregião Homogênea do Alto Purus (Ver mapa - MRH-002), tendo sua sede à margem direita do Rio Acre, em frente à embocadura em Rio Xapuri. A população residente no município, em 1980, era de 14.701 habitantes, sendo a maioria na zona rural, com um percentual acima da média do Estado. (Quadro 11). Sua superfície é de 8.137 Km², (813.700 hectares), ocupando 5,33% da superfície do Estado¹.

QUADRO 11

POPULAÇÃO RESIDENTE POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO - ACRE E XAPURI - 1980

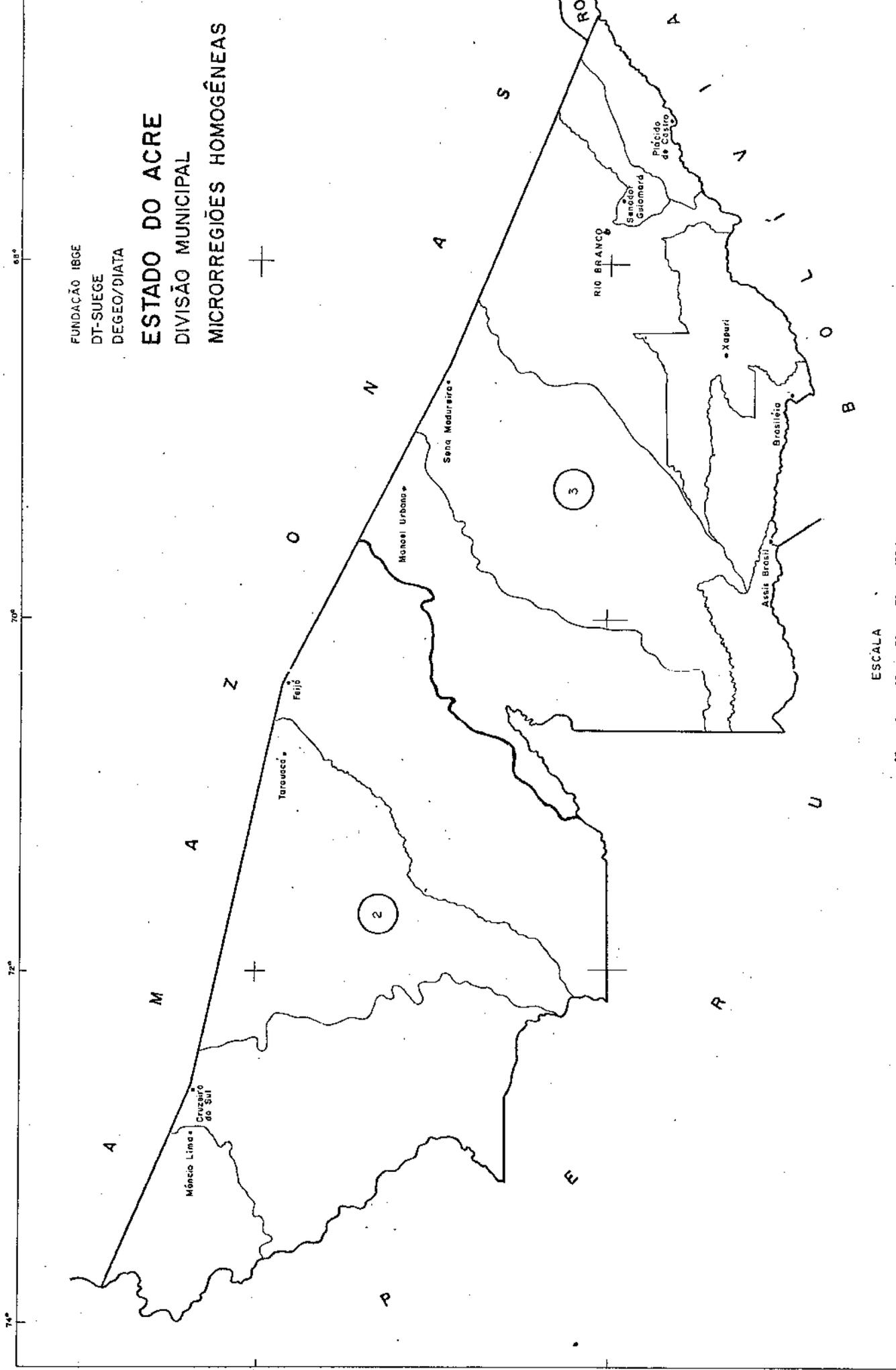
UNIDADE	POPULAÇÃO RESIDENTE				
	URBANA		RURAL		TOTAL
	Nºs Absol.	%	Nºs absol.	%	
ACRE	132.174	43,82	169.431	56,18	301.605
XAPURI	3.122	21,24	11.579	78,76	14.701

FONTE: IBGE - IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980

Sua estrutura fundiária não é das mais concentradas, comparando-se com a estrutura do Estado. Não existe no município muitos imóveis excepcionalmente grandes, ocupando áreas

FUNDAÇÃO IBGE
DT-SUEGE
DEGEO/DIATA

ESTADO DO ACRE
DIVISÃO MUNICIPAL
MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS



ESCALA



enormes, como em outros municípios do Estado. Comparando-se, por exemplo, com o município de Feijó, que fica na Microrregião Homogênea do Alto Juruá (ver Mapa: MRH-003), cuja área cadastrada em 1978 foi de 1.489.398,2 hectares, a concentração é bem menor. Enquanto em Feijó 78,10% dos imóveis ocupam áreas com menos de 100 ha., perfazendo 0,40% da área cadastrada, em Xapuri apenas 68,71% ocupam 5,28% da área, com imóveis de até 100 hectares. No outro extremo desta estrutura, em Feijó 6,19% dos imóveis são excepcionalmente grandes (mais de 10.000 ha.), ocupando 90,78% da área cadastrada. Em Xapuri a situação é mais amena. O número de imóveis com mais de 10.000 ha. constituem 1,70% do total, ocupando 59,19% da área cadastrada do município. (Ver Quadros 12 e 13).

O menor percentual de área ocupada pelos imóveis excepcionalmente grandes em Xapuri se explica pelo fato de que neste município as terras foram mais aproveitadas para o desenvolvimento da pecuária e alguns grandes seringais foram desmembrados em várias fazendas. Ao contrário, em Feijó, como na maioria dos municípios do Alto Juruá, as terras foram mais utilizadas como reserva de valor.

Nesta distribuição estão incluídas tanto as propriedades como as posses, sendo que estas correspondem à maior quantidade dos imóveis. (Quadro 14) No Quadro 15 observamos que os imóveis dos proprietários correspondem a 13,60% do total, ocupando 88,79% de toda a área cadastrada. Quase 60% da área pertence a 1,7% dos proprietários com mais de 10.000 hectares. Por outro lado, 86,4% dos imóveis pertence aos posseiros, que ocupam apenas 11,21% da área cadastrada do município. Observamos ainda que a metade dos imóveis (49,43%) constitui simples ocupação com área inferior à 100 ha., ocupando apenas 3,78% da área total.

Portanto, apesar de que os maiores imóveis do município (Quadro 16), não se caracterizam como *latifúndios por dimensão*, não atingindo 600 módulos rurais (60 mil hectares), podemos concluir que a estrutura fundiária do município é ainda bas

QUADRO 12

NÚMERO E PERCENTUAL DE IMÓVEIS, POR CLASSE DE ÁREA,
DOS MUNICÍPIOS DO ACRE - 1978

MUNICÍPIOS	CLASSE DE ÁREA (HA)									
	Até 100		100 a 1.000		1.000 a 10.000		Mais de 10.000		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Rio Branco	3.096	85,79	366	10,14	116	3,21	31	0,86	3.609	100,0
Xapuri	606	68,71	227	25,74	34	3,85	15	1,70	882	100,0
Brasiléia	1.061	83,28	180	14,13	20	1,57	13	1,02	1.274	100,0
Assis Brasil	20	64,52	-	-	10	32,26	01	3,22	31	100,0
Senador Guiomar	88	73,33	23	19,17	08	6,67	01	0,83	120	100,0
Plácido de Castro	51	61,45	30	36,15	01	1,20	01	1,20	83	100,0
Sena Madureira	424	51,46	210	25,49	143	17,35	47	5,70	824	100,0
Manoel Urbano	03	4,48	09	13,43	36	53,73	19	28,36	67	100,0
Feijó	328	78,10	29	6,90	37	8,81	26	6,19	420	100,0
Tarauacá	490	81,39	41	6,81	29	4,82	42	6,98	602	100,0
Cruz. do Sul	807	76,64	129	12,25	89	8,45	28	2,66	1.053	100,0
Mâncio Lima	215	88,84	16	6,61	11	4,55	-	-	242	100,0
TOTAL (ACRE)	7.189	78,08	1.260	13,69	534	5,80	224	2,43	9.207	100,0

FONTE: INCRA - Levantamento Sócio Econômico do Setor Rural do Estado no Acre - Recadastramento/
1978

QUADRO 13

ÁREA E PERCENTUAL, POR CLASSE DE ÁREA,
DOS MUNICÍPIOS DO ACRE - 1978

MUNICÍPIOS	CLASSE DE ÁREA (HA)								TOTAL	
	Até 100		100 a 1.000		1.000 a 10.000		Mais de 10.000		Área	%
	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%		
Rio Branco	66.340,4	4,71	82.424,4	5,85	419.274,2	29,75	841.223,6	59,69	1.409.262,6	100,0
Xapuri	29.110,4	5,28	45.170,1	8,19	150.726,2	27,34	326.311,0	59,19	551.317,7	100,0
Brasiléia	45.883,0	11,05	28.592,6	6,89	80.325,9	19,36	260.191,0	62,70	414.992,5	100,0
Assis Brasil	591,0	0,50	-	-	17.381,0	14,79	99.550,0	84,71	117.522,0	100,0
Sen. Guiomar	3.627,5	10,33	4.921,5	14,01	13.295,8	37,85	13.283,0	37,81	35.127,8	100,0
Plác.de Castro	1.932,0	10,44	4.083,0	22,05	1.000,0	5,40	11.500,0	62,11	18.515,0	100,0
Sena Madureira	13.567,6	0,48	39.018,4	1,38	442.283,1	15,62	2.336.971,8	82,52	2.831.840,9	100,0
Manoel Urbano	125,0	0,01	3.684,5	0,12	92.365,0	3,03	2.950.702,3	96,84	3.046.876,8	100,0
Tarauacá	5.823,6	0,35	15.389,2	0,91	125.384,5	7,45	1.536.453,7	91,29	1.683.051,0	100,0
Feijó	5.895,1	0,40	12.201,8	0,82	119.202,7	8,00	1.352.098,5	90,78	1.489.398,2	100,0
Cruz. do Sul	14.554,5	0,80	36.256,1	1,99	180.003,7	9,86	1.593.516,8	87,35	1.824.331,1	100,0
Mâncio Lima	4.692,7	16,57	2.348,0	8,29	21.280,0	75,14	-	-	28.320,7	100,0
TOTAL	192.142,8	1,43	274.089,6	2,04	1.362.522,1	12,36	11.321.801,0	84,17	13.450.555,0	100,0

FONTE: INCRA-Levantamento Sócio-Econômico do Setor Rural do Estado do Acre-Recadastramento/1978

QUADRO 14

SITUAÇÃO JURÍDICA DOS IMÓVEIS
DE XAPURI

CLASSE DE ÁREA TOTAL (HA)	PROPRIETÁRIOS						POSSEIROS					
	Somente com Área regist.		Com Título exp.p/INCRA		TOTAL		Simple Ocupação		Posse a Justo Título		TOTAL	
	Imóv.	Área	Imóv.	Área	Imóv.	Área	Imóv.	Área	Imóv.	Área	Imóv.	Área
Até 100	17	1.239,5	25	1.394,3	42	2.633,8	436	20.824,7	128	5.651,9	564	26.476,6
100 a 1.000	28	10.803,6	02	233,0	30	11.036,6	150	23.996,0	47	10.137,5	197	34.133,5
1.000 a 10.000	33	149.526,2	-	-	33	149.526,2	01	1.200,0	-	-	01	1.200,0
Mais de 10.000	15	326.311,0	-	-	15	326.311,0	-	-	-	-	-	-
TOTAL	93	487.880,3	27	1.627,3	120	489.507,6	587	46.020,7	175	15.789,4	762	61.810,1

OBS.: Total de imóveis do município = 882

Total da área cadastrada = 551.317,7 ha.

FONTE: INCRA-Levantamento Sócio-Econômico do Setor Rural do Estado do Acre-Recadastramento/1978.

QUADRO 15

SITUAÇÃO JURÍDICA DOS IMOVEIS
DE XAPURI - EM PORCENTAGEM (%)

CLASSE DE ÁREA TOTAL (HA)	PROPRIETÁRIOS						POSSEIROS					
	Somente com Área Registrada		C/Tit.Expedido pelo INCRA		TOTAL		Simples Ocupação		Posse a Justo Título		TOTAL	
	Imóveis	Área	Imóveis	Área	Imóveis	Área	Imóveis	Área	Imóveis	Área	Imóveis	Área
Até 100	1,93	0,22	2,83	0,25	4,76	0,48	49,43	3,78	14,52	1,02	63,95	4,80
100 a 1.000	3,17	1,96	0,23	0,04	3,40	2,00	17,01	4,35	5,33	1,84	22,34	6,19
1.000 a 10.000	3,74	27,12	-	-	3,74	27,12	0,11	0,22	-	-	0,11	0,22
Mais de 10.000	1,70	59,19	-	-	1,70	59,19	-	-	-	-	-	-
T O T A L	10,54	88,49	3,06	0,29	13,60	88,79	66,55	8,35	19,85	2,86	86,40	11,21

FONTE: INCRA-Levantamento Sócio-Econômico do Setor Rural do Estado do Acre- Recadastramento/1978.

QUADRO 16

RELAÇÃO DOS MAIORES PROPRIETÁRIOS DE XAPURI
(MAIS DE 10.000 HA)

PROPRIETÁRIO	ÁREA (HA)
Abid Kalume Cia. Ltda.	20.000
Adalcimar da Costa Galo (3 imóveis)	13,400
Agro-Pecuária Rio Bonito Ltda. (3 imóveis)	30.000
Élio José de Freitas	16.600
Francisco Jacinto da Silveira	39,733
Francisco Vieira de Lima	25.000
Geraldo Moacir Bordon	46.149
João Arantes Júnior	34.667
Marcos Carvalho Costa	16.943
Novo Acre Colonizadora Ltda	50.563
Osvaldo Zaiden de Menezes	15.193
Rozendo Alves da Cruz	16.300
Luiz Carlos Medeiros de Arruda	10.492
Máximo Damasceno de Vasconcelos	15.000

FONTE: INCRA-Mapa Demonstrativo da Emissão do ITR/82

tante concentrada.

Quanto ao uso da terra, infelizmente não temos dados muito seguros para completar o quadro da estrutura agrária de Xapuri. O Levantamento Sócio-Econômico do Setor Rural do Estado do Acre, feito pela Coordenadoria Geral do INCRA, em 1978, apresenta, quanto a este aspecto, uma série de falhas, que não nos permite tirar conclusões seguras. Quanto à distribuição das áreas com pecuária, mais da metade dos proprietários e posseiros deixaram de responder. Também quanto às áreas exploradas com borracha, castanha e madeira os dados são bastante inconsistentes. A dificuldade neste levantamento se justifica porque tanto os posseiros, quanto os proprietários seringalistas não têm uma noção da área que ocupam. Como já fizemos ver, em capítulos anteriores, na exploração extrativista o que se leva em consideração é a quantidade de árvores exploradas e não a área. Mas, pelos dados dos Censos Econômicos feitos pelo IBGE, podemos ter uma noção aproximada do uso da terra no município.

Quanto às áreas de lavoura, podemos observar que entre 1975 a 1980 houve um crescimento tanto do número de estabelecimento quanto de áreas exploradas por culturas permanentes e temporárias. (Quadro 17) Em 1980, dos estabelecimentos com área de lavouras, 78,47% eram explorados por ocupantes (posseiros), enquanto apenas 20,66% pelos proprietários e menos de 1% por arrendatários e parceiros. (Quadro 18) Em estudos feitos por Manoel Calaça, em Xapuri, este concluiu que o maior volume da produção agrícola provém dos imóveis entre 50 a 100 hectares, tendo também uma boa participação dos imóveis com mais de 500 hectares na produção de milho, feijão e mandioca². Como a grande maioria dos estabelecimentos dos ocupantes é constituída por imóveis com áreas médias e pequenas, concluímos que são estes os responsáveis pela maior parte da produção agrícola no município³. No entanto, quase toda a produção dos ocupantes é voltada para o auto-consumo. Sua atividade principal é o extrativismo (borracha e castanha), mas como se trata de seringueiros autônomos, que não têm o fornecimento do barracão, eles produzem

QUADRO 17

ESTABELECIMENTOS, ÁREA TOTAL E ÁREAS DAS LAVOURAS PERMANENTES E TEMPORÁRIAS, NA DATA DOS CENSOS DE 1975 e 1980 - ACRE e XAPURI

UNIDADE ADMINIS TRATIVA	ÁREA TOTAL (HA)				ÁREA COM LAVOURAS (HA)							
	1975		1980		PERMANENTES				TEMPORÁRIAS			
	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab. ⁺	Área	Estab. ⁺	Área	Estab. ⁺	Área	Estab. ⁺	Área
ACRE	25.001	4.291,777	27.385	5.851,104	4.697	3.512	10.602	22.530	17.499	37.675	21.154	53.554
XAPURI	1.534	369.563	1.728	333.090	98	98	500	1.465	1.315	2.370	1.547	4.819

+ Estabelecimentos com declaração

FONTE: IBGE-IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980 - Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário, Vol. 2, Tomo 1, nº 3.

QUADRO 18

PERCENTUAL DA ÁREA DE LAVOURA, SEGUNDO
 CONDIÇÃO DO PRODUTOR NO ACRE E XAPURI/
 1980

UNIDADE ADMINIS TRATIVA	CONDIÇÃO DO PRODUTOR									
	PROPRIETÁRIO		ARRENDATÁRIO		PARCEIRO		OCUPANTE		S/DECLARAÇÃO	
	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
ACRE	28,29	37,19	26,81	36,22	0,09	0,20	44,75	26,21	0,06	0,18
XAPURI	20,66	51,67	0,81	0,63	0,06	0,003	78,47	47,70	-	-

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário - 1980

os gêneros necessários à subsistência da família, como arroz, feijão, mandioca e milho. Pequena parte de sua produção agrícola é vendida. A comercialização se concentra mais na borracha e castanha.

Apenas os pequenos proprietários, que na maior parte se transformaram em agricultores, é que produzem mais excedente agrícola para comercialização. Outro aspecto a ressaltar nestas pequenas propriedades, é que a quase totalidade da mão-de-obra utilizada provém da força de trabalho familiar. Dos 42 imóveis de proprietários, com área inferior a 100 hectares, cadastrados pelo INCRA em 1978, apenas 5 possuíam assalariados permanentes. Entre os 762 imóveis de posseiros, apenas 71 possuíam essa categoria de trabalhadores, num total de 92 assalariados⁴.

Quanto às terras utilizadas pela pecuária, não temos também dados seguros sobre a área ocupada. No entanto, podemos avaliar a expansão desta atividade, pelo crescimento do rebanho bovino. Podemos observar (Quadro 19), que em Xapuri este rebanho cresceu 736,51% no período de 1970 a 1980. Como a pecuária desenvolvida na região é extensiva, a área transformada em pastagem deve ter crescido mais ou menos na mesma proporção. Isto implica em uma vasta área desmatada, em detrimento das atividades extrativistas desenvolvidas pelo seringueiros.

O início desta transformação ocorreu em 1972, quando os chamados *pauleiros* começaram a adquirir terras no município. Pesquisando o Livro nº 30, do Cartório de Registro de Imóveis de Xapuri, constatamos que no período de 1966 a 1970 foram registradas apenas 18 transmissões de imóveis rurais. Destas transmissões, 13 foram por herança, através de Formal de Partilha ou Carta de Adjudicação. Somente as outras 5 foram por escritura pública de compra e venda. Neste período, todas as escrituras foram lavradas em Xapuri, sendo que 2 adquirentes eram de Xapuri e os outros de Rio Branco. Estes dados mostram que nesta época ainda eram raras as compras de terra no município e, quando ocorria, eram transações feitas no próprio Estado.

QUADRO 19

EFETIVO DE BOVINOS DO ACRE, FEIJÓ E XAPURI;

NA DATA DOS CENSOS DE 1970, 1975 E 1980

ESTADO E MUNICÍPIOS	BOVINOS						CRESCIMENTO RE- LATIVO
	1970		1975		1980		
	Nº de Ca- beças	%	Nº de Ca- beças	%	Nº de Ca- beças	%	70/80
Acre	72.168	100,0	120.143	100,00	291.991	100,00	404,61%
Feijó	4.838	6,7	5.460	4,54	14.083	4,82	291,09%
XAPURI	7.055	9,78	18.749	15,61	51.961	17,80	736,51%

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários 1970 - 1975 - 1980.

Em todos os registros feitos neste período, apenas em um deles constava a área do imóvel. Era o Seringal Soledade, de 13.338 ha. adquirido em 1970 pelo seringalista Jorge Kalume, na época, Governador do Estado.

Já em 1971, foram feitos apenas 4 registros, todos através de Escritura Pública de Compra e Venda. Em nenhum deles constava a área do imóvel. Com exceção de um adquirente, com domicílio no Rio de Janeiro, todos os outros compradores eram do próprio município.

Em 1972 começaram as compras de terra por pecuaristas de outros Estados. Só neste ano foram feitos 24 registros de imóveis rurais. A metade deles foi de aquisição por herança. Os outros 12 foram por compra e venda, sendo que em 8 destas compras os adquirentes eram de outros Estados. Eram duas empresas e os demais eram pecuaristas.

No ano seguinte, as transmissões de seringais se intensificaram mais ainda, atingindo o número de 32. Destas, apenas 6 foram adquiridas através de herança. As outras 26, por compra e venda. A quase totalidade dos compradores era de fora e com a profissão declarada de pecuaristas.

A cada ano seguinte, as transferências por compra e venda foram se multiplicando. Não só de seringalistas para pecuaristas como também entre os próprios pecuaristas. Grande parte das escrituras foram lavradas em cartórios de Presidente Prudente-SP, Barretos-SP, Campo Grande-MS, etc. Isto caracteriza que os primeiros compradores eram proprietários absenteístas e que as aquisições de terra tinham mais finalidades especulativas. À medida em que as glebas foram sendo revendidas a médios fazendeiros, muitos deles passaram a desenvolver a pecuária, explorando as terras adquiridas, diretamente ou através de prepostos.

4.2- Transformações nas Relações de Produção

Com a introdução da pecuária, o extrativismo da borracha, que já estava em crise, sofreu um declínio maior. Com a intensificação da venda dos seringais decadentes aos paulistas, começou a expropriação dos seringueiros que haviam permanecido nestes seringais, trabalhando por conta própria ou aviados por algum arrendatário. Estes seringueiros, que se tornaram autônomos, tomando consciência de seus direitos de posse, passaram a lutar pela permanência na terra. Alguns aceitaram lotes de terra, insuficientes para a exploração da borracha, e se transformaram em colonos. Muitos foram transformados em pãos, utilizados nos desmatamentos. Com isso a estrutura social da região se tornou mais diversificada.

Para esclarecer melhor estas transformações, convém fazer um rápido histórico da evolução da base econômica e, conseqüentemente, das relações de produção.

Vimos, no primeiro capítulo, que no extrativismo a característica fundamental da relação que se estabeleceu era o aviamento. Quando houve uma grande demanda pela borracha nativa, o capital, por intermédio do capital comercial, financiou os proprietários seringalistas, com dinheiro ou com mercadoria. Estes, controlando os meios de produção, subordinavam o trabalho ao capital. Os seringueiros não eram assalariados. Teoricamente seriam arrendatários, pois pagavam uma renda pela extração da borracha. Seriam também donos de sua produção. Mas, na prática, através das relações do aviamento, do endividamento junto ao barracão e coagido pelos regulamentos dos seringais, toda sua produção era entregue ao barracão. Portanto, seu trabalho estava inteiramente subordinado pelo capital. Os seringueiros estavam sujeitos a um patrão. O seringalista, que representava o capital a nível mais imediato, é que controlava a produção.

Com a crise do extrativismo, estas relações se afrouxaram. Muitos seringais foram abandonados e os seringueiros ficaram sem o vínculo direto com um patrão. Transformaram-

se em seringueiros *autônomos* ou camponeses. Passaram a controlar a produção, não só da borracha, mas também de uma pequena agricultura e pecuária de subsistência, que começaram a desenvolver. Apesar desta *autonomia*, sua exploração pelo capital passou a ser feita através da comercialização de seus produtos, pelas *casas comerciais* ou pelos *marreteiros*, que são comerciantes ambulantes. Portanto, a exploração passou a ser feita diretamente pelos representantes do capital comercial, sem a intermediação do seringalista. Os seringueiros nestas condições, não possuindo o título de propriedade da terra, mas tendo nela permanecido por mais de um ano e um dia sem nenhuma contestação, adquiriu o direito de posse. Tornou-se, desta maneira, um *posseiro*. Alguns conseguiram regularizar a situação das terras ocupadas e, portanto, se tornaram pequenos proprietários. Estes pequenos proprietários, continuando na extração da borracha, como atividade principal, permaneceram na condição de *seringueiros autônomos*. Quando sua área de terra só lhe permite desenvolver a agricultura, ele é transformado em *colono*. Recebe esta denominação devido aos núcleos de colonização agrícolas que foram formados em torno das cidades, por ocasião das crises no extrativismo. O colono, da mesma forma que o seringueiro *autônomo*, produzindo geralmente com o trabalho familiar, tem também seu subretrabalho apropriado pelo capital, através do capital comercial e financeiro.

Muitos seringais, principalmente aqueles adquiridos pelas *casas aviadoras* de Belém ou Manaus, para resgate das dívidas dos seringalistas falidos, foram arrendados a comerciantes ou a alguns seringueiros com melhores condições financeiras e estes se transformaram em *arrendatários*. Neste caso, eram os arrendatários que movimentavam os barracões e subordinavam os seringueiros *sujeitos* ou *cativos*.

Nos barracões haviam também os assalariados, mas em pequeno número, auxiliando o *patrão* na administração e controle da empresa seringalista.

Há, ainda, casos de *meeiros*, que moram nas casas dos seringueiros e trabalham pela metade da produção.

Com a introdução da pecuária, surgiram outros grupos nesta estrutura social. Surgiu a figura dos *fazendeiros*, basicamente pecuarista e a dos *peões*, trabalhadores assalariados. Os peões, como assalariados temporários, são utilizados em maior número nas épocas de desmatamentos. Também nas pequenas propriedades o assalariamento temporário é utilizado, nas época de *broca* do mato para plantio.

Entretanto, analisando a constituição da mão-de-obra nos imóveis rurais de Xapuri, podemos observar que nos imóveis de proprietários (Quadro 20) a maioria deles não utiliza trabalhadores assalariados permanentes. Apenas os imóveis grandes (mil a 10.000 ha.) e os excepcionalmente grandes (mais de 10.000 ha) é que utilizam assalariados permanentes em maior número. Quanto aos imóveis de posseiros (Quadro 21), como já seria de se esperar, quase que a totalidade dos trabalhadores são dependentes do declarante ou outros trabalhadores não assalariados. Apenas 71 imóveis possuem assalariados permanentes, num total de 92 trabalhadores desta categoria.

O número de trabalhadores temporários ou eventuais se eleva bastante, principalmente nos imóveis grandes e excepcionalmente grandes, entre os meses de maio a agosto (Quadro 22). Isto devido à época em que se realizam os desmatamentos para a formação de pastagens. O total de trabalhadores temporários, utilizados tanto por posseiros como pelos proprietários atinge seu ponto máximo no mês de julho, chegando a 678 trabalhadores. É ainda um número modesto, comparando-se com o total de trabalhadores dependentes dos declarantes e outros trabalhadores não assalariados, que chega a quase 4.800 trabalhadores, considerando os imóveis de proprietários e posseiros.

Embora a penetração dos *paulistas* represente a intensificação do capitalismo na região, a mudança ocorrida não

QUADRO 20

MÃO-DE-OBRA NOS IMÓVEIS RURAIS DE PROPRIETÁRIOS EM XAPURT - 1978

CLASSE DE Área Total (HA)	IMÓVEIS SEM ASSALARIADOS PERMANENTES						IMÓVEIS COM ASSALARIADOS PERMANENTES						
	Nº	Área Total (HA)	Dep. que trab. no imó	Outros Trab. não assal.	Par cei ros	Ar- ren dat.	Nº	Área Total (HA)	Total de assal. perm.	Dep. que trab. imóvel	Outros Trab. não assal.	par cei ros	ar- ren dat.
Até 100(1)	29	2.133,8	31	02	02	-	06	362,5	07	09	-	-	-
100 a 1.000(2)	17	4.064,6	21	28	-	-	04	1.298,0	06	02	-	-	02
1.000 a 10.000 ³	05	15.613,2	04	-	-	-	22	101.299,0	90	10	49	-	10
Mas de 10.000	04	50.929,0	-	06	-	-	11	275.382,0	156	-	20	-	-
TOTAL	55	72.740,6	56	36	02	-	43	378.341,5	259	21	69	-	12

OBS.: (1) 4 não declararam

(2) 9 não declararam

(3) 6 não declararam

FONTE: INCRA- Levantamento Sócio-Econômico do Setor Rural do Estado do Acre-Recadastramento/1978

QUADRO 21

MÃO-DE-OBRA NOS IMÓVEIS RURAIS

DE POSSEIROS EM XAPURI - 1978

CLASSE DE ÁREA TOTAL (HA)	IMÓVEIS SEM ASSALARIADOS PERMANENTES						IMÓVEIS COM ASSALARIADOS PERMANENTES						
	Nº	Área Total (HA)	Dep. que trab.no imóvel	Outros trab. não assal.	Par- cei- ros	Ar- ren- dat.	Nº	Área Total (HA)	Total de assal. perm.	Dep. que trab.no imóvel	Outros trab. não assal.	Par- cei- ros	Ar- ren- dat.
Até 100	526	24.487,6	3.239	23	-	-	38	1.989,0	46	24	02	-	-
100 a 1.000	164	27.118,2	1.224	24	-	-	33	7.015,3	46	45	14	-	-
1.000 a 10.000	01	1.200,0	17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mais de 10.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	691	52.805,8	4.480	47	-	-	71	9.004,3	92	69	16	-	-

Fonte: INCRA-Levantamento Sócio-Econômico do Setor Rural do Estado do Acre-Recadastramento/1978.

QUADRO 22

NÚMERO MÁXIMO DE TRABALHADORES TEMPORÁRIOS OU
EVENTUAIS UTILIZADOS POR POSSEIROS E PROPRIE-
TÁRIOS EM CADA MÊS - XAPURI - 1978

Classe de Área total(HA)	Sit. Jur. do Decl.	M E S E S											
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Até 100	Posseiro	11	20	38	45	60	39	42	19	12	13	14	04
	Propriet.(1)	01	08	03	-	06	04	09	05	08	02	-	-
100 a 1.000	Posseiro	19	30	32	21	22	37	44	35	31	07	08	04
	Propriet.(2)	10	14	09	24	34	38	33	15	15	15	14	05
1.000 a 10.000	Posseiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Propriet.(3)	68	77	87	142	361	325	340	315	273	140	129	169
Mais de 10.000	Posseiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Propriet.(4)	82	77	77	134	193	215	210	187	83	81	81	84
TOTAL	Posseiro	30	40	70	66	82	76	86	54	43	20	22	08
	Propriet.	161	176	176	303	594	582	592	522	379	238	224	258
	Geral	191	216	246	369	676	658	678	576	422	258	246	266

OBS.: (1) 04 informantes não declararam
(2) 13 informantes não declararam
(3) 15 informantes não declararam
(4) 07 informantes não declararam
Universo de 082 imóveis cadastrados

Fonte: INCRA-Levantamento Sócio-Econômico do Setor Rural do Estado do Acre-Recadastramento/1978.

foi tão significativa, em termos de aumento das relações de trabalho em forma de assalariamento.

Segundo afirma Graziano, analisando a estrutura agrária brasileira,

A expansão da pecuária nos últimos anos está bastante vinculada à afirmação do modo capitalista de produção na agricultura.

A forma como vem ocorrendo sua expansão nas zonas de fronteira agrícola ilustra este fato. A pecuária desloca e/ou assalaria o pequeno posseiro, transformando-o em "peão" - para a derrubada da mata e plantio do capim, ou "vaqueiro" - para a lida com o rebanho⁵.

Mas em Xapuri, pelos dados apresentados, concluímos que a pecuária não absorveu a força de trabalho por ela deslocada de suas atividades tradicionais. Tampouco conseguiu realizar o completo divórcio entre os meios de produção e o trabalho, convertendo este em trabalho assalariado e os meios de produção em capital, haja vista a predominância do trabalho familiar e a persistência do posseiro na manutenção de sua posse. Isto constitui, à primeira vista, uma contradição à tendência e à lei de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Mas, em uma análise a nível de modo de produção, as particularidades apresentadas em uma realidade empírica são abstraídas. Por isso achamos que para entender melhor o processo de desenvolvimento que ocorre na região, mas sem perder o vínculo com um enfoque teórico abstrato, é preciso descer o nível da análise para se aproximar desta realidade concreta, que é mais complexa.

Assim, verificamos que a estrutura social desta realidade apresenta uma variedade de grupos sociais que, de imediato, têm interesses diferentes. A luta do seringueiro cativo contra a exploração do barracão, através dos altos preços das mercadorias vendidas, do preço baixo pago pela borracha, dos erros nos pesos e nas contas, etc.; e dos seringueiros autônomos

posseiros é basicamente pela posse da terra e também contra a exploração do marreteiro; a dos colonos é por melhores preços para os produtos agrícolas, crédito em melhores condições, assistência técnica, melhores condições para escoamento e comercialização dos produtos, etc.; a dos peões é pelo emprego, por melhores salários, pelo recebimento dos salários, por melhores condições de trabalho e, muitas vezes, pelo acesso à terra. No outro extremo estão os comerciantes (estabelecidos ou ambulantes), os arrendatários, os seringalistas e os pecuaristas, que concretizam a exploração e/ou expropriação dos demais grupos. Desta forma, o que está na essência desta estrutura é o antagonismo próprio do modo de produção capitalista, ou seja, a oposição entre o trabalho e o capital. As diversas lutas que se apresentam, são, no fundo, lutas de classes.

Várias iniciativas têm contribuído para amortecer os focos de tensão criados com a intensificação das relações de produção capitalistas na região e mascarar a exploração. Além das desapropriações de terra por interesse social, tem havido também outras ações por parte de órgãos governamentais, no sentido de modernizar as condições de produção destes diversos grupos sociais.

Embora de forma muito lenta, alguns progressos técnicos têm ocorrido nos processos de trabalho dos diversos ramos de atividade econômica.

A agricultura, em sua maior parte, continua sendo feita da maneira tradicional, através dos pequenos *roçados*. Nas *colônias*, as orientações dos técnicos agrícolas têm sido feitas no sentido de introduzir implementos agrícolas, através de financiamentos bancários. No entanto, isto pouco tem contribuído para melhorar as condições de vida dos colonos; pelo contrário, sua subordinação ao capital comercial e financeiro aumenta gradativamente.

Segundo Calaça, que estudou a pequena produção na

região de Xapuri,

Um colono afirmou durante a entrevista que adquiriu com financiamento bancário um arado, uma carpideira, uma plantadeira, todos de tração animal, somente para se ver livre do técnico de tanto que ele insistiu para que adquirisse esses implementos. No entanto não os utilizou naquele ano agrícola e nem sabe quando vai utilizá-los, por não saber como fazê-los.

Outro implemento muito difundido ultimamente é a moto-serra. Segundo um colono que entrevistamos, disseram-lhe, no Banco, que já haviam financiado mais de 5 mil moto-serras.

E os camaradas não têm nem o que comer, quanto mais pra pagar o Banco. Chega nas colônias tem uns 5 motores (moto-serras) e os camaradas pagando a conta do Banco e já está entregando a colônia.

Devido a esta modernização da agricultura é que em 1984 os colonos endividados sitiaram o Banco do Brasil em Rio Branco, para não perderem suas terras por causa dos financiamentos.

A pecuária continuou extensiva, mas nas grandes propriedades houve melhoria nos rebanhos e foram introduzidos outros tipos de pastagens, a utilização de vacinas e outros produtos veterinários.

Na produção da borracha é que maiores novidades foram apresentadas. No sistema tradicional, a extração era feita por um processo em que o seringueiro tinha muito trabalho e expunha muito a sua saúde. O seringueiro tinha que seir de madrugada, para fazer o corte na seringueira e colocar as tigelinhas para apearar o leite. São lá pelas 11 horas completava a volta em uma estrada de seringa, que possui em média umas 150 árvores. Depois, com um balde e um saco de fumado (saco revestido com látex

defumado para ficar impermeabilizado) dava outra volta na estrada para recolher o leite, chegando já à tarde. Precisava ainda acender a fogueira para aquecer o leite em uma bacia para engrossá-lo, a fim de não coalhar. Em seguida era feita a defumação, formando as pelas (bolas) de borracha, na fumaça que saía da boca do boião (fogueira em forma de cone). Neste processo o seringueiro só ia terminar seu trabalho já tarde da noite, para recomeçar de madrugada. Ainda corria o risco de perder o leite, caso chovesse. O trabalho de manutenção do roçado de subsistência era feito pela mulher e pelos filhos menores, ou nos dias em que o seringueiro não cortava seringa⁸.

Este trabalho, porém, foi muito simplificado e facilitado com a introdução do processo denominado CVPD (Cernambi Virgem Prensado Defumado). Com este processo o seringueiro, ao cortar a seringa, coloca na tigelinha um produto químico, ácido acético, que provoca a coagulação do látex em poucos minutos. No fundo da tigelinha o leite, ao coagular, vai formando os biscoitos, que podem ser recolhidos no dia seguinte. Mesmo que chova, seu trabalho não será perdido. Por isso até em épocas de chuva ele poderá se dedicar à extração do látex. Como não precisa percorrer duas vezes a estrada no mesmo dia, sobra-lhe mais tempo para dedicar a outras atividades no fim da tarde ou cortar em outra estrada no mesmo dia. Em vez de recolher o leite, recolhe os biscoitos, que são amontoados e comprimidos em uma prensa, feita de madeira, para transformar os biscoitos em uma prancha de borracha. As pranchas são colocadas nas prateleiras de uma estufa, para onde é canalizada a fumaça saída de uma fogueira. Nesta estufa é feita a defumação. Assim o seringueiro não fica o tempo todo da defumação exposto na fumaça. Com este processo obtém-se uma borracha de melhor qualidade, que é vendida por preço melhor.

Muitos seringueiros passaram a usar também outro produto químico, denominado Ethrel, que tem propriedades estimulantes sobre a seringueira, aumentando sua produtividade. Alguns, porém, têm receio de que este produto traga prejuízos, causando o

cansaço ou a morte da seringueira muito cedo.

A heveicultura em Xapuri também se beneficiou com os financiamentos do PROBOR para implantação de seringais de cultivo. Entre 1979 a 1984 foram aprovados 73 projetos com uma área total de 1.257 ha⁹. Nos projetos maiores, de propriedade dos *pau listas* foi utilizada a mão-de-obra assalariada. No entanto, grande parte dos projetos foram considerados anormais, por terem sido queimados ou por não terem a quantidade de plantas planejada.

Também as mini-usinas foram introduzidas no município. O processo da mini-usina também simplificou bastante o trabalho do seringueiro. Ao contrário do CVPD, é adicionado um anti-coagulante, à base de solução amoniacal, para o látex não coagular até chegar na mini-usina. Poderá ficar vários dias em estado líquido. Na mini-usina é adicionado outro produto químico, desta vez uma solução acética. Com esta solução o látex é despejado em bandejas e, poucas horas depois, estará coagulado. A prancha de látex coagulado é retirada da bandeja e passada várias vezes em uma calandra lisa e uma vez na calandra estriada, para retirar a água contida na borracha. Obtém-se, assim, uma folha de borracha, que após lavada e submetida a uma pré-secagem, é levada ao defumador. Com isso se obtém a *folha fumada*, que devido à maior pureza da borracha é vendida a preços mais elevados.

Apesar deste processo beneficiar o trabalho do seringueiro, em Xapuri, a mini-usina foi vista com muita reserva, por ser implantada através das Associações de Seringueiros-ASSERs, controladas pela SUDHEVEA, conforme já comentamos no capítulo anterior. Desde sua implantação, em 1981, apenas 5 mini-usinas foram fundadas no município, até fins de 1984, sendo que uma delas nem chegou a funcionar.

Através de convênio com a SUDHEVEA, a COBAL passou a fornecer mercadorias às Associações e aos seringalistas, para venda a preços mais baixo aos seringueiros. Mas, como não existe fiscalização, a exploração sobre o seringueiro continuou. Se

gundo os seringueiros, a COBAL tem beneficiado mais aos seringualistas.

No entanto, apesar de todas estas tentativas de atenuar as difíceis condições de trabalho do seringueiros e de terem ocorrido algumas modificações nas relações de trabalho, as contradições agravadas com a penetração dos *paulistas* não foram resolvidas. A principal contradição, que é a posse da terra, gerou uma série de conflitos e a resistência dos seringueiros.

4.3- A Resistência dos Seringueiros

Em Xapuri, como nos demais municípios do Acre, no início da ocupação de suas terras, as reações de resistências dos seringueiros foram poucas. Acostumados à obediência aos patrões e desconhecedores de seus direitos, muitos seringueiros foram expulsos das colocações que ocupavam, sem nenhuma indenização.

Mesmo antes da chegada dos *paulistas*, os seringueiros muitas vezes eram vítimas de violências e até mesmo de expulsões. Quando o seringueiro *sujeito* (subordinado) a um seringalista vendia seu produto ou comprava mercadoria fora do barracão de seu *patrão*, ele era espancado (muitas vezes pela própria polícia, por ordem do seringalista) e até mesmo expulso do seringal.

Mas, com a chegada dos *paulistas*, estas violências aumentaram: O seringueiro, desorganizado e desamparado, não tinha condições de enfrentar a situação. Tinha contra ele a ignorância de seus direitos, a prepotência dos novos proprietários e a conivência da Justiça. A violência dos latifundiários foi tanta, que, de início, deixou o seringueiro resignado diante da situação.

No Seringal São Francisco do Iracema, por exemplo, adquirido em 1973 pelo pecuarista de São Paulo, João Arantes Júnior, foram cometidas pelo seu gerente, inúmeras barbaridades contra os seringueiros que ali viviam há muitos anos. Segundo depoi

mento de um seringueiro,

quem tinha medo de zoada de bala, não passava nem no rio. No São Francisco do Itacema, quando veio o gerente chamado Vilela, ele mandou tocar fogo em casas, dava surras, mandava dar surras. Muita gente apANHOU LÃ. Era um cangaço LÃ. A gende chegava LÃ, era tudo entrosado no "38". No início o seringueiro não enfrentava. O sindicato não existia e tinha muito seringueiro que sô em ver a notícia (das vilências-EGD), deixava tudinho. Deixava tudo o que tinha, ia embora¹⁰.

Como este, foram muitos os casos em que facilmente os seringueiros eram amedrontados e expulsos. Muitos foram para as periferias das cidades, outros para os seringais da Bolívia, outros passaram a trabalhar de peão nas derrubadas. Esta situação continuou até que os seringueiros resolveram dar um basta nisto. Conforme depoimento de outro seringueiro, sobre as vilências e o início da reação, ele afirma:

Então, isto não foi sô um caso. Tem sido milhares de casos. Eu acho que devido a isto, tudo um dia chega ao seu limite. É que depois de um determinado tempo, que os trabalhadores, os seringueiros, começaram a enfrentar este tipo de violência, eles começaram a se rebelar. Algumas vezes fizeram justiça com as próprias mãos¹¹.

Com o apoio e as orientações da Igreja ou da CONTAG (desta após 1975), muitas vezes as questões eram resolvidas na justiça. Inúmeras foram as Ações de Reintegração de Posse que os seringueiros ganharam. Mas, até que a justiça decidia, os seringais já estavam desmatados. Inúmeras foram também as Ações de Despejos executadas pelos proprietários. Mas em maior número foram os despejos realizados pela violência. Ocorreram também desentendimentos entre pecuaristas e seringalista, pecuarista e arrendatários, por questões de limites ou por questões da posse ca

terra.

Não obstante em Xapuri não ter havido mortes, nas reações dos seringueiros, como ocorreu em outros municípios (ver capítulo 3), a resistência dos seringueiros tem se intensificado cada vez mais, impedindo, em parte, a derrubada das matas e a expulsão de seus ocupantes. Não vamos aqui nos referir às ações individuais, que foram várias. Vamos nos restringir aos conflitos mais importantes, de maiores proporções, que também foram muitos. É neste município que mais tem ocorrido os *empates* de derrubadas, que são as ações coletivas dos seringueiros para impedir desmatamentos.

Em 1979 ocorreu a primeira experiência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Xapuri fazendo um *empate*. Foi realizado na Fazenda Filipinas, adquirida em 1972 pelo pecuarista de Barretos-SP, Rubens Andrade de Carvalho, mais conhecido como *Rubico*. Os desmatamentos iam atingir as posses de dois seringueiros e foram impedidos pelos demais companheiros.

Em 1980 foram vários *empates*. Na Fazenda Nova Esperança alguns seringueiros empataram as derrubadas que iriam atingir suas estradas de seringa. Novamente o fazendeiro tentou *desmatar*, mas desta vez juntaram 80 seringueiros e empataram de novo. Depois de alguns entendimentos, os seringueiros permitiram que o fazendeiro *desmatasse* apenas 25 hectares. Neste mesmo ano houve *empate* na Fazenda 12 Apóstolos, no Seringal São Miguel, no Seringal Equador I e Equador II, no Porto Rico, no São Pedro e no Seringal Cachoeira.

Um dos seringais com história mais longa de violência é o Seringal Santa Fé, localizado às margens da BR-317, entre Xapuri e Brasiléia. Este seringal que antes era da família de Guilherme Rodrigues Lopes, foi vendido a um grupo de pecuaristas residentes em Maringá-PR, em 1972. Este grupo tentou fazer *desmatamentos*, mas não conseguiu, devido à resistência dos seringueiros, apesar das violências cometidas pelo gerente da fazenda. Os

seringueiros foram ajudados pelo Sindicato de Brasiléia. Anos depois as terras foram vendidas para outros pecuaristas, Marcos Carvalho Costa e Veríssimo Costa Neto, que também tentaram desmatar. Em 1979 ocorreram dois *empates*, com a participação de aproximadamente 100 seringueiros. Depois disso os proprietários fizeram, com alguns posseiros, um contrato para que permanecessem por mais três anos nas colocações. Antes deste prazo, em 1980, os proprietários tentaram fazer desmatamentos novamente, que atingiriam colocações de 80 seringueiros. Estes se reuniram e, armados de espingarda, paus e foices, não permitiram a derrubada. Os fazendeiros, o Governo e a CONTAG tentaram fazer acordo. Alguns seringueiros aceitaram o acordo, recebendo lotes de terra, variando entre 50 e 150 hectares. Os que aceitaram o acordo passaram a ter dificuldades, diante da impossibilidade de cortar seringa em uma área tão pequena e por não estarem acostumados a viver apenas da agricultura. É o caso, por exemplo, de um entrevistado, Manoel Ferreira (Manoelzinho), que recebeu um lote de 120 ha., mas as estradas de seringa ficaram fora de seu lote. Não conseguiu desenvolver agricultura porque as sementes de capim, que o fazendeiro joga de avião, para formação de pastagens, caem em seu roçado, que se localiza no meio da fazenda. Este ex-seringueiro, para sobreviver, montou, à beira da estrada, uma venda, que possui um balcão de bebidas e uma mesa de *boliche*. Muitos outros estavam tentando vender seus lotes ao próprio fazendeiro. Os que permaneceram em suas colocações decidiram não aceitar indenizações, nem em dinheiro nem em terras em outro local.

Quando em 1982 novamente o fazendeiro tentou fazer o desmatamento de 600 alqueires, em área de seringueiras e castanheiras, os seringueiros afetados recorreram ao Sindicato e pediram ajuda de outros companheiros. Para empatar o desmatamento, juntaram seringueiros de vários seringais: Porto Rico, Porvir, São Pedro, Fronteira, Floresta, Nazaré e Boa Vista. Antes fizeram denúncias ao IBDF, ao INCRA, à CONTAG, sobre as pretensões do fazendeiro em desmatar áreas de castanheiras e seringueiras e também em terras que tinham sido objeto de acordo com os seringueiros. Denunciaram ainda que no ano anterior o fazendeiro ti

nha desmatado uma área em que não estava desenvolvendo nenhuma atividade produtiva. O fazendeiro, em entendimentos com o Governador, conseguiu que a polícia intervisse desta vez. A polícia prendeu um grupo de 75 seringueiros no local e outro grupo de 38 que vinha de outros seringais em ajuda dos companheiros prejudicados. Prendeu inclusive 5 mulheres que faziam parte dos grupos. Muitos dos seringueiros foram maltratados pela polícia. Dos trabalhadores presos, 9 foram processados criminalmente, sendo que cinco deles eram candidatos a vereador, pelo Partido dos Trabalhadores. Em seguida, a polícia e alguns jagunços ficaram na área para garantir os desmatamentos, feitos por 140 peões¹².

Em 1963 foi um ano mais ou menos calmo. Mas no ano seguinte novamente intensificaram-se os conflitos entre seringueiros e pecuaristas. Ocorreram *empates* quatro vezes na Fazenda Filipinas, havendo intervenção da Polícia Militar. Mas os seringueiros, através de denúncias e de pressões, conseguiram fazer com que os desmatamentos parassem. No Seringal São João do Iracema, 48 seringueiros, inclusive 10 mulheres, botaram *prã correr* os empreiteiros dos desmatamentos. No Seringal Independência, após um *empate* feito por 45 seringueiros, o proprietário pediu que o Sindicato fizesse uma reunião no Seringal, para tentar um acordo com os posseiros. Os seringueiros, em reunião, não aceitaram acordo e não concordaram com as derrubadas e estas foram paralizadas¹³.

Outro seringal com uma longa história de conflitos é o Seringal Nazaré, adquirido por Geraldo Moacir Bordon, do Grupo BORDON. Este grupo adquiriu vários seringais em Xapuri, formando a Fazenda Bordon, com 46.149 hectares.

Desde abril de 1978 que o gerente da Bordon e alguns seringueiros do Nazaré fizeram um acordo para que cada posseiro recebesse um lote de 55 ha., com escritura, dentro de 60 dias, tendo ainda o direito de permanecerem nas colocações explorando seringa por mais dois anos. No ano seguinte a fazenda derrubou castalheiras e seringueiras nas posses de três serin -

gueiros.

Em março de 80, ao iniciar o verão (período de seca), a Bordon começou a fazer outra derrubada, atingindo as posses de alguns seringueiros. Juntaram então 52 seringueiros que impediram o desmatamento. Disseram que por enquanto era só um aviso e se continuassem o serviço iriam 100 seringueiros e seria pra valer. Assim se expressou Raimundo Mendes, um dos participantes do empate:

Nós achamos certo agir desse jeito porque por parte das autoridades já esperamos demais. (...) Hoje, entonces, o único meio que nos resta é a união pra defender o que é nosso, muito embora as autoridades e os políticos não estejam gostando. Vendo a necessidade de permanecer na terra com a seringa, castanha, que são nossa segunda mãe, temos que tomar nos as medidas¹⁴.

O então Presidente do STR de Xapuri, Luiz Damião, fez a seguinte declaração sobre os conflitos com a Bordon:

Este povo vem lutando contra essa firma desde quando ela chegou no Acre. Ao comprar um seringal no Riozinho, indenizou o arrendatário mas exigiu o "seringal limpo" e para "limpá-lo" o arrendatário juntou alguns capangas e foram na casa de cada família, fizeram ameaças e botaram fogo em tudo. O Sindicato interveio, fez o levantamento completo do seringal; os prepostos da Bordon prometeram indenizar as famílias com 55 hectares devidamente escriturados; não cumpriram o trato. Ao contrário, invadiram mais co locações de seringueiros; o advogado da CONTAG re correu à Justiça e até hoje o juiz de direito não citou a firma.

Isto tudo que está acontecendo é a resposta dos se ringueiros, porque esse povo não pode mais confiar nessa firma. Agora o que resta é defender nos ossos

*direitos*¹⁵.

Nesta época os ânimos de ambos os lados estavam exaltados. Em reunião da SUDHEVEA realizada em Xapuri, o Secretário da Prefeitura, Guilherme Rodrigues Lopes (ex-seringalista, vendedor de terras e defensor dos interesses dos paulistas), sugeriu matar as lideranças sindicais e os padres, para resolver os problemas dos conflitos.

No ano seguinte novamente ocorreu um empate. Além de impedir o desmatamento, os seringueiros destruíram o acampamento dos peões. A polícia foi levada até a área, percorrendo casa por casa e apreendendo os terçados (facões), espingardas e um revólver dos seringueiros que teriam participado da operação. Vinte e dois seringueiros foram conduzidos até a Delegacia para prestar depoimento. O IBDF informou que a Bordon não tinha autorização do órgão para desmatamentos¹⁶.

Em 82 foi realizada uma reunião na Bordon, com os posseiros, administradores da fazenda e representantes do INCRA, BASA, SUDHEVEA, EMATER e a Diretoria do Sindicato. O INCRA propôs a concessão de uma área de 55 ha. para cada posseiro. Como não foi aceita a proposta, aumentou para 100 hectares. Os outros órgãos ofereceram várias facilidades: assistência técnica, concessão de financiamentos, incentivos à plantação de seringueiras, etc.

*A resposta dos posseiros foi uma só: não aceitam ocupar uma área de apenas 100 ha. por família, pois desejam continuar explorando a castanha e a seringa, na área que ocupam há muito tempo. Além do mais, afirmaram eles, que não vão arriscar a plantar seringueiras, pois elas já existem em abundância na região*¹⁷.

Os seringueiros se recusaram também a participar, com as autoridades, de um churrasco que havia sido preparado pela Bor

don.

Em 84 outros conflitos sérios ocorreram, vinte dias após o compromisso do Secretário de Segurança, perante uma reunião com 300 seringueiros, de que a polícia não iria intervir em assuntos de terra. Mas, quando 23 seringueiros empatarem outro desmatamento na Bordon, estes foram submetidos a um inquérito policial, por ordem do próprio Secretário. A Bordon começou então a pressionar mais os seringueiros. Tentou jogar a imprensa e a opinião pública contra eles. Além de conseguir o beneplácito do Governo, conseguiu também uma liminar do Juiz, favorável ao desmatamento. Quando a polícia entrou na área, armada de metralhadoras, com o propósito de garantir os desmatamentos, os seringueiros tiveram então que recuar. Assim explicou um deles:

Aí ficamos numa situação difícil. Tivemos que sentar e avaliar. Achamos que era impossível um enfrentamento no momento atual. Quer dizer, agora, no momento, era impossível o enfrentamento porque seria um desastre pegar as famílias, um pai de família e jogar na boca das metralhadoras. Decidimos recuar e procurar fazer um trabalho nas bases, conscientizar os companheiros para a resistência. Admitimos que perdemos uma batalha, porém não perdemos a guerra toda. Apesar desta derrota, tivemos várias vitórias¹⁸.

Depois de um ano relativamente tranquilo, em maio de 1986 a Bordon conseguiu autorização do IBDF para desmatar 700 hectares na Fazenda Nazaré. Cerca de 150 posseiros tentaram impedir os desmatamentos. Novamente a polícia interveio para garantir. Em junho último, 200 seringueiros acamparam no escritório do IBDF em Xapuri, reivindicando o cancelamento da autorização do desmate, por desrespeitar a própria legislação florestal ao destruir 1.500 seringueiras, 600 castanheiras e atingir as margens de igarapés, rios, lagos e locais de acentuada declividade. Foi feita também uma ampla campanha de esclarecimento público sobre

a posição dos seringueiros, visando principalmente a sensibilização das autoridades pelo problema, não só da sobrevivência dos seringueiros, como também da preservação do meio-ambiente¹⁹.

Nos primeiros momentos da organização do seringueiro, para a resistência à expropriação e à exploração, foi de importância decisiva o apoio dado pela Igreja. Antes da criação do Sindicato, era nos salões paroquiais, nas Comunidades de Base que se discutiam as questões da violência, as questões das expulsões. Foi a Igreja que solicitou da CONTAG o envio de uma comissão ao Acre para acompanhar os problemas que estavam se intensificando. Foi na Igreja que se realizaram-se os cursos sobre sindicalismo, visando a fundação do Sindicato.

Depois, com a atuação da Delegacia Regional da CONTAG, a partir de 1975, o trabalho de organização do sindicato foi mais agilizado. Antes da fundação do Sindicato de Xapuri, havia uma grande participação do Sindicato de Brasiléia, município vizinho, na organização dos seringueiros para a resistência.

Finalmente, em abril de 1977, foi feita a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, na presença das maiores autoridades do Estado e de trezentos seringueiros. Sua primeira diretoria teve uma atuação bastante fraca. Nos primeiros tempos sempre havia a participação de elementos da CONTAG e do Sindicato de Brasiléia, com mais experiência, para orientar os trabalhos. Durante quatro anos consecutivos foi reeleito o mesmo presidente do Sindicato. Até que os seringueiros, em 1981 descontentes com a atuação medrosa e desinteressada do presidente, resolveram destituí-lo. Os demais membros da diretoria também se demitiram. Foi eleita, logo em seguida, uma mulher seringueira para presidir o Sindicato. Houve uma pequena rejeição, por parte de uma minoria, pelo fato de ter uma mulher na direção. O delegado de uma comunidade chegou a fazer um abaixo assinado pedindo uma diretoria que não tivesse mulher, pois o povo não acredita em projeto de mulher. Mas, a maioria não concordou e concluiu que a mulher é capaz de fazer coisas melhor que certos ho

men²⁰.

Desde seu início, o Sindicato se organizou em Delegacias Sindicais, contando com delegados em vários seringais. Mas no início a participação era muito fraca.

Para evitar a concentração de poder e de serviços na pessoa do presidente, os seringueiros adotaram o sistema de rodízio na diretoria. Cada semana um membro da diretoria passava a responder pela presidência. Com isso houve possibilidade de ampliar a formação de liderança e de um maior interesse dos demais membros da diretoria pelo Sindicato.

Periodicamente eram realizadas reuniões da diretoria nas próprias delegacias sindicais ou em seringais onde não existiam delegacias, com o propósito de fundá-las. Isto despertou o interesse dos associados e aumentou a união dos trabalhadores.. O Sindicato chegou a possuir mais de 30 delegacias.

Desta forma, o Sindicato de Xapuri, que até 1981 era considerado um dos mais fracos do Acre, em pouco tempo se tornou o mais combativo e o mais participativo da região. Seus membros se tornaram mais questionadores e passaram a ter uma visão mais ampla dos problemas que enfrentavam. Passaram até a divergir em algumas orientações, posições ou imposições da própria CONTAG. Passaram a se interessar por outras questões mais amplas, a nível político, como uma posição frente à CUT e à CONCLAT. Houve também o interesse pela participação na política partidária.

Através do Sindicato e dos *empates* os seringueiros se organizaram principalmente para resistir na terra, para enfrentar as ameaças e defender seus direitos; para se conscientizar politicamente e para defenderem a natureza diante da agressão do capital. No tocante a melhores condições de vida, à exploração a que eram submetidos, na comercialização de seus produtos, em alguns seringais a população passou a se organizar também para fazer frente a estes problemas. Em vez de se submeterem à explo

ração dos *barracões* ou dos *marreteiros*, passaram a fazer *compras e vendas comunitárias*. Em uma comunidade, juntam a produção de vários seringueiros e dois deles vão até a cidade para vender a borracha ou a castanha. Na cidade se obtém preço muito melhor do que o preço paga pelos marreteiros. Levam também a lista de mercadorias que os outros seringueiros precisam, para comprar em conjunto, na cidade, onde os preços são menos elevados.

Para se ter uma idéia da diferença de preços, apresentamos (Quadro 23) uma comparação do preço de alguns produtos essenciais para a sobrevivência do seringueiro.

QUADRO 23 COMPARAÇÃO DE PREÇOS EM XAPURI

Produto	Preço cobrado pela Bordon (04/05/81)	Preço no Comérc.de Xapuri	Percent. da diferença
Açúcar (Kg)	90,00	51,00	77%
Sabão (unid.)	100,00	50,00	100%
Vela (pacote)	80,00	45,00	78%
Fósforo (maço)	60,00	16,00	275%
Óleo (lata)	150,00	68,00	121%
Cartucho 20 (unid.)	150,00	80,00	88%

FONTE: VARADOURO N° 23, agosto/setembro/81.

Nesta época a COBAL já estava vendendo mercadorias para os seringalistas, inclusive para o Armazém da Bordon. Portanto, havia especulação com os produtos da COBAL.

Com esta forma de organização, através de compras e vendas em conjunto, os seringueiros conseguem uma maior união entre eles. Esta organização é importante principalmente para mostrar que a união faz com que os fraços tenham mais vantagem, quando estão unidos.

No tocante à luta dos seringueiros pela defesa da terra é necessário ressaltar que não existe neles a idéia de defender a propriedade privada. Pelo contrário, esta luta é uma afronta à propriedade, no sentido capitalista. Defendem muito mais a preservação da floresta e o direito de usufruto dela. Tanto é que muitos rejeitam as ofertas de terras tituladas, em áreas que não têm seringueiras e castanheiras. Em um Congresso de seringueiros em Xapuri assim os trabalhadores concluíram:

Os trabalhadores então, em peso, depois de uma discussão demorada de um dia, em grupo, decidiram por unanimidade, rejeitar qualquer proposta de acordo com os fazendeiros, já que, segundo a posição dos posseiros, a questão de Xapuri não seria a briga por um pedaço de terra, mas sim, pela conservação de suas riquezas naturais, ou seja, a preservação das seringueiras e das castanheiras que eles consideram como um meio de subsistência. É mesmo eles acham que estava na hora de defender essa riqueza que estava quase em extinção e ameaçada²¹. Para eles (seringueiros) não importa título de terra. Pra eles não tem valor. O valor deles é a seringa, porque é com a manutenção dela que eles garantem o sustento deles. Mesmo com toda a dificuldade que encontram, mas pra eles a terra não interessa tanto. O que interessa é a seringa²².

Normalmente o direito pela terra é entendido apenas como o direito pela sua utilização. Se o posseiro está vivendo dos seringais, os seringais são deles. O direito do seringalista, segundo a ótica do seringueiro, é apenas de explorar o seu movimento, o seu comércio. Quem comprou a terra, na opinião do seringueiro, tem que respeitar o direito do seringueiro de continuar vivendo nela.

Então nós temos que lutar pelo que é nosso, temos que unir e avançar para poder dizer a eles (compradores de terra) que isso é nosso, não é o que eles com-

praram do seringalista. Então, se este seringalista vendeu essa posse pra ele, ele vendeu o movimento que ele tinha. Então ele vendeu esse mundo de terra com todos esses posseiros, ele deve ter vendido os posseiros também e nós não aceitamos que nós somos tão bandidos pra ser comprados. (...) Pra nós a terra tem valor porque é a nossa vida. Não pode ser vendida, que nós vendemos a nossa vida²³.

Portanto, a defesa dos seringais, para o seringueiro, está profundamente ligada à defesa da própria vida. As propostas da chamada Comissão de Alto Nível foram totalmente rejeitadas pelos seringueiros de Xapuri porque não garantiam ao seringueiro a continuidade da extração da seringa. As Associações de Seringueiros, organizadas pela SUDHEVEA, foram repudiadas porque tiravam do seringueiro a sua administração e ameaçavam o esvaziamento do sindicato e da mobilização pela luta.

4.4- A Articulação com outras Lutas

No início a luta dos seringueiros de Xapuri ficava restrita ao interior dos seringais, mais ligada ao interesse imediato que era pela permanência em suas colocações e pela libertação da sujeição ao seringalista. Esta luta só extrapolava deste âmbito, quando era levada ao conhecimento do público através de denúncias da Igreja ou do Sindicato, ou através de notícias pela imprensa. Mas não havia ainda uma vinculação com outras lutas, a nível mais geral.

A partir do momento em que aumentou o nível de organização dos seringueiros, eles foram tomando conhecimento de outras lutas, tanto no Estado ou na região, com caráter semelhante à sua, como também da luta de outros trabalhadores nas diversas regiões do país.

Em conversa com um velho seringueiro em Xapuri, ob

servamos que ele fazia comentários e críticas sobre a atuação dos Ministros, sobre os casos de corrupção, sobre as greves do ABC e outros assuntos políticos. Pergutamos então, como é que ele, que vivia no interior de um seringal, estava tão informado sobre aqueles assuntos? Ele retirou de uma sacola vários jornais, inclusive da imprensa alternativa da época, e disse que sempre que alguém de sua comunidade ia até a Capital trazia todo jornal que conseguia. À noite, reuniam-se em alguma colocação e alguém ia ler os jornais e então comentavam as notícias. Outra forma de se inteirarem de outras lutas ocorridas no Brasil e no mundo, era através do rádio, principalmente das transmissões de algumas emissoras estrangeiras, que davam mais notícias sobre os movimentos populares no Brasil.

Também através dos boletins da CPT, da Prelazia local e de outras Prelazias ou Dioceses, tomavam conhecimento de outras experiências de lutas das demais comunidades e passavam a se interessarem por assuntos políticos.

Quanto à política partidária, antes da possibilidade de criação de outros partidos, os seringueiros, juntamente com outros movimentos populares da cidade, apoiaram os candidatos de uma Frente Popular criada no MDB, às vésperas das eleições de 1978, que estavam comprometidos com as lutas populares. Em Xapuri foi eleito um seringueiro, Francisco Mendes Filho, ao cargo de Vereador, pelo então MDB.

Inicialmente houve muita discussão sobre a conveniência da participação na política partidária, visto que os trabalhadores não estavam mais confiando nos políticos. No entanto, chegaram a conclusão de que se as leis para os trabalhadores são criadas nas Câmaras, nas Assembléias e no Senado, seria então necessária a participação dos trabalhadores na política.

Quando surgiu a possibilidade de criação de outros partidos, houve uma grande mobilização dos seringueiros, principalmente de Xapuri, através dos Sindicatos, para a fundação do

Partido dos Trabalhadores. Nos pronunciamentos das lideranças sindicais, durante a reunião de fundação do PT em Rio Branco, ficaram claros os anseios de participação dos seringueiros no poder:

Porque os homens que estão lá em cima, quando não são fazendeiro, são seringalistas, quando não são seringalistas são uns grileiros qualquer. É por isso que nós vamos nos bater pra fundar o nosso partido, pra que nós possamos botar elementos nossos lá em cima também. (...) É preciso, então, lutar com a força da união para que nós possamos também mandar em alguma coisa, possamos também dirigir o nosso país. (Raimundo Soares de Araujo, seringueiro, Presidente do STR de Tarauacá)

Com o Partido dos Trabalhadores, nós vamos continuar o nosso trabalho, pois, há tempo que viemos trabalhando no sindicalismo. Nesse tempo todo, a gente vem enxergando muita coisa errada, mesmo como analfabetos. (...) Não podemos mais ficar esperando as soluções dos políticos. Nós já temos o sindicato, que é nosso órgão de classe; agora precisamos nos unir dentro de um partido, que será o nosso partido. (Adeli Bento da Silva, Presidente do STR de Sena Madureira)

O PT já existe no Acre desde quando começamos a lutar pelo direito de ficar na terra. (Raimundo Mendes, representante do STR de Xapuri²⁴).

As discussões sobre política passaram a ser frequentes entre os seringueiros. Em muitas reuniões das delegacias sindicais do STR de Xapuri a questão do partido político foi discutida, como uma das organizações do povo. Entre os membros do Sindicato foram escolhidos 18 para se candidatar a vereador, pelo PT, nas eleições de 1982. No entanto, devido ao analfabetismo da maioria dos seringueiros e ao apelo do voto útil, o PT não conseguiu eleger nenhum deles²⁵. No entanto, não podemos superestimar a consciência política do seringueiro. Conforme eles mesmos afirmam, quem passou a vida inteira obedecendo a um patrão, achando'

que apenas o patrão é que tem razão, dificilmente muda de uma hora para outra sua maneira de pensar e de agir. A influência da ideologia dominante ainda é muito forte. Mas acreditamos que a arrancada para uma tomada de consciência política já foi dada.

Através do Sindicato, da CPT e da CONTAG, passaram a participar de várias reuniões, treinamentos, encontros de lideranças e de agentes de pastoral, onde discutiam e promoviam o intercâmbio de informações e experiências. Com isso foi crescendo cada vez mais o nível de consciência dos seringueiros e o entrosamento com os outros sindicatos e com outras organizações de luta.

Em 1978 o Sindicato enviou um representante para participar, em Brasília, do 3º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais. Várias proposições aprovadas neste Congresso foram, com o decorrer do tempo, colocadas em prática pelos seringueiros, através do Sindicato, principalmente quanto à educação sindical, como um processo que conduza o trabalhador às transformações de sua realidade atual; preocupação com uma educação política; desenvolvimento de um trabalho de base para que os posseiros possam resistir às pressões, permanecendo na terra; orientação ao trabalhador para não fazer acordos, etc²⁶. Muitas destas ações já vinham sendo desenvolvidas pelos seringueiros.

Através dos frequentes contatos com outros sindicatos e outras instituições de apoio às lutas populares, os seringueiros de Xapuri acompanharam, e às vezes até anteciparam, o avanço do movimento sindical de trabalhadores rurais no Brasil. Grande parte das conclusões que vários grupos de trabalhadores' chegaram, no Encontro sobre Conflitos de Terra, realizado pela CONTAG em 1980, em Xapuri já eram praticadas. Quanto à luta de resistência na terra, este Encontro propunha, entre outras coisas, a organização de mutirões para defender a terra, grupos de resistências contra as investidas dos grileiros, o embargo de desmatamentos, a articulação com outras lutas e várias outras propostas. Tudo isso os seringueiros de Xapuri já estavam prati

cando ou passaram a praticar.

Com o intuito de obter maiores repercussões sobre as questões mais específicas do seringueiro e debater com órgãos governamentais as políticas para a Amazônia e para o extravismo, o STR de Xapuri tomou a iniciativa de propor um Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia. Este Encontro foi realizado em outubro de 1985, em Brasília, com o apoio de outras entidades. Reuniram seringueiros de vários municípios do Acre, Amazonas, Rondônia e Pará. Foram discutidas questões ligadas ao desenvolvimento da Amazônia, em que os seringueiros exigiram a participação de seus órgãos de classe na elaboração de uma política de desenvolvimento e que esta política atenda aos interesses dos seringueiros e que preserve as florestas e os recursos naturais. Quanto à Reforma Agrária, foram feitas as seguintes propostas:

- 1- Desapropriação dos seringais nativos.
- 2- Que as colocações ocupadas pelo seringueiros sejam marcadas pelos próprios seringueiros, conforme as estradas de seringa.
- 3- Não divisão das terras em lotes.
- 4- Definição das áreas ocupadas por seringueiros como reservas extrativistas asseguradas ao uso pelos seringueiros.
- 5- Que não haja indenização das áreas desapropriadas, não recaindo seu custo sobre os seringueiros.
- 6- Que sejam respeitadas as decisões do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, no que diz respeito a um módulo específico de Reforma Agrária para a Amazônia, que garanta um mínimo de 300 hectares e um máximo de 500 hectares por colocação, e obedecendo à realidade extrativista da região.
- 7- Que os seringueiros tenham assegurados o direi

to de enviar seus delegados à Assembleia Nacional Constituinte para defender uma legislação florestal e fundiária de acordo com suas necessidades.²⁷

Quanto à política para a borracha, importantes propostas foram apresentadas. Entre elas destacamos:

O seringal nativo deve ser preservado e não acabado; criação do Conselho Nacional de Seringueiros a partir de seus órgãos de classe; que a mini-usina seja administrada cem por cento por seringueiros, com assistência técnica fornecida pela SUDHEVEA.²⁸

Discutiram ainda a política de abastecimento, em que foi exigido da COBAL um abastecimento que beneficie ao seringueiro e não ao seringalista; uma política de saúde mais eficaz e adequada à região; ensino e programas de educação adaptados às condições locais e que respeitem, preservem e divulguem a cultura regional; e, finalmente, propostas de aposentadoria e assistência para os Soldados da Borracha e seringueiros.

Percebemos que neste Encontro as reivindicações extrapolaram as questões de terra ou meramente econômicas, atingindo vários outros níveis, mas de forma objetiva.

Deste Encontro surgiu o Conselho Nacional de Seringueiros, que se reuniu pela primeira vez em fins de março, em Rio Branco-AC. A Diretoria Provisória deste Conselho tem como Presidente o seringueiro Jaime da Silva Araújo, que também é Presidente do STR de Novo Aripuanã-AM. Este Conselho estabeleceu, como tarefa principal, neste primeiro ano de existência, o estímulo à criação de comissões municipais e a realização de encontros regionais em todos Estados da Região Norte²⁹. Tem como bandeira de luta basicamente as propostas aprovadas pelo 1º Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia, com ênfase principalmente na criação de reservas extrativistas administradas pelos próprios seringueiros.

Uma semana antes da reunião do Conselho, foi organizado, pelo Sindicato de Xapuri, o 1º Encontro Municipal de Seringueiros de Xapuri, quando várias questões enfocadas no Encontro Nacional foram aprofundadas e várias decisões importantes foram tomadas. Quanto à Reforma Agrária, houve uma rejeição ao Plano Regional-PRRA, pelo fato de os órgãos governamentais não terem levado em consideração as reivindicações dos seringueiros, na elaboração do Plano. Heis a íntegra de uma Moção de repúdio ao Plano Regional de Reforma Agrária, aprovada neste Encontro:

Os seringueiros, reunidos no 1º Encontro de Seringueiros de Xapuri, repudiam veementemente a versão final aprovada por Brasília do PRRA para o Acre porque a mesma representa apenas o atendimento às reivindicações dos fazendeiros e latifundiários, desrespeita frontalmente o que foi decidido e proposto pelo 1º Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia, realizado no ano passado em Brasília e, principalmente, porque traz em seu bojo, disfarçada, uma proposta de extinção do seringueiro, com o estabelecimento de um módulo de propriedade aquém do mínimo necessário para a sobrevivência do seringueiro como tal nesta região.

- Pela Reforma Radical sob controle dos trabalhadores!
- Pelo reconhecimento da importância dos seringueiros³⁰!

O que mais preocupou o seringueiro foi a proposta de sua extinção. E não é disfarçada como diz a Moção, pois um dos itens do Programa Básico deste Plano é muito claro e propõe:

Promover um modelo de ocupação e uso da terra que permita a transição paulatina do sistema extrativista de exploração extensiva para a agricultura e extrativismo de cultivo³¹.

Neste Encontro os seringueiros reafirmaram as posi

ções que já haviam assumido antes, quanto às derrubadas: manutenção da prática dos empates; garantia aos seringueiros de usufruir dos recursos naturais existentes nas colocações; incentivar os seringueiros a não fazer acordos, etc. Avançaram em outras posições, tais como:

Desapropriação imediata dos seringais nativos e distribuição das áreas aos seringueiros; Proibição de derrubadas acima de 5 (cinco) hectares; Quem vender colocação para fazendeiros não tem o direito de ocupar outro lugar sem que a comunidade decida antes se ele pode ou não ocupar esse local; Não aceitar a venda de colocação para fazendeiro. Quando se souber da existência de seringueiros com essa disposição, juntar a comunidade e avaliar as benfeitorias e comprar a colocação para colocar outro seringueiro³².

Este último item das decisões dos seringueiros, no que se refere ao controle da comunidade sobre a posse terra, assemelha-se à Lei Anílzinho, a lei dos posseiros, resultantes do encontro de Trabalhadores do Baixo Tocantins, em Baião-PA, em 1980. Esta Lei, reformulada em outro encontro no ano seguinte, estabelece que a terra é da comunidade. A comunidade é que decidirá sobre sua distribuição e quem deixar a terra terá direito apenas à indenização das benfeitorias³³.

Mais recentemente, no início de junho, o Conselho Nacional dos Seringueiros promoveu no Acre o Encontro de Seringueiros do Vale do Acre. Este Encontro teve por objetivo discutir a situação dos seringueiros diante dos desmatamentos, a problemática da luta pela posse da terra e a organização da classe em todo o Estado. Uma das principais reivindicações dos seringueiros neste Encontro foi a participação deles nos planos de desenvolvimento do Acre³⁴.

Portanto, a luta dos seringueiros de Xapuri partiu dos seringais, extrapolou o âmbito do município, do Estado e da

região. Partindo de questões muito imediatas, que é a posse da terra e a preservação dos seringais, assumiu também conotações políticas, a nível bastante amplo. Articulou-se com entidades da região e fora dela, para a defesa de interesses comuns. Criou-se uma entidade própria, para a organização dos seringueiros a nível nacional.

Um trecho de uma Carta Aberta da Diretoria do Sindicato é bastante ilustrativo sobre o caráter da luta dos seringueiros:

O que toda população precisa saber é que a luta dos trabalhadores rurais não se resume na doação de 300 ou 500 hectares de terra para 30 ou 60 trabalhadores de Xapuri. Ela é a luta de toda a sociedade acreana por um futuro próspero, com respeito aos direitos de todos os Cidadões (sic) para que eles possam sobreviver com dignidade, sem destruir nossos recursos naturais e sem substituir o trabalhador pela pata do boi que são enriquecem os gananciosos e os exploradores.

Fica aqui, portanto, a nossa advertência a todos aqueles que preferiram ficar do lado de nossos inimigos, uma coisa é certa como o sol que nos ilumina, a história saberá julgá-los, e nós trabalhadores, massacrados e humilhados hoje, teremos certeza (sic) que o amanhã nos pertencerá³⁵.

NOTAS

- 1- Governo do Estado do Acre, *Anuário Estatístico do Acre-1974*, Rio Branco, Assessoria de Planejamento e Coordenação, 1974. Vol. 13.
- 2- CALAÇA, Manoel, *Características da Pequena Produção no Estado do Acre*, Rio Claro, UNESP, 1983. p.146.
- 3- Estamos utilizando aqui unidades diferentes em nossa análise, sem desconhecer que o *imóvel rural* dos Cadastros do INCRA se refere a uma unidade de propriedade, enquanto que o *estabelecimento*, pesquisado pelos Censos Agropecuários do IBGE se refere a uma unidade administrativa de exploração agropecuária. Mas no caso aqui em questão, pouca diferença faz, pois o *posseiro* geralmente explora toda a área que ocupa. Portanto, neste caso, seu *estabelecimento* coincide com seu *imóvel*.
- 4- Fonte: INCRA - Recadastramento 1978 - Levantamento Sócio-Econômico do Setor Rural do Estado do Acre. Ver Quadros 19 e 20. Mais detalhes sobre a pequena produção no Acre e em Xapuri, ver: CALAÇA, Manoel, op. cit.
- 5- GRAZIANO DA SILVA, José (Coord.), *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*, 2a. Edição, São Paulo, Editora Hucitec, 1980, p. 82.
- 6- CALAÇA, Manoel, op. cit. p.206.
- 7- Entrevista gravada com Raimundo Ferreira Neves, Colônia São

Raimundo, Seringal Santa Fé, Xapuri, julho/82.

- 8- Entrevista com Júlio Barbosa de Aquino, seringueiro e Secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, julho/82.
- 9- Dados conseguidos junto ao Escritório da SUDHEVEA, em Xapuri (Relação de Projetos de Seringais de Cultivo)
- 10- Entrevista gravada com Sebastião Gomes de Araújo, seringueiro, Presidente do STR de Xapuri, outubro/84.
- 11- Entrevista gravada com Raimundo Mendes de Barros, Seringal Nazaré, julho/82.
- 12- Fontes: O Rio Branco, 26/04/80; Gazeta do Acre, 04/05/80, 24/12/80, 05/05/82 e 08/05/82; O Estado de São Paulo, 07/05/82; entrevistas com os seringueiros e sindicalistas Manoel Ferreira (julho/82), Francisco Mendes Filho (out./84) e com o Delegado de Polícia de Xapuri, Antonio Lima Cretário (julho/82); Ata de Reunião do STR de Xapuri no Seringal Santa Fé (22/02/82); Ata de Reunião da Diretoria do STR de Xapuri (1º/05/82).
- 13- Fontes: Relatórios do STR de Xapuri; entrevistas com Sebastião Gomes de Araújo, Presidente do STR de Xapuri, out./84; Folha do Acre, 31/05/84.
- 14- VARADOURO nº 19, maio/79 p. 21.
- 15- Idem, pág. 21.
- 16- Gazeta do Acre, 29/04/81.
- 17- Idem, 10/03/82.
- 18- Entrevista gravada com Francisco Mendes Filho, out./84.

- 19- Fonte: O Globo, *Posseiros invadem área de desmatamento em fazenda no Acre*, 31/05/86; Gazeta do Acre, *Juiz adverte se ringueiros e a Bordon*, 04/06/86 e, *Clima em Xapuri é de Tensão; Polícia continua em Xapuri e a situação é tensa*, 08/06/86; O Rio Branco, *Sindicalista diz que pode haver conflito em Nazarê; Oito PMs estão baseados no Nazarê cautelarmente*, 08/06/86; Alto Madeira, *Seringueiros fazem protesto no Acre*, Porto Velho, 18/06/86; CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação, *A Luta dos Seringueiros em Defesa de suas Florestas*, in Boletim Aconteceu Semanal; São Paulo, 25/06/86. (Separata nº 6).
- 20- Ata de Reunião da Diretoria do STR de Xapuri, (06/12/81).
- 21- Entrevista com Francisco Mendes Filho, out./84.
- 22- Entrevista com Pedro Sebastião Rocha, Seringal Porvir Novo, set./84.
- 23- Entrevista com Raimundo Barbosa Alves, *Colocação Canudinho*, Seringal Santa Izabel, Faz. Filipinas, set./84.
- 24- VARADOURO Nº 19, *Nosso partido vai ser muito forte no Acre*, maio/80, p.3.
- 25- Fontes: Livros de Atas do STR de Xapuri; entrevistas com vários seringueiros e lideranças sindicais.
- 26- CONTAG, *Anais - 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Ruais*, Brasília, 1979.
- 27- Resoluções do 1º Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia, realizado em Brasília, de 11 a 17 de outubro de 1985, p.2. (Mimeogr.).
- 28- Idem, p.3.

- 29- Resoluções da Reunião do Conselho Nacional dos Seringueiros, em Rio Branco, março/86. (Mimeogr.).
- 30- STR de Xapuro, 1º Encontro Municipal de Seringueiros de Xapuri, Xapuri, março/86 (Mimeogr.).
- 31- CPT - Regional Acre, Reflexões sobre: Os Grandes Projetos de Desenvolvimento para a Região, Rio Branco, fevereiro/86, p. 13. (Cadernos de Estudo).
- 32- STR de Xapuri, 1º Encontro Municipal de Seringueiros de Xapuri, Xapuri, março/86. (Mimeogr.).
- 33- Resistência nº 15, Lei Anilzinho, a lei dos Posseiros, Belém-PA, agosto/80, p.10; CPT, Projeto Popular de Reforma Agrária, Goiânia, julho/84, p.05. (Cadernos de Estudo-CPT nº 10).
- 34- Gazeta do Acre, Juiz adverte seringueiros e a Bordon, 04/06/86 e Seringueiros vão discutir o asfaltamento da BR-364 , 06/06/86.
- 35- STR de Xapuri, Carta Aberta aos Trabalhadores Rurais e à População do Acre, Xapuri, 05/09/84. (Mimeogr.).

CONCLUSÃO

Vimos que a ocupação inicial do Acre deu-se sob a égide do capitalismo, que já estava plenamente constituído na Europa e nos Estados Unidos e exercia seu domínio a nível mundial.

Apesar de não se terem desenvolvido as relações próprias do modo de produção capitalista, o capital recriou uma forma de relação, o *aviamento*, com a qual subordinou o trabalho do seringueiro para sua reprodução (do capital) ampliada.

Devido às características do extrativismo, a empresa seringalista se estruturou ocupando vastas áreas de terra. Tanto a terra como os demais meios de produção, foram monopolizados pelo seringalista, o representante do capital a nível mais imediato.

Os momentos de crise permitiram o desenvolvimento de uma economia de subsistência. Mas não cessou por completo a produção da borracha como mercadoria e nem a submissão do trabalhador ao capital, apesar de se ter acentuado o vínculo deste trabalhador com a terra.

A partir do período da *Batalha da Borracha*, o Estado, através do Banco da Borracha, passou a substituir as *casas aviadoras* no financiamento ao seringalista para o *aviamento* ao seringueiro. Em muitos seringais, fortaleceram-se novamente as relações baseadas no *aviamento*.

No período pós-64, com a mudança da política e dos

objetivos econômicos para a Amazônia, os seringalistas perderam o apoio financeiro do Banco, ficando sem condições de manter a exploração que exerciam sobre o seringueiro. Este fato contri buiu, não só para aumentar o número de seringueiros autônomos, como também, para beneficiar o grande capital na aquisição de terras, com finalidades produtivas e/ou especulativas.

Com a reconcentração fundiária ocorrida no Acre, a partir deste momento, às custas da expropriação de um grande número de ocupantes da terra, e através de métodos violentos de expulsão, as contradições entre o capital e o trabalho se acenu tuaram. Explodiram, em vários locais, os conflitos pela posse da terra.

Um grande número de trabalhadores expropriados se deslocou para a cidade se proletarizando ou se marginalizando. Um número menor se proletarizou no campo.

Entretanto, um número significativos de seringueiros, principalmente em Xapuri, se organizou e passou a desenvolver formas de resistência à expropriação. Estes seringueiros, mesmo tendo permanecidos na condição de possuidores de seus meios de produção, continuaram sendo explorados pelo capital, através da comercialização de seus produtos. Estes fatos ocorrem também com outros camponeses em outras regiões do Brasil.

Não podemos considerar que esta luta dos seringueiros, pela permanência na terra, seja uma luta reacionária, que venha impedir a plena dominação do capital com suas relações de produção específicas. Pelo contrário. Dada a concepção que o seringueiro tem sobre a posse da terra, considerando-a, não como uma mercadoria, mas, como um meio de trabalho; devido ao caráter de suas reivindicações, que não são meramente econômicas ou jurídicas, mas sim políticas, pois tomam uma posição frente ao poder de uma classe dominante, afrontando o monopólio da terra exercido pelo capital; e, pelo fato de o seringueiro estar lutando para que ele seja considerado como um interlocutor nos as

suntos que lhe dizem respeito, consideramos que sua luta assumiu as conotações políticas de luta de classe. Portanto, constitui-se em um passo a mais na superação do modo de produção capitalista.

Evidentemente que esta luta não se esgota na conquista da terra, quer em forma de propriedade coletiva ou propriedade individual. De qualquer forma, no sistema capitalista, as condições permanecem, através da exploração feita pelo capital. Mas, à medida em que a consciência política do seringueiro aumenta, através de sua luta; à medida em que esta luta se articula com a de outros grupos sociais explorados pelo capital; há, então, a possibilidade de uma união com a luta do proletariado, que constitui a classe revolucionária dentro do capitalismo.

Na análise de uma realidade concreta e de uma situação social bem específica, os seringueiros, bem como os demais camponeses, se constituem em grupos sociais com interesses imediatos específicos. Mas, na análise de conjunto do modo de produção capitalista, acreditamos poder abstrair as particularidades desses grupos e incluí-los na classe revolucionária, que, ao tomar consciência de si, será capaz de promover a superação do capitalismo.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1- Documentos Cartoriais

CARTORIO da Comarca de Xapuri, Livro de Registro de Imóveis nº 3-D.

_____, Livro de Registro de Títulos e Documentos nº B-2.

_____, Processo nº 3.330/66 - Ação de Reintegração de Posse.

_____, Processo nº 3.655/69 - Ação de Reintegração de Posse.

_____, Processo nº 3.926/71 - Ação de Despejo.

_____. Processo nº 3.987/72 - Ação de Despejo.

_____. Processo nº 4.107/73 - Autos de Manutenção de Posse.

_____, Processo nº 4.138/73 - Ação de Despejo.

_____. Processo nº 4.139/73 - Ação Anulatória.

_____, Processo nº 4.168/73 - Ação de Manutenção de Posse.

_____, Processo nº 4.227/74 - Ação de Manutenção de Posse.

_____, Processo nº 4.299/75 - Ação de Manutenção de Posse.

_____, Processo nº 4.569/78 - Autos de Reintegração de Posse.

_____, Processo nº 4.685/79 - Ação de Manutenção de Posse.

- _____, Processo nº 4.701/79 - Autos de Execução e Cobrança.
- _____, Processo nº 4.728/79 - Autos de Ação Possessória.
- _____, Processo nº 4.778/79 - Autos de Reintegração de Posse.
- _____, Processo nº 4.762/80 - Autos de Reintegração de Posse.
- _____, Processo nº 4.763/80 - Autos de Ação de Despejo.
- _____, Processo nº 4.764/80 - Autos de Ação de Despejo.
- _____, Processo nº 4.765/80 - Autos de Ação de Despejo.
- _____, Processo nº 4.766/80 - Autos de Ação de Despejo.
- _____, Processo nº 4.767/80 - Autos de Ação de Despejo.
- _____, Processo nº 4.768/80 - Autos de Ação de Despejo.
- _____, Processo nº 4.769/80 - Autos de Reintegração de Posse.
- _____, Processo nº 4.821/81 - Autos de Execução.
- _____, Processo nº 4.822/81 - Autos de Execução.
- _____, Processo nº 4.879/81 - Mandato de Reintegração de Posse.
- _____, Processo nº 4.998/83 - Mandato de Reintegração de Posse.

2- Manuscritos

SINDICATO dos Trabalhadores Rurais de Xapuri: Ata de Fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri.

_____, Livro de Ata de Assembléias Gerais do STR de Xapuri.

_____, Livro de Ata de Reuniões da Diretoria do STR de Xapuri.

_____, Livro de Ata de Reuniões nas Delegacias Sindicais do STR de Xapuri.

3- Entrevistas

AQUINO, Júlio Barbosa, Xapuri, jul/82 Secretário do STR de Xapuri.

ALVES, Raimundo Barbosa Alves, Xapuri, out/84, Seringueiro.

ARAÚJO, Sebastião Gomes, Xapuri, out/84, Pres. do STR de Xapuri.

ASSIS, Antonio Alves de, Xapuri, out/84, Seringueiro.

BARROS, Raimundo Mendes, Xapuri, jul/82, Seringueiro.

CARVALHO, Marcelino Lourenço de, Xapuri, out/84, Presidente de Associação de Seringueiros.

CRETÁRIO, Antonio de Lima, Xapuri, jul/82, Delegado de Polícia.

FRANCISCO, Manoel, Xapuri, jul/82, Ex-delegado Sindical do Seringal Santa Fé.

MENDES FILHO, Francisco, Xapuri, set/84, Ex-vereador de Xapuri, ex-Pres. do STR de Xapuri, Seringueiro.

NEVES, Raimundo Ferreira, Xapuri, jul/82, Seringueiro.

ROCHA, Pedro Sebastião, Xapuri, set/84, Colono em Novo Porvir.

SOUZA, Francisco Ramalho de, Xapuri, jul/82, Suplente do Conselho Fiscal do STR de Xapuri.

4- Jornais

ALTO Madeira, *Seringueiros fazem protesto no Acre*, Porto Velho, 18/06/86.

CINCO de Março, Goiânia, 3 a 09/10/77.

DIÁRIO do Congresso Nacional, *Projeto de Resolução nº 85, de 1979: Aprova o Relatório e as Conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as atividades ligadas ao sistema fundiário em todo território nacional*", Brasília, 28/09/79, Ano XXXIV, Seção I, Suplemento ao nº 121.

_____, *Projeto de Resolução nº 195/80: Aprova o Relatório e as Conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar distorções ocorridas na execução dos Planos de Desenvolvimento da Amazônia*, Brasília, 05/12/80, Ano XXXV, Seção I, Suplemento ao nº 156.

DIÁRIO do Paraná, *Acre recebe mais 25 famílias de Itaípu*, Curitiba, 26/07/81.

FOLHA de São Paulo, *Projeto une milhares de seringueiros*, 29/07/79, p.10.

_____, *Borracha leva à semi-escavidão no Acre*, 19/08/79, p.8.

FOLHA do Acre, *No Seringal Independência, barreira humana impede o avanço do boi, pela sobrevivência*, Rio Branco, 31/05/84.

_____, *Os fazendeiros vieram para ficar*, 02/09/84.

GAZETA do Acre, *Governo admite conflito no Iaco: vai intervir*, Rio Branco, 11/04/79, p.1.

_____, *O que dá mais dinheiro: o boi ou a seringueira?*, 11/04/79.

- _____, *Está aberto o debate: dinheiro para mil seringueiros?*, 17/04/79, p.1.
- _____, *Bordon terá que cumprir acordo com seringueiros*, 06/05/79.
- _____, *Grupo Bordon explica caso dos posseiros*, 08/05/79.
- _____, *Chega a derrubada e começam os problemas*, 13/05/79.
- _____, *Fazendeiros ameaçam de morte vereador que defende posseiro*, 24/05/79.
- _____, *Área indígena vendida a "paulistas" diz comissão*, 06/06/79.
- _____, *Vereador denuncia pressões em Xapuri*, 20/06/79.
- _____, *Incras desativa Padre Peixoto (e o governo não gostou nada)* 24/06/79, p.1.
- _____, *Mais um Deputado critica desativação do P. Peixoto*, 27/06/79.
- _____, *Desativação deixa mil dúvidas. Deputado quer esclarecimentos*, 28/06/79.
- _____, *Colonização já tem um esquema pronto*, 17/07/79, p.1.
- _____, *O início da entrega da mata acreana*, 19/07/79.
- _____, *Como explorar a mata do Pedro Peixoto? Grupo de Estudo discute*, 20/07/79.
- _____, *Proprietários desapropriados têm defensores em Brasília*, 22/07/79.
- _____, *Wildy Viana e João Vilela não quiseram mesmo o Pedro Peixoto*, 28/11/79.
- _____, *Estranho força vereador a 5 horas de depoimentos*, 17/12/79.

- _____, *No Nova Empresa, outra revolta de 25 seringueiros: PM ou viu-os*, 18/12/79. p.6.
- _____, *Empresário acusa seringalista*, 18/12/79, p.6.
- _____, *Acre, Capital São Paulo (mais essa)*, 29/05/80.
- _____, *Secretário sugere a morte como solução para terras*, 21/06/80, p.1.
- _____, *Seringalista sugere matar para resolver o problema fundiário*, 21/06/80, p.2.
- _____, *Seringais do Acre são destruídos pela pecuária*, 24/06/80, p.6.
- _____, 08/07/80, (Despejo de seringueiros em Xapuri).
- _____, 13/07/80, (Posse da Diretoria do Sindicato Rural de Rio Branco).
- _____, 04/09/80, (Depoimento de Lula sobre morte no Acre).
- _____, 24/12/80, (Conflitos no Seringal Sta. Fé).
- _____, *Deputado cobra resultados da Comissão de Alto Nível*, 03/04/81.
- _____, *Incrã já teria terra para quem foi para Bolívia*, 04/04/81.
- _____, *Acampamento derrubado e desmatamento impedido*, 28/04/81, p.5.
- _____, 29/04/81 (Conflitos na Fazenda Bordon).
- _____, *Situação está "tranquila"*, 30/04/81, p.2.

- _____, 03/05/81 (Comissão para resolver conflitos).
- _____, CPT espera que 1981 não seja um ano de luto, 03/05/81.
- _____, Peões e posseiros entram em conflito na BR 364, 05/05/81.
- _____, Jagunços armados estão tocando fogo em barracos de se ringueiros, 10/05/81.
- _____, Posseiros de Xapuri não aceitam acordo com Bordon, 10/03/82, p.5.
- _____, PAD Quixadá reduzirá emigração para a Bolívia, 20/04/82.
- _____, Posseiros estão ameaçados de perder terra para banco. 23/04/82.
- _____, Não sabem se são parceleiros ou peões, 28/04/82.
- _____, Deputado culpa governo pelas prisões em Xapuri, 06/05/82.
- _____, Colonos se movimentam para obter o título definitivo , 09/06/82.
- _____, Acreanos sofrem ameaças na Bolívia, 29/08/82. p.7.
- _____, Juiz adverte seringueiros e a Bordon, 04/06/86.
- _____, Seringueiros vão discutir o asfaltamento da BR-364, 06/06/86.
- _____, Clima em Xapuri é de tensão, 08/06/86.
- _____, Polícia continua em Xapuri e a situação é tensa. 08/06/86.
- JORNAL de Brasília, O Acre e sua vocação econômica e agrícola , 07/01/77, p.52.

- _____, Brasília, 07/10/77, p.10 (Depoimento do Governador Mesquita na Comissão de Agricultura na Câmara dos Deputados).
- _____, *Inera inicia Ação Judicial por seringaais*, 27/01/78, p.8.
- _____, *Inera regulariza terras no Acre*, 02/06/78, p.22.
- _____, *Inera levanta terras do Acre até dezembro*, 03/06/78, p.9.
- _____, *Dez dias sob mira de armas no "trabalho"*, 26/06/79, p.7.
- _____, *Tensão no Acre preocupa*, 26/06/79.
- _____, *Inera anuncia acordo de posse no Acre*, 14/12/80, p.7.
- _____, *Inera distribui títulos*, 04/01/81, p.4.
- _____, *Acre lembra assassinato de líder sindical*, 20/01/81.
- _____, *Contag e Federações protestam contra a ameaça da LSN*, 27/03/81, p.3.
- _____, *Bispo contesta acusações contra Contag e Ingreja*, 16/04/81, p.5.
- _____, *A difícil solução para a questão agrária*, 23/06/81, p.9.
- JORNAL do Brasil, *Inera aciona donos de seringaais*, Rio de Janeiro, 27/01/78, p.16.
- _____, *Inera nega desativação no Acre*, 27/06/79, p.8.
- _____, *Peão denuncia trabalho escravo*, 22/09/79, p.8.
- _____, *Lavoura acusa deputado no Acre*, 29/11/79, p.8.
- _____, *Bolívia pressiona seringueiros*, 17/01/80, p.8.

- _____, Acre tenta evitar guerra por terras antes das águas do maio, 24/06/80, p.22.
- _____, Contag denuncia assassinato, 23/07/80, p.4.
- _____, ABRA pede apuração do assassinio, 25/07/80, p.2.
- _____, Grupo mata capataz no Acre, 30/07/80, p.11.
- _____, PT denuncia tortura a agricultores, 05/08/80.
- _____, Lavradores se entregam após crime, 09/08/80, p.8.
- _____, Luta por terra cria tensão em Sergipe e Acre, 17/08/80 , p.23/25.
- _____, O Governo desapropria no Acre sete áreas de tensão social, 29/08/80, p.9.
- _____, Comissão no Acre tem fórmula de acordo, 06/09/80.p.7.
- _____, Incra entrega mais 758 títulos de terra no Acre a lavradores e posseiros, 12/09/80, p.8.
- _____, Incra denuncia invasões no Acre, 30/11/80, p.25.
- _____, Federação da Agricultura condena Governo do Acre, 03/04/81, p.4.
- _____, Grilagem adultera títulos de Cr\$ 18 bilhões em terra , 06/05/81, p.9.
- _____, Posse catarinense é regularizada, 08/10/81.

Paulo, 14/08/74.

- _____, *Venda de terras cria tensão social no Acre*, 06/10/74.
- _____, *Incrá denuncia grilagem no Acre*, 30/04/75.
- _____, *Ameaças levam colonos a prender e maltratar peões*, 30/10/76, p.14.
- _____, *Acre - a ocupação indefinida 100 anos depois*, 06/11/77, p.40-1.
- _____, *Uma trêgua na disputa violenta*, 06/11/77, p.40-1.
- _____, *Posseiros absolvidos*, 25/03/79, p.39.
- _____, *Um roteiro das grandes grilagens*, 15/04/79, p.22.
- _____, *Seringueiros exigem mais apoio oficial*, 19/06/79, p.13.
- _____, *Na floresta, um conflito iminente*, 19/06/79, p.14.
- _____, *Bispo preocupa com violências no seringais do Acre*, 21/06/79, p.19.
- _____, *Acre tenta sustar decisão do Incra*, 26/06/79.
- _____, *Pecuarista acusado de expulsar seringueiro*, 18/07/79, p.12.
- _____, *Contag denuncia ato do Incra no Acre*, 28/07/79, p.9.
- _____, *Incrá dará prioridade a questões de terra no Acre*, 14/08/79, p.11.
- _____, *Borracha leva à semi-escavidão no Acre*, 19/08/79, p.8.

- _____, *Seringueiros aprisionam fazendeiros*, 30/08/79, p.12.
- _____, *Junqueira acusa os seringalistas*, 19/12/79, p.12.
- _____, *Incra vai assentar mil famílias no Acre*, 24/04/80, p.22.
- _____, *Incra denuncia seringalista*, 18/05/80, p.28.
- _____, *Acre: 12 milhões de hectares inexplorados*, 25/05/80, p. 21.
- _____, *Deputado tenta vender terras*, 22/06/80, p.31.
- _____, *Contag acusa perseguições*, 23/07/80, p.10.
- _____, *Deputado acusa o governo*, 24/07/80.
- _____, *Acre apura denúncias*, 02/08/80, p.9.
- _____, *Denunciada tortura de lavradores no Acre*, 26/08/80, p.16.
- _____, *Desapropriada área no Acre*, 23/09/80, p.11.
- _____, *Fraude leva o governo a retomar terra*, 27/09/80, p.12.
- _____, *Acordo dá área a posseiros*, 17/10/80, p.11.
- _____, *Transporte afeta safra do Acre*, 15/02/81, p.55.
- _____, *Acre: Governo e Igreja acusados de subversão*, 03/04/81, p.9.
- _____, *Sindicalistas depõem dia 9 no AM*, 03/04/81, p.9.
- _____, *Documento do Acre é condenado*, 08/04/81, p.16.
- _____, *Polícia toma armas de seringueiros de Xapuri*, 29/04/81,

p.10.

_____, *Denúncia do Inera no Acre*, 08/05/81, p.12.

_____, *Trabalho escravo é denunciado no Acre*, 18/06/81, p.5.

_____, *Colonos paranaenses com malária no Acre*, 27/08/81.

_____, *Bispo depõe em favor de metalúrgicos*, 17/11/81, p.12.

_____, *Seringueiros protestam no Acre*, 07/05/82.

O ESTADO do Paraná, *No Acre, a terra da esperança*, Curitiba ,
25/07/81.

O GLOBO, *Poseeiros invadem área de desmatamento em fazenda no
Acre*, Rio de Janeiro, 31/05/86.

O LIBERAL, *Itaipu transfere 42 famílias do Sudoeste do PR para
o Acre*, Belém, 15/07/81.

OPÇÃO, *Temendo expulsão seringueiros atacam fazenda no Acre* ,
São Paulo, 18/12/79, p.6.

O RIO Branco, *Polícia prende 4 posseiros*, Rio Branco, 10/07/76,
p.1.

_____, *Segurança contorna problema do Seringal Nova Empresa* ,
17/07/76, p.1.

_____, *Juiz Federal determina expulsão de invasores do Seringal
Catuaba*, 28/07/76, p.1.

_____, *Invasores do Catuaba começam a sair por ordem da Justiça*
29/07/76.

_____, *Colonos dizem porque invadiram o Seringal Catuaba*, 30 /
07/76.

- _____, *Família de seringueiro viveu noite de terror*, 23/10/76, p.3.
- _____, *Posseiros de tocaia tentam matar capataz da fazenda*, 29/10/76, p.11.
- _____, *Posseiros atacam peões na defesa de suas terras*, 30/10/76, p.7.
- _____, *Polícia de Boca do Acre continua buscando os posseiros da tocaia*, 31/10/76, p.3.
- _____, *Governo vai desapropriar 2 seringais em Feijão*, 10/11/76, p.1.
- _____, *SUDAM: Situação fundiária no Estado do Acre é problemática*, 10/12/76, p.1.
- _____, *Incrá desapropria seringais no Acre e iniciará assentamento dirigido*, 31/12/76, p.1.
- _____, *Incrá desapropria no Estado do Acre*, 12/01/77, p.6.
- _____, *Proprietários rurais reunidos se queixam das desapropriações*, 22/01/77.
- _____, *Incrá entra com ação contra Coloama*, 19/07/77, p.1.
- _____, *Incrá ingressa com Ação Discriminatória Judicial contra Coloama*, 02/05/77, p.5.
- _____, *Governo doa terras ao Incra*, 15/05/77, p.5.
- _____, *Seringueiro espancado por não vender a posse*, 17/05/77, p.3.
- _____, *Espancamento do seringueiro criticado na Assembléia*, 18/

05/77, p.1.

_____, *Posseiro saqueado pelos peões e pressionado pela polícia*, 08/06/77.

_____, 09/06/77 (Mesquita recebe pecuaristas da Federação da Agricultura).

_____, *Posseiros presos em Tarauacá*, 07/07/77.

_____, *Polícia prende 4 posseiros*, 10/07/77.

_____, *Coloama pode recorrer ao Supremo Tribunal*, 20/07/77.

_____, *Incrá entra com nova Ação Judicial Discriminatória*, 19/08/77, p.1.

_____, 16/07/80 (Embargos de desmatamentos em Xapuri).

_____, 02/04/81 (Denúncia de Deputado sobre conflitos em Xapuri).

_____, *Escândalo: 600 km de terra foram grilados no Acre*, 06/05/81.

_____, *Sindicalista diz que pode haver conflito em Nazaré*, 08/06/86.

_____, *Oito PMs no Nazaré cautelarmente*, 08/06/86.

O TRABALHADOR em Resistência. *Porque o Governador mandou a polícia*, Xapuri, abr/maio 1982, p.2, n° 4 (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, mimeogr).

RESISTÊNCIA, *Lei Anilzinho, a lei dos posseiros*, Belém, ago/80, p.10, n° 15.

TRIBUNA Operária, *Seringueiro de Xapuri tira fraqueza de seu Sindicato*, São Paulo, 04/07 e 17/07/81, p.5.

VARADOURO, *As moto-serras voltam ao trabalho*, Rio Branco, maio/77, p.5 n° 1.

_____, *A briga pela posse*, ago/77, p.11, n° 3.

_____, *A terra na mão de poucos*, fav/78, p.10/11, n° 7.

_____, *O que se diz da Cinco Estrelas é verdade*, ago/78, p.19, n° 11.

_____, *Expulsos à bala da Bolívia*, ago/78, p.24, n° 11.

_____, *Vamos lutar pela terra, meu povo!* Dez/78, p.13, n° 13.

_____, *Uma lei sigilosa? dá pra desconfiar*, jun/79, p. 20/21, n° 15.

_____, *O grande mutirão contra a jagunçada*, out/79, p. 17/18, n° 16.

_____, *Nôis faz a Reforma Agrária*, out/79, p.17, n° 16.

_____, *Borracha - elementar, meu caro!* mar/80, p.8, n° 18.

_____, *O vereador seringueiro*, mar/80, p.5, n° 18.

_____, *O AI-5 dos Cartórios*, mar/80, p.8, n° 18.

_____, *Nosso partido vai ser muito forte no Acre*, maio/80, p.3, n° 19.

_____, *Chegou o Verão*, maio/80, p.21, n° 19.

_____, *Paulistas acham mapa da mina*, abr/81, p.10, nº 20.

_____, *O os assassinos de Wilson?*, abr/81, p.14, nº 20.

_____, *A qualquer sinal os jagunços podem sair da toca*,
abr/81, p.11.nº 20.

_____, *Seringueiros apontam rumo para o sindicato*, jun/
jul/81, p.9, nº 22.

_____, *Estes Índios são escravos da Paranacre*, ago/set/81,
p.17, nº 23.

_____, *Miniusina pode esvaziar sindicato*, ago/set/81, p.
8 nº 23.

_____, *Comunidades de Base: 10 anos*, ago/set/81, p.9, nº
23.

_____, *Os paranaense (espulsos) estão chegando*, ago/set /
81, p. 10/11, nº 23.

_____, *Seringalistas ou seringueiros: a quem serve a CO
BAL?*, ago/set/81, p.19, nº 23.

ZERO Hora, *A esperança ameaçada no meio da selva do Acre*, Por
to Alegre, 04/08/81, p.30.

_____, *Experiências de vida no Acre*, 04/08/81, p.31.

5- Legislação Federal

DECRETO nº 53.700 de 13/03/64 - Declara de interesse social pa
ra fins de desapropriação as áreas que ladeiam os eixos ro
doviários federais, os leitos das ferrovias nacionais, e as
terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclu-

sivos da União em obras de irrigação drenagem e açudagem , atualmente inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade, e dá outras providências.

_____, nº 55.889 de 31/03/65 - Aprova o Regimento Geral do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

_____, nº 60.079 de 16/01/67 - Aprova o Regimento Geral do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

_____, nº 61.330 de 11/09/67 - Institui o Grupo de Trabalho para a Integração da Amazônia.

_____, nº 63.104 de 15/08/68 - Dispõe sobre a Política do Governo Federal sobre a ocupação e povoamento orientados da região amazônica, espaços vazios e zonas de fronteira.

_____, nº 65.970 de 26/12/69 - Dispõe sobre os recursos deduzidos do imposto de renda para fins de investimento nas áreas de atuação da SUDAM e da SUDENE, e dá outras providências.

_____, nº 67.113 de 26/08/70 - Regulamenta o DL 1106 que instituiu o Plano de Integração Nacional.

_____, nº 67.527 de 11/11/70 - Regulamenta o DL nº 756/69.

_____, nº 68.524 de 16/04/71 - Dispõe sobre a participação da iniciativa privada, na implantação de projetos de colonização nas áreas prioritárias para a Reforma Agrária, nas áreas do PIN e nas terras devolutas da União na Amazônia Legal.

_____, nº 68.153 de 1º/02/71 - Aprova o Regulamento Geral do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

_____, nº 69.246 de 21/09/71 - Regulamenta o DL nº 1179/71 (PRO

TERRA).

_____, nº 70.677 de 06/06/72 - Dispõe sobre a execução do DL 1179/71.

_____, nº 71.615 de 22/12/72 - Regulamenta do DL 1164 de 1º/04/71, alterado pelo DL 1243 de 30/10/72 e fixa as normas para implantação de projetos de colonização, concessão de terra e estabelecimento ou exploração de indústria de interesse da Segurança Nacional, nas terras devolutas localizadas ao longo de rodovias na Amazônia Legal.

_____, nº 71.770 de 26/01/73 - Dispõe sobre a destinação, no exercício de 1973, dos recursos para a execução do Proterra

_____, nº 74.607 de 25/09/74 - Dispõe sobre a criação do PO LAMAZÔNIA - Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais' da Amazônia.

_____, nº 75.283 de 23/01/75 - Dispõe sobre a destinação, no exercício de 1975, dos recursos para execução do PROTERRA.

_____, nº 76.509/75 - Dispõe sobre os depósitos no Banco da Amazônia, dos recursos dos incentivos fiscais creditados ao PIN.

LEI nº 1.806 de 06/01/53 - Cria a SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

_____, nº 4.216 de 06/05/63 - Estende à região amazônica os benefícios do Art. 34 da Lei 3995, de 14/12/61 (Plano-Diretor da SUDENE).

_____, 4.947 de 06/04/66 - Fixa normas de Direito Agrário, dispõe sobre o sistema de organização e funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e dá outras providências.

- ___, nº 5.122 de 28/09/66 - Dispõe sobre a transformação do Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia S/A.
- ___, nº 5.173 de 27/10/66 - Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia SPVEA, cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia SUDAM e dá outras providências.
- ___, nº 5.174 de 27/10/66 - Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica e dá outras providências.
- ___, nº 5.227 de 18/01/67 - Dispõe sobre a política econômica da borracha, regula sua execução e dá outras providências.
- ___, nº 5.374 de 07/12/67 - Altera a Lei 5.173/66 que extingue a SPVEA e cria a SUDAM.
- DECRETO-Lei nº 4.451 de 09/07/42 - Cria o Banco de Crédito da Borracha.
- ___, nº 164 de 13/02/67 - Modifica a Legislação da Política Econômica da Borracha e dá outras providências.
- ___, nº 291 de 28/02/67 - Estabelece incentivos para o desenvolvimento da Amazônia Ocidental, da Faixa de Fronteiras abrangida pela Amazônia e dá outras providências.
- ___, nº 756 de 11/08/69 - Dispõe sobre a valorização econômica da Amazônia e dá outras providências.
- ___, nº 1.106 de 16/06/70 - Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais, e dá outras providências.

- ___, nº 1.110 de 09/07/70 - Cria o Instituto Nacional de Colônização e Reforma Agrária (INCRA), extingue o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário e o Grupo Executivo de Reforma Agrária e dá outras providências.
- ___, nº 1.164 de 1º/04/71 - Declara indispensável à segurança e ao desenvolvimento nacional, as terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal.
- ___, nº 1.179 de 06/07/71 - Institui o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-Indústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), altera a legislação do Imposto sobre a Renda relativa a incentivos fiscais, e dá outras providências.
- ___, nº 1200/71 - Institui o programa especial de assistência financeira do setor de borracha vegetal na Amazônia.
- ___, nº 1.232/72 - Institui o Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal.
- ___, nº 1.243 de 30/10/72 - Eleva a dotação do PIN, altera o DL 1164/71 e dá outras providências.
- ___, nº 1.255 de 29/12/72 - Amplia o prazo de vigência do Art. do DL 291/67.
- ___, nº 1.376 de 12/12/74 - Dispõe sobre a criação de Fundos Investimentos (FINOR, FINAM) e altera a legislação do Imposto sobre a Renda referente a incentivos fiscais.
- ___, nº 1.414 de 18/08/75 - Dispõe sobre o processo de ratifiçação das concessões e alterações de terras devolutas na faixa de fronteira.

_____, nº 1.557 de 14/07/77 - Dispõe sobre a participação acionária da União no capital do BASA e a concessão de incentivos fiscais às pessoas físicas que adquirir ações do mesmo estabelecimento.

_____, nº 1.564 de 29/07/77 - Altera incentivos fiscais do Imposto sobre a Renda para empreendimentos localizados nas áreas da SUDAM e da SUDENE.

6- Outras Fontes

DANTAS, Wanderley, *Acre: um mundo novo, terra fértil para investimentos*, s.n.t. (Exposição proferida pelo Prof. Francisco Walderley Dantas, Governador do Estado do Acre, por ocasião do 1º Seminário de Integração Nacional, realizado no Rio de Janeiro, no período de 3 a 5 de abril de 1973. Impreso avulso).

ENCONTRO Municipal de Seringueiros de Xapuri, 1. Xapuri, 21 a 22/03/86, *Resoluções*, STR de Xapuri, 1986 (mimeogr.).

ENCONTRO Nacional de Seringueiros da Amazônia, 1, Brasília, 11 a 17/10/85, *Resoluções*, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Acre e outros, 1985 (mimeogr.).

ENCONTRO Regional dos Seringueiros do Vale do Acre, 1, Rio Branco, 06 a 08/07/86, *Resoluções e Moções*, Conselho Nacional dos Seringueiros, 1986 (mimeogr.).

ENCONTRO sobre Conflitos de Terra, Brasília, 28/08 a 02/09/80, *Relatório*, Brasília, CONTAG, 1980 (mimeogr.).

IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, *A Produção de Borracha Natural*, s. n.t. (mimeogr.).

INCRA-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (CR-

14), *Levantamento Sócio-Econômico do Setor Rural do Estado do Acre - Recadastramento 1978*, Rio Branco, 1978 (Dados preliminares, datilogr.).

MOVIMENTO dos Trabalhadores Rurais pela Anistia do Débito Agrícola, *Carta Aberta à População*, Rio Branco, 1984 (mimeogr.)

REUNIÃO do Conselho Nacional dos Seringueiros, Rio Branco, 31/03/86, *Resoluções*, Conselho Nacional dos Seringueiros, 1986 (mimeogr.).

SUDHEVEA-Superintendência da Borracha, *Comentários sobre o desempenho do PROBOR I e PROBOR II*, s.n.t. (mimeogr.).

7- Bibliografia

ACRE, *Anuário Estatístico do Acre - 1974*, Rio Branco, Assessoria de Planejamento e Coordenação, 1974, v.13.

BASTOS, Abgvar, *A Conquista Acreana*, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Agência da SPVEA, 1960. (Coleção Araújo Lima; 11).

BENCHIMOL, Samuel, *A Amazônia, um Pouco-Antes e Além-Depois*, Ed. Humberto Calderero, 1977 (Coleção Amazônia. 1).

BOFF, Clodovis, *Deus e o Homem no Inferno Verde - Quatro meses de convivência com as CEBs do Acre*, Petrópolis, Vozes, 1980.

BRASIL, *Recenseamento do Brasil - 1920*, Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Ind. e Com., 1930, v.IV (5a. Parte), t.1.

BRUIT, Hector, *Acumulação Capitalista na América Latina*, São Paulo, Brasiliense, 1982. (Primeiros Vôos, 5).

- CALAÇA, Manoel, *Características da Pequena Produção no Estado do Acre*, Rio Claro, UNESP, 1983 (Dissertação de Mestrado, mimeogr.).
- CARDOSO, Ciro F.S., *Uma Introdução à História*, São Paulo, Brasiliense, 1981, (Primeiros Vãos, 2).
- CAVALCANTI, Francisco Carlos da S., *O Processo de Ocupação Recente das Terras do Acre*, Belém, UFPa/NAEA, 1983. (Dissertação de Mestrado, mimeogr.).
- CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação, *A Luta dos Seringueiros em Defesa de Suas Florestas*, Rio de Janeiro, 1986. (Boletim Aconteceu Semanal, Separata nº 6).
- CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, *Pastoral da Terra*, São Paulo, Paulinas, 1976 (Estudos da CNBB, 11).
- _____, *Pastoral da Terra - 2: posse e conflitos*, São Paulo, Paulinas, 1976. (Estudos da CNBB, 13).
- CONGRESSO Nacional dos Trabalhadores Rurais, 3, Brasília, 21 a 25 de maio de 1979, *Anais*, Brasília, CONTAG, 1979.
- CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, *As Lutas Camponesas no Brasil - 1980*, Rio de Janeiro, Marco Zero, 1981. (Coleção Nossos Dias, 1).
- CORADINI, Odacir Luiz, *Produtores, Cooperativismo Empresarial e Multinacionais: o caso do trigo e da soja*, in: *Agricultura, Cooperativismo e Multinacionais*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982. (Col. Agricultura e Sociedade).
- COSTA, Craveiro, *A Conquista do Deserto Ocidental*, São Paulo, Nacional, 1974.
- COSTA, José Marcelino Monteiro da, (Editor), *Amazônia: desen-*

volvimento e ocupação, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1979. .
(IPEA/INPES, Monografia, 29).

CPT - Comissão Pastoral da Terra, *CPT: Pastoral e Compromisso*,
Petrópolis, Vozes; Goiânia, CPT, 1983.

_____, *Projeto Popular de Reforma Agrária*, Goiânia, jul/84. (Ca-
dernos de Estudos, 10).

_____, *Os "10 mais" Proprietários da Amazônia*, in: CPT, Boletim,
nov/dez. 1984, p.5-7, nº 55.

EDITORA Síntese Ltda., *Estatuto da Terra - Legislação Atuali-
zada para 1981*, Porto Alegre, Editora Síntese Ltda., s/d .
(Edições Síntese).

FERREIRA DA SILVA, Moacir Focury, *O Desenvolvimento Comercial
do Pará no Período da Borracha (1870-1914)*, Niterói, UFF ,
1978. (Dissertação de Mestrado, mimeogr.).

FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatís-
tica, *Produção da Pecuária Municipal - 1978*, Rio de Janeiro,
1979, v.6, t.1. (Região Norte).

_____, *Censos Econômicos de 1975 - Censo Agropecuário Acre* ,
Rio de Janeiro, 1979, v.1, t.2. (Série Regional).

_____, *Anuário Estatístico do Brasil - 1980*, Rio de Janeiro ,
1980, v.41.

_____, *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico - IX Recensea-
mento Geral do Brasil - 1980*, Rio de Janeiro, 1981, v.1. t.
1, nº 3.

_____, *Produção Agrícola Municipal - 1980*, Rio de Janeiro ,
1982, v.7, t.1.

- _____, *Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário - IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980*; Rio de Janeiro, 1982, v. 2, t.1, nº 3.
- FURTADO, Celso, *Formação Econômica do Brasil*, 15. ed., São Paulo, Ed. Nacional, 1977. (Biblioteca Universitária. Série 2a., Ciências Sociais, 23).
- GOMES, Marcos et alii, *O Imperialismo no Brasil - História de um Desenvolvimento Capitalista e Dependente*, 2. ed., São Paulo, Edições do Leitor Ltda. e Edição S/A., 1978.
- GRAZIANO DA SILVA, José (Coord.), *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*, 2a. ed.: São Paulo, Hucitec, 1980. (Estudos Rurais).
- _____, *O que é Questão Agrária*, São Paulo, Brasiliense, 1980. (Col. Primeiros Passos).
- _____, *Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura*, São Paulo, Hucitec, 1981. (Col. Economia e Planejamento. Série Teses e Pesquisas).
- IANNI, Octávio, *A Luta pela Terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*, Petrópolis, Vozes, 1979. (Col. Sociologia Brasileira, 8).
- _____, *Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia*, Petrópolis, Vozes, 1979. (Col. Sociologia Brasileira, 11).
- _____, *Ditadura e Agricultura - O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, (Col. Retrato do Brasil, 131).
- KAMEYAMA, Nobuco, *Structures Agraires, Ideologies et Mouvements Paysans au Brésil*, Paris, Université de Paris I,

1978. (Tese de Doutorado, mimeogr.).

KAUTSKY, Karl, *A Questão Agrária*, Rio de Janeiro, Laemmert , 1968, (Clássicos do Socialismo, II).

LAPA, José Roberto do Amaral (Org.), *Modos de Produção e Realidade Brasileira*, Petrópolis, Vozes, 1980, Col. História Brasileira, 5).

LIMA, Cláudio de Araújo, *Plácido de Castro: um caudilho contra o imperialismo*, 4. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1973. (Retratos do Brasil, 89).

LINHARES, Maria Iedda, SILVA, Francisco Carlos Teixeira, *História da Agricultura Brasileira - Cobates e Controvérsias*, São Paulo, Brasiliense, 1981.

MATINELLO, Pedro, *A "Batalha da Borracha" na Segunda Guerra Mundial e suas Consequências para o Vale Amazônico*, São Paulo, USP, 1985. (Tese de Doutorado, mimeogr.).

MARTINS, José de Souza, *Expropriação e Violência: a questão política no campo*, São Paulo, Hucitec, 1980. (Col. Ciências Sociais, Série Linha de Frente).

_____, *O Cativo da Terra*, São Paulo, Ciências Humanas , 1979. (Brasil Ontem e Hoje, 6).

_____, *Os Camponeses e a Política no Brasil - As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*, Petrópolis, Vozes, 1981.

MARX, Karl, *O Capital*, 2a., ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971, v.1-6. (Perspectivas do Homem, 38; Série Economia).

- _____. *O Capital: Livro I Capítulo VI (Inédito)*, São Paulo, Ciências Humanas, 1978.
- MOREIRA, Roberto José, *A Agricultura Brasileira: os interesses em jogo no início dos anos 80*, in: Boletim Reforma Agrária, ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária, Campinas, nov/dez. 1982. v.12, nº 06.
- MOURA, Antonio Carlos et al., *A Igreja dos Oprimidos*, São Paulo, Ed. Brasil Debates, 1981. (Brasil/hoje, 3).
- MOVIMENTO dos Trabalhadores sem Terra, *Assassinatos no Campo Crime e Impunidade: 1964-1985*, São Paulo, (1986).
- NAPOLEONI, Cláudio, *Lições sobre o Capítulo VI (Inédito) de Marx*, São Paulo, Ciências Humanas, 1981.
- OLIVEIRA, Fernando Garcia de, *População de Baixa Renda da Cidade de Rio Branco: Situação Anterior, Processo Migratório, Formas de Inserção/Retribuição no Mercado de Trabalho*, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1978. (Dissertação de Mestrado, mimeogr.).
- OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de, *O Bertanejo, o Brado e o Posseiro: A Periferia de Rio Branco e os Cem Anos de Andanças da População Acreana*, Belo Horizonte, UFMG/CEDEPLAR, 1982. (Dissertação de Mestrado, mimeogr.).
- PANDOLFO, Clara, *A Amazônia, seu Grande Potencial de Recursos Naturais e Oportunidades de Industrialização*, in: Boletim Geográfico, mar/abr de 1971, v.30, nº 221.
- PAULA, João Antonio de, *Notas sobre a Economia da Borracha no Brasil*, s.n.t. (1979. (Mimeogr.).
- PRADO JR., Caio, *História Econômica do Brasil*, 21. ed. São

- Paulo, Brasiliense, 1978.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira, *O Seringal e o Seringueiro*, Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura - Serviço de Informação Agrícola, 1953. (Documentário da Vida Rural, 5).
- SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira, *História Econômica da Amazônia: 1800-1920*, São Paulo, T.A. Queiroz, 1980. (Biblioteca Básica de Ciências Sociais; Série 1; Estudos Brasileiros, 3).
- SANTOS, Theotonio dos, *Conceito de Classe Sociais*, Petrópolis Vozes, 1982.
- SEMINÁRIO Agropecuário do Acre, 1. Rio Branco, 13 a 17 de junho de 1982, *Anais*, EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agro Pecuária, Brasília, 1983. (EMBRAPA/Unidade de Execução de Pesquisa de Âmbito Estadual de Rio Branco, AC. Documentos, 4).
- SILVA, Adalberto Ferreira da, *Raízes da Ocupação Recente das Terras do Acre: Movimento de Capitais, Especulação Fundiária e Disputa pela Terra*, Belo Horizonte, UFMG/CEDEPLAR, 1982. (Dissertação de Mestrado, mimeogr.).
- SOUZA, Márcio, *A Expressão Amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo*, São Paulo, Alfa-Omega, 1977. (Biblioteca Alfa-Omega de Cultura Universal, Série 1a. Esta América, 5).
- SUDHEVEA - Superintendência da Borracha, *Anuário Estatístico*, Brasília, jan/dez. 1982, nº 31.
- _____, *Relatório de Atividades/1983*, Brasília, s/d.
- TEIXEIRA, Carlos Corrêa, *O Aviamento e o Barracão na Sociedade do Seringal (Estudo sobre a Produção Estrativa de Borracha)*

racha na Amazônia], São Paulo, USP, 1980, (Dissertação de Mestrado, mimeogr.).

TOCANTINS, Leandro, *Formação Histórica do Acre*, Rio de Janeiro, Conquista, 1961, v. 1-3. (Temas Brasileiros, 5).

ZANONI, Mary Helena Allegretti, *Os Seringueiros - Estudo de Caso em um Seringal Nativo do Acre*, Brasília, UnB, 1979. (Dissertação de Mestrado, mimeogr.).